

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 8, Número 1, Maio de 2019

**O que aconteceu com as
democracias da terceira onda?**

Scott Mainwaring e Fernando Bizzarro

**Três duras verdades sobre
as redes sociais**

Ronald J. Deibert

**Como a inteligência artificial
está transformando a repressão**

Steven Feldstein

Como os populistas venceram na Itália

Roberto D'Alimonte

**A gênese de 2013:
formação do campo patriota**

Angela Alonso

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN



CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Otávio Dias

Beatriz Kipnis

Apresentação

Os cinco artigos desta edição do *Journal of Democracy em Português* trazem *insights* sobre os rumos da democracia em um mundo impactado pela influência crescente das tecnologias digitais, entre elas as redes sociais e a Inteligência Artificial, e pela recente chegada ao poder de movimentos ou políticos de tendência antiliberal em países como Itália e Brasil.

Em “O que aconteceu com as democracias da terceira onda?”, Scott Mainwaring e Fernando Bizzarro, ambos da Universidade Harvard, oferecem uma análise abrangente de 91 transições democráticas (em 79 países, pois alguns viveram mais de uma transição) ocorridas entre 1974 e 2012. A evolução de cada uma delas foi classificada em cinco categorias: avanço, estagnação, retrocesso ou colapso e alguns (poucos) casos que já partiram de um grau elevado de democracia, mas não avançaram significativamente no período.

Segundo os autores, que se basearam em dados da pesquisa *Variedades da Democracia (V-Dem)*, os resultados mais comuns foram colapso ou estagnação, que, somados, representam 62 dos 91 casos. “Os casos de aprofundamento democrático substancial resultando em democracias liberais robustas são exceções isoladas”, afirmam. O Brasil é classificado entre os que tiveram avanço, com a ressalva de que o país vem enfrentando grandes desafios políticos.

Mas o que leva uma democracia a se consolidar, estagnar ou ruir?, perguntam. “Os fatores que podem reduzir as chances de colapso e aumentar as de avanços democráticos incluem um nível mais alto de desenvolvimento e desempenho econômico, maior capacidade estatal, a existência de países vizinhos democráticos e um passado democrático.”

No segundo artigo, o cientista político Ronald J. Deibert (Universidade de Toronto) expõe o que ele chama de “três duras verdades sobre as redes sociais”: (1) o modelo de negócio das redes está baseado na vigilância profunda e incansável dos dados pessoais dos consumidores; (2) voluntária e conscientemente toleramos esse nível desconcertante de vigilância; e (3) as redes sociais não apenas não são incompatíveis com o autoritarismo como, na prática, estão se mostrando uma de suas ferramentas mais efetivas.

“Somadas, essas três verdades pintam um quadro bastante sombrio da atual realidade social e política e pressagiam um futuro ainda mais sombrio”, diz o canadense, que propõe uma reforma de longo prazo, estendendo-se do pessoal ao político, do local ao global, para restaurar a democracia liberal. “O mundo clama por inovações tecnológicas que ampliem as possibilidades para além das plataformas altamente centralizadas, intensamente vigiadas e facilmente instrumentalizadas pelos gigantes das redes sociais”, escreve.

O terceiro texto, de Steven Feldstein, pesquisador do Fundo Carnegie para a Paz Internacional, revela o potencial da Inteligência Artificial (IA) como instrumento de repressão e controle por parte de regimes iliberais. “Essa é a simplicidade elegante da repressão por meio de IA: ela requer uma quantidade consideravelmente menor de atores humanos que a repressão convencional, menos perseguição física e menos recursos financeiros. E, no entanto, pode ter um impacto mais amplo e sistemático”, afirma. Segundo o autor, esta nova tecnologia terá grande impacto na política global, pois “à medida que a IA provar seu valor repressivo para as autocracias, outros governos poderão começar a imitá-las”.

Os dois últimos artigos da presente edição enfocam os processos políticos que desembocaram na eleição de governos de tendência politicamente antiliberal na Itália (março de 2018) e em seguida no Brasil (outubro de 2018).

Em “Como os populistas venceram na Itália”, o cientista político italiano Roberto D’Alimonte explica a trajetória de ascensão ao poder do Movimento Cinco Estrelas (M5S) e da Liga (antiga Liga Norte), que, apesar de consideráveis diferenças de origem e programáticas, hoje são sócios no governo em Roma. “Apesar de tentativas dos últimos governos de realizar reformas, houve um aprofundamento da sensação de que há uma lacuna separando as elites econômicas e políticas do resto da população. A Liga e o M5S souberam aproveitar esse descontentamento ao prometer mudanças radicais”, escreve o professor da Universidade LUISS Guido Carli, para quem “a volatilidade eleitoral tem sido a norma na Itália” e o país deve “permanecer no limbo por um bom tempo”.

Em artigo inédito para o *Journal of Democracy em Português*, a socióloga Angela Alonso (USP) analisa a gênese do que ela chama de “campo patriota”, que se esboça no governo Lula (2003-2010), emerge nas manifestações de junho de 2013 e ganha força em 2015 e 2016, durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (2011-2016). “Ao longo desta mobilização intermitente, a rua passou da coexistência entre campos diferentes (o ‘autonomista’, o ‘socialista’ e o ‘patriota’) para o confronto entre frentes inimigas, com desfecho dramático na eleição de (Jair) Bolsonaro”, escreve a pesquisadora e ex-presidente do Cebrap.

“A insistência no simbolismo nacionalista, no combate à corrupção administrativa e de costumes e no antipetismo firmaram o campo político patriota. Este iceberg apareceu naquele junho de 2013. Foi festejado como primavera, mas era o começo do inverno”, afirma Alonso.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

O que aconteceu com as democracias da terceira onda?

Scott Mainwaring e Fernando Bizzarro

Scott Mainwaring é professor da cátedra Jorge Paulo Lemann (Estudos Brasileiros) da Kennedy School of Government da Universidade Harvard e organizador do livro “Party Systems in Latin America: Institutionalization, Decay, and Collapse” [Sistemas partidários na América Latina: institucionalização, decadência e colapso] (2018). **Fernando Bizzarro** é doutorando em governo da Universidade Harvard e pesquisador do Centro David Rockefeller de Estudos Latino-Americanos (DRCLAS).

Desde o início da “terceira onda” de democratização em 1974, pesquisadores têm se dedicado bastante ao estudo de democracias nascentes. Mas como elas têm se comportado num horizonte de tempo mais amplo? Para além da questão binária de “sobrevivência vs. colapso”, essas jovens democracias têm percorrido uma variedade de caminhos. Tanto podem se aprofundar, com instituições outrora frágeis sendo capazes de salvaguardar uma ampla gama de direitos liberais-democráticos, como podem permanecer envoltas em longas batalhas pela superação de práticas iliberais e disfunções institucionais, mas também podem enveredar para um autoritarismo competitivo ou ruir por completo. Sem considerar todos os possíveis cenários, é impossível compreender totalmente suas realizações e limites.

Apesar do amplo interesse por pesquisas sobre padrões globais de democratização, até a presente data ainda não houve uma sistematização acadêmica das trajetórias das diversas democracias daquela terceira onda. O presente artigo oferece a primeira análise em profundidade dos resultados das transições democráticas ocorridas entre 1974 e 2012.¹ Embora muitos estudos tenham focado nas transições e rupturas democráticas, nossa análise também acompanha a mudança no nível de democracia em regimes que mantiveram eleições democráticas regulares. Em outras palavras, consideramos não apenas alternâncias de regime — de democracia de volta para ditadura —, como também mudanças dentro das democracias. Em comparação a trabalhos conceituais sobre transições e quedas de regimes democráticos, houve muito menos avanço na construção de arcabouços teóricos para se entender o que leva uma democracia a se consolidar, estagnar ou ruir. Em tempos de crescente preocupação com retrocessos democráticos ao redor do globo, tais questões merecem consideração cuidadosa.

Analisamos os rumos pós-transição democrática de 91 regimes democráticos que (segundo nossos cálculos) emergiram no período entre 1974 e 2012 em grupos de cinco categorias mutuamente exclusivas: *colapsos democráticos*, *retrocessos*, *estagnações*, *avanços* e casos onde os regimes permaneceram *altamente democráticos mas sem grandes avanços*.

Os resultados dessa análise são desanimadores. Entre as 91 novas democracias que emergiram durante a terceira onda,² 34 entraram em colapso, muitas delas no curto prazo. Em 28 casos, a democracia se estagnou após a transição, normalmente em um nível baixo, e em dois outros casos houve retrocesso. Outros 23 países alcançaram níveis mais altos de democracia entre o primeiro ano do novo regime e 2017. Quatro países atingiram altos níveis de democracia no início e permaneceram nesse patamar até 2017. Ainda assim, sucessos absolutos foram incomuns, e fracassos retumbantes, frequentes.

Entre os casos da terceira onda, há grandes diferenças nos níveis de democracia. A estagnação é observada principalmente entre as democracias de baixo nível, embora um punhado de democracias intermediárias também tenham seguido esse caminho. No primeiro conjunto de países, o gozo efetivo de direitos pelos cidadãos é altamente desigual, os direitos da oposição são rotineiramente violados e mecanismos de *accountability* são frágeis. Na maioria dos casos, as disputas eleitorais são relativamente enviesadas, embora em menor grau que em regimes autoritários competitivos. Além disso, esses regimes são comparativamente mais vulneráveis a rupturas. A ameaça de um colapso do regime é motivo ainda maior de preocupação em países que enfrentam retrocesso democrático. Em comparação, democracias de alto nível são praticamente imunes ao colapso. Os direitos dos cidadãos são garantidos de maneira mais igualitária, governos respeitam os direitos da oposição e os mecanismos de *accountability* funcionam.

Também investigamos os contextos associados à piora ou ao colapso do regime democrático. Os países onde a democracia sobreviveu e avançou diferem sistematicamente daqueles nos quais ela ruiu ou não foi capaz de garantir avanços significativos. A sobrevivência ou o aprofundamento democrático são mais prováveis quando acompanhados de desempenho econômico consistente. A probabilidade de avanço democrático é, portanto, mais alta em países mais ricos, e as chances de colapso são menores quando a democracia vai bem nos países vizinhos. Países com um nível inicial mais alto de democracia têm, ao mesmo tempo, uma probabilidade maior de sobreviver a esses anos iniciais e menor de aprimorar a qualidade de sua democracia a médio prazo.

Colapsos, retrocessos, estagnações e avanços

Para capturar toda a gama de possíveis resultados discutida acima, usamos os dados do projeto Variedades de Democracia (V-Dem), que

permite uma medição mais nuançada das características de um regime do que outras medidas de qualidade da democracia.³ Especificamente, baseamo-nos na tipologia desenvolvida por Anna Lührmann, Staffan Lindberg e Marcus Tannenberg para identificar as transições e as rupturas democráticas utilizando como parâmetro as notas do V-Dem.⁴ Esses autores diferenciam quatro tipos de regime: *autocracias fechadas*, *autocracias eleitorais*, *democracias eleitorais* e *democracias liberais*.

De maneira alinhada a essa tipologia, chamamos de *transição* uma mudança de qualquer tipo de autocracia para qualquer tipo de democracia. A mudança inversa, de qualquer tipo de democracia para qualquer tipo de autocracia, chamamos de *colapso*. Assim como Lührmann, Lindberg e Tannenberg, estabelecemos uma linha divisória entre dois tipos de democracia e dois tipos de autocracia — registrando, assim, as transições de regime — com base nas notas do Índice de Democracia Eleitoral do V-Dem.⁵

Modificamos, no entanto, algumas regras definidas por Lührmann, Lindberg e Tannenberg: não consideramos aumentos ou quedas marginalmente acima ou abaixo da nota de corte para democracia eleitoral como uma transição seguida por um colapso ou vice-versa. Com base em nossas regras, de 1974 e 2012 houve 91 transições para a democracia em 79 países. (Mesmo com base em nossas regras modificadas, há 12 países nos quais a democracia surgiu, ruiu e emergiu mais uma vez dentro desse horizonte temporal.) Obviamente, como é verdade para todos os indicadores de democracia, a codificação de alguns casos está sujeita a contestação.

A maioria dos índices de democracia, incluindo os produzidos pelo V-Dem e pela Freedom House, reconhece concepções mais estreitas ou mais amplas de democracia — frequentemente chamadas de democracia eleitoral e democracia liberal, respectivamente. Usamos o conceito mais estreito, a base para as notas de democracia eleitoral do

V-Dem, para identificar transições e rupturas. Acadêmicos, formuladores de políticas públicas, políticos, ativistas e cidadãos normalmente imaginam que uma transição ocorra com o estabelecimento de uma democracia eleitoral, e que um colapso ocorra quando a democracia eleitoral deixa de existir.

Para medir o nível de democracia em democracias remanescentes, entretanto, empregamos a concepção mais ampla, representada pelas notas do Índice de Democracia Liberal do V-Dem. Além de serem parcialmente baseadas em democracia eleitoral, as notas de democracia liberal do V-Dem refletem o grau de respeito às liberdades individuais, da prevalência do Estado de direito e da capacidade dos poderes Judiciário e Legislativo de refrearem o Executivo. A maioria dos debates acerca do nível ou da qualidade da democracia leva em consideração esse conjunto mais amplo de características.⁶ A nota geral do V-Dem tanto para a democracia eleitoral quanto para a liberal varia de 0 a 1, com 1 representando o maior nível possível de democracia.

Com exceção dos casos de colapso, definimos o resultado de cada transição para a democracia comparando o nível de democracia liberal à época do início do processo ao nível de democracia liberal atingido em 2017. Por estarmos medindo a trajetória do regime (a variação entre o ponto de partida e 2017) e não o nível de democracia em 2017, alguns regimes que classificamos como tendo obtido um grande avanço podem ter uma nota de democracia liberal menor do que alguns que classificamos como estagnados.

Colapsos: os 34 regimes nos quais a democracia ruiu seguiram três diferentes caminhos até a ruptura democrática. Em alguns casos, o regime democrático foi encerrado por um golpe militar (como no Mali em 2012). O colapso peruano de 5 de abril de 1992 assumiu a forma de um “autogolpe”, no qual o então presidente Alberto Fujimori anunciou que dissolveria o Congresso e o Poder Judiciário. Mas a trajetória mais comum até o colapso entre as democracias da terceira onda tem

sido um caminho incremental sem um ponto claro de inflexão. Entre os países que seguiram essa trajetória estão Rússia, Turquia e Nicarágua. Embora, de maneira geral, analistas concordem que esses países vivam hoje sob regimes autoritários, há controvérsias sobre o ano exato do colapso. De acordo com o V-Dem, o colapso desses três países ocorreu em 2000, 2014 e 2008, respectivamente.

Retrocessos: em alguns casos, os níveis de democracia liberal erodiram substancialmente ao mesmo tempo em que foram mantidas eleições multipartidárias competitivas, livres e justas, de maneira que o regime permaneceu uma democracia segundo nosso sistema de classificação. Nesses casos, o cenário eleitoral se tornou mais desigual, o Executivo enfraqueceu parte dos mecanismos de *accountability* ou o governo violou alguns direitos da oposição. Consideramos que uma democracia retrocedeu se houve um significativo declínio das notas de democracia liberal do V-Dem do ano da transição até 2017 sem que no entanto tenha havido uma reversão para o autoritarismo. De acordo com nossas regras de classificação de resultados diferentes dos colapsos, os dois únicos casos de retrocesso foram Equador e Portugal.

Estagnações: essa categoria abrange regimes que (1) se tornaram democracias após 1974 e permaneceram assim até 2017; (2) que não observaram grandes avanços ou retrocessos no nível de democracia do ano de transição até 2017; e (3) que não eram democracias liberais de alto nível (ou seja, com nota de democracia liberal de 0,7 ou maior) em 2017. A estagnação, aqui, significa que os níveis de democracia liberal em 2017 estão relativamente próximos do que eram no início da transição. Isso não significa necessariamente que os níveis permaneceram constantes ao longo de todo o período.

Alguns regimes (como Líbano) estagnaram em um nível muito baixo de democracia liberal; outros (como Grécia) em um patamar bem superior. Diversos ficaram estacionados em níveis intermediários de democracia por um longo período. “Estagnação” pode ser um cená-

rio bem-vindo nos casos que chamamos de altamente democráticos sem grandes avanços, que já tinham uma democracia relativamente robusta no início. Esse geralmente não é o caso dos países classificados como estagnados, muito embora, em países pobres com Estados fracos, preservar uma democracia de baixa qualidade por um longo período seja, por si só, uma conquista.

Avanços: o oposto do retrocesso democrático é o avanço ou o aprofundamento democrático. Quando a democracia avança, direitos são mais respeitados, mecanismos de freios e contrapesos são fortalecidos e eleições se tornam mais competitivas, livres e justas. Empiricamente, a democracia se torna menos vulnerável ao colapso. Alguns casos onde ocorreram avanços ainda são democracias de nível relativamente baixo (como El Salvador, Guiana e Romênia), enquanto outros se tornaram democracias liberais robustas (Chile, Letônia, Espanha e Uruguai).

Estados altamente democráticos sem grandes avanços: quatro regimes democráticos registraram um nível inicial alto de democracia liberal e também terminaram o período com uma nota alta de democracia liberal (mínimo de 0,7), mas sem grandes avanços em relação a seu ponto de partida. Nesses países — Chéquia, Estônia, Lituânia e Eslovênia —, os direitos dos cidadãos foram relativamente protegidos de maneira igualitária e as instituições desenvolveram precocemente mecanismos efetivos de freios e contrapesos.

Resultados da terceira onda

Levando em consideração as expectativas irrealisticamente elevadas que resultaram da queda do comunismo na Europa (fim dos anos 1980 e início dos 90), a terceira onda foi um fracasso. Construir uma democracia implica um processo árduo de construção de um Estado sólido que garanta a ordem e proteja os direitos dos cidadãos, além de permitir que forças de oposição fiscalizem o Poder Executivo. A alta

incidência de colapsos e estagnações — que, somados, representam 62 dos 91 casos — sugere que esses desafios se mostraram difíceis demais para a ampla maioria dos países superar.

Em 2017, a nota média de democracia liberal entre os 79 países incluídos na análise era apenas 0,48. É praticamente a nota de 2017 do Paraguai, um país com profundos déficits democráticos. Se considerarmos apenas os países que ainda eram democráticos em 2017, a nota média é consideravelmente maior (0,56). Ainda assim, isso eleva a média até apenas o nível aproximado, em 2017, do Brasil, que vem enfrentando grandes desafios políticos.

Colapsos: os colapsos têm sido o resultado mais comum. Como mostra a Tabela 1 na página 9, a maioria ocorreu em um espaço relativamente curto de tempo. A duração média dos regimes democráticos que emergiram e ruíram entre 1974 e 2012 foi de apenas 10,6 anos. Como não contabilizamos como colapso mudanças de curta duração marginalmente abaixo do ponto de corte de Lührmann, nossa estimativa da proporção de colapsos é conservadora, e nossa estimativa da longevidade média é generosa. Observando-se as regras de Lührmann de maneira estrita, a proporção de colapsos aumentaria para 58 das 114 transições (em comparação com 34 de 91 sob nossas regras adaptadas).

Tabela 1: Colapsos

País	Transição	Colapso	País	Transição	Colapso
Armênia	1990	1996	Montenegro	2003	2007
Bangladesh	1992	2005	Nepal	2009	2011
Belarus	1992	1996	Nicarágua	1990	2008
Burkina Faso	1993	2015	Níger	2000	2009
Comores	2007	2015	Peru	1981	1992
Fiji	1993	2000	Rep. Dominicana	1982	1990
Fiji	2002	2007	Rússia	1992	2000
Filipinas	1988	2004	Sérvia	2001	2017
Gana	1980	1981	Sri Lanka	1995	2005
Honduras	1990	2010	Suriname	1976	1980
Ilhas Salomão	1978	1999	Tailândia	1997	2006
Macedônia	1998	2012	Tanzânia	1996	2001
Madagascar	1994	2001	Tanzânia	2006	2016
Malawi	1995	2004	Turquia	1988	2014
Maldivas	2009	2014	Ucrânia	1994	1998
Mali	1993	2012	Ucrânia	2006	2014
Moldova	1992	2005	Zâmbia	1994	2014

À medida que a terceira onda se deslocava dos países do Mediterrâneo, onde começou, em direção à América Latina, a maioria dos acadêmicos e formuladores de políticas públicas eram céticos em relação à duração das democracias emergentes.

Ondas democráticas anteriores na América Latina mostraram-se efêmeras, eventualmente dando lugar a novos períodos autoritários. O alto nível de desigualdade e as instituições democráticas historicamente frágeis da maioria dos países latino-americanos, a pobreza generalizada em muitos deles e as graves crises econômicas enfren-

tadas pela região nas décadas de 1980 e 1990 também dificultavam o prognóstico de uma democracia estável.

Mas, tanto na América Latina como nos países do Mediterrâneo, o caminho para a sobrevivência da democracia mostrou-se mais suave do que em partes do mundo atingidas posteriormente pela terceira onda. Das 43 democracias iniciadas entre 1974 e 1992, muitas localizadas nessas duas regiões, apenas 14 (32,5%) haviam ruído até 2017. A taxa anual de colapso, ou seja, o número total de colapsos dividido pelo número total de países-anos classificados como democracia eleitoral entre sua transição e 2017, foi quase tão baixa para democracias surgidas durante o início da terceira onda como para aquelas surgidas entre 1849 e 1944 (colapsos ocorreram em 1,3% dos países-anos do primeiro grupo, comparado com 1,1% desse último grupo).

O início dos anos 1990 foi uma época de otimismo democrático generalizado, mas muitas das democracias que surgiram naquele momento mostraram-se altamente frágeis e ruíram. A taxa anual de colapso entre os regimes democráticos com início entre 1993 e 2012 foi de 3,3%, quase três vezes maior do que a dos regimes que se tornaram democracias entre 1974 e 1992. Dos 48 regimes do primeiro grupo, 20 haviam entrado em colapso até 2017. Esse último segmento da terceira onda incluía os casos pós-comunistas e africanos, onde a democracia normalmente enfrentava condições de partida menos favoráveis.

Após o fim da Guerra Fria, muitos países africanos cederam à pressão ocidental em direção ao liberalismo, por vezes levando ao nascimento de democracias frágeis. Mas poucos desses regimes tornaram-se de fato democracias liberais sólidas e muitos entraram em colapso, muitas vezes de maneira relativamente rápida. Entre os dez colapsos africanos inclusos na Tabela 1, o período médio da transição até o colapso foi de apenas 11 anos.

Tabela 2: Retrocessos

País	Ano da transição	Índice de democracia liberal		Diferença
		Primeiro ano	2017	
Equador	1980	0,484	0,359	-0,125
Polônia	1991	0,774	00,596	-0,178

Retrocessos: surpreendentemente, houve apenas dois casos de retrocessos democráticos sem colapso: Equador e Polônia (ver Tabela 2 acima; sobre a classificação da Hungria, ver página 12 abaixo). A nota de democracia liberal do Equador permaneceu relativamente estável entre 1980 (0,48), o primeiro ano de seu regime democrático, e 2007 (0,47), mas a gradual erosão democrática na administração do presidente Rafael Correa (2007-2017) reduziu esse número para 0,36 em 2017.

Na Polônia, um país que havia sido um dos casos mais bem-sucedidos de democratização pós-comunista, o partido Lei e Justiça aumentou o controle do governo sobre o Judiciário, a sociedade civil e a imprensa desde que assumiu o poder em 2015. Naquele ano, a Polônia obteve a nota 0,78 no Índice de Democracia Liberal, um valor praticamente idêntico à sua nota no ano da transição, de 0,77 (em 1991). Em apenas dois anos de administração do Lei e Justiça, essa nota caiu drasticamente para 0,60. Além desses casos, alguns países ficaram próximos de um retrocesso democrático em 2017, e quatro regimes sofreram retrocessos no ano imediatamente anterior ao colapso (Fiji, Nicarágua, Sérvia e Ucrânia).⁷

Esses resultados sugerem que o retrocesso raramente termina em um equilíbrio estável no qual a democracia persiste, mas em um nível reduzido. Muitos líderes que começam a trilhar o caminho do enfraquecimento da democracia liberal buscam enfraquecer os mecanis-

mos de freios e contrapesos. Quando bem-sucedidos, surge um regime eleitoral autoritário. Se tiverem suas pretensões frustradas (como foi o caso da Colômbia de Alvaro Uribe em 2010), a democracia permanece intacta, sem sofrer significativo grande retrocesso. De qualquer modo, um retrocesso democrático de larga escala que não resulte em autoritarismo tem sido incomum.

Tabela 3: Estagnações

País	Ano da transição	Índice de democracia liberal		Diferença
		Primeiro ano	2017	
África do Sul	1995	0,524	0,622	0,098
Albânia	2002	0,425	0,463	0,038
Argentina	1984	0,604	0,631	0,027
Benim	1992	0,527	0,612	0,085
Bolívia	1986	0,415	0,397	-0,018
Bulgária	1991	0,552	0,593	0,041
Butão	2009	0,484	0,521	0,037
Colômbia	1992	0,439	0,492	0,053
Croácia	2000	0,553	0,553	0,000
Filipinas	2007	0,382	0,363	-0,019
Gana	1996	0,443	0,537	0,094
Grécia	1975	0,604	0,695	0,091
Hungria	1990	0,552	0,522	-0,030
Ilhas Salomão	2002	0,370	0,447	0,077
Índia	1977	0,353	0,429	0,076
Indonésia	2000	0,485	0,475	-0,010
Lesoto	2003	0,462	0,424	-0,038
Líbano	2009	0,281	0,314	0,033

País	Ano da transição	Índice de democracia liberal		Diferença
		Primeiro ano	2017	
Libéria	2006	0,529	0,490	-0,039
Maláui	2009	0,420	0,474	0,054
Moldova	2009	0,395	0,420	0,025
Níger	2011	0,388	0,376	-0,012
Panamá	1992	0,557	0,611	0,054
Rep. Dominicana	1996	0,276	0,255	-0,021
Serra Leoa	2003	0,393	0,372	-0,021
Suriname	1988	0,521	0,614	0,093
Tunísia	2012	0,563	0,621	0,058
Vanuatu	1980	0,564	0,636	0,072

Estagnações: com 28 casos, a estagnação é o segundo resultado mais comum entre as transições da terceira onda (ver Tabela 3 nas páginas 12 e 13). Três padrões dignos de nota caracterizam os regimes desse grupo. Primeiro, exibiram pouca variação do início da transição até 2017, apesar de terem durado em média 20 anos. Segundo, a maioria apresentou déficits democráticos gritantes no primeiro ano de democracia, que persistiram anos depois (em 2017). A nota média de democracia liberal em 2017 entre os 28 casos foi 0,50, similar ao nível de 2017 de Colômbia e Burkina Faso.

Essas democracias frágeis deram origem à teoria do cientista político argentino Guillermo O'Donnell sobre as áreas “marrons” dentro de regimes democráticos e semidemocráticos — zonas geográficas nas quais a proteção de direitos democráticos é truncada, o clientelismo é difundido, mecanismos de freios e contrapesos são frágeis e o Estado de direito é precário.⁸ Se, na média, esses países estão lentamente se tornando democracias mais robustas, estão fazendo isso a passos de tartaruga. Entre o ano da transição e 2017, a nota média de democra-

cia liberal das democracias estagnadas aumentou em apenas 0,03, e a média de aumento *anual* por país foram meros 0,0016. Se calcularmos com base na nota média de 2017 para esse grupo e na taxa média de variação anual desde o ano de transição, as democracias estagnadas levariam 125 anos para se tornarem uma democracia liberal de alta qualidade (ou seja, atingir uma nota de 0,70).

Há considerável variação entre esses 28 casos. Em 2017, Benim, Gana, Grécia, África do Sul e Suriname chegaram perto de serem classificados como tendo atingido avanços democráticos. Por outro lado, a democracia se deteriorou na Hungria, em Lesoto e na Libéria após suas respectivas transições, mas não o bastante para que esses casos fossem qualificados como exemplos de retrocesso.

O fato de que diversos países não exibiram muita variação do ano de transição até 2017 indica que a estagnação é, frequentemente, um equilíbrio estável. Mas também pode ser uma parada na trilha para o colapso. Dos 34 regimes que entraram em colapso, 28 teriam sido classificados como casos de estagnação se medidos no ano imediatamente anterior ao colapso. Como muitos regimes estagnaram por um período prolongado de tempo, e como são vulneráveis ao colapso, esse resultado pouco estudado das transições merece mais atenção do que vem recebendo.

Tabela 4: Avanços

País	Ano da transição	Índice de democracia liberal		Diferença
		Primeiro ano	2017	
Brasil	1987	0,399	0,568	0,169
Cabo Verde	1991	0,481	0,715	0,234
Chile	1990	0,628	0,787	0,159
Coreia do Sul	1988	0,423	0,713	0,290
El Salvador	1995	0,282	0,459	0,177
Eslováquia	1995	0,569	0,729	0,160
Espanha	1978	0,499	0,703	0,204
Geórgia	2004	0,364	0,550	0,186
Guatemala	1997	0,285	0,506	0,221
Guiana	1998	0,355	0,488	0,133
Letônia	1990	0,479	0,751	0,272
México	1996	0,292	0,476	0,184
Mongólia	1991	0,389	0,531	0,142
Namíbia	1990	0,406	0,578	0,172
Paraguai	1993	0,358	0,468	0,110
Peru	2001	0,456	0,603	0,147
Portugal	1976	0,517	0,821	0,304
Romênia	1991	0,344	0,487	0,143
São Tomé e Príncipe	1992	0,506	0,609	0,103
Senegal	1983	0,377	0,577	0,200
Taiwan	1997	0,512	0,691	0,179
Timor-Leste	2002	0,378	0,510	0,132
Uruguai	1985	0,489	0,768	0,279

Avanços: apesar do desempenho decepcionante da terceira onda de maneira geral, em 23 casos, incluindo o Brasil, espalhados por seis continentes, houve grandes avanços democráticos após a transição (ver Tabela 4 acima).

Mas é preciso fazer um alerta sobre essa lista de avanços. A maioria dos 23 regimes que se enquadram nesta categoria possuía uma nota inicial de democracia liberal surpreendentemente baixa: a nota inicial média era de apenas 0,425. Consequentemente, na maioria dos casos, um aumento significativo da nota não significou que esses países já tenham evoluído para se tornarem democracias de alto nível, mas, simplesmente, que melhoraram bastante em relação a um patamar inicial baixo. Em 2017, muitos desses regimes continuavam sendo o que Fareed Zakaria chamou de democracias iliberais e Larry Diamond descreveu como democracias eleitorais.⁹

Embora seja possível, atingir um alto nível de democracia liberal tem sido a exceção. O conjunto de 23 avanços democráticos inclui oito países que receberam uma nota de democracia liberal de 0,70 ou mais em 2017 — Cabo Verde, Chile, Coreia do Sul, Eslováquia, Espanha, Letônia, Portugal e Uruguai. Coreia do Sul, Portugal e Uruguai foram os países que obtiveram os maiores avanços desde a transição até 2017.

Tabela 5: Altamente democráticos sem grandes avanços

País	Ano da transição	Índice de democracia liberal		Diferença
		Primeiro ano	2017	
Eslovênia	1991	0,730	0,792	0,062
Estônia	1993	0,830	0,860	0,030
Lituânia	1990	0,751	0,734	-0,017
Chéquia	1991	0,819	0,768	-0,051

Altamente democráticos sem grandes avanços: apenas Eslovênia, Estônia, Lituânia e Chéquia se enquadram nesta categoria (ver Tabela na página 16). Esses quatro países pós-comunistas têm em comum com os casos de estagnação o fato de que suas notas de democracia liberal do V-Dem não sofreram grandes alterações desde o ano de transição. Entretanto, não exibem os mesmos déficits democráticos observados nos regimes classificados como estagnados. Intuitivamente, não é útil chamar democracias de alto nível de estagnadas.

Todos os quatro regimes começaram com altas notas de democracia liberal do V-Dem. A nota inicial média deles foi de 0,78 (para efeitos de comparação, o Reino Unido obteve 0,80 em 2017). Com exceção da Eslovênia, três dos quatro países tiveram um passado democrático antes da Segunda Guerra Mundial, um legado que provavelmente os favoreceu na reconstrução das instituições democráticas após a queda do comunismo.

Esses quatro casos, somados aos oito casos de avanços democráticos terminando com um alto nível de democracia liberal, resultam num total de somente 12 democracias liberais robustas em vigor em 2017 entre os 79 países que passaram por transições democráticas durante a terceira onda. Quando confrontados com os 34 colapsos e 28 estagnações, o resultado é decepcionante. Mas é importante ter em mente que muitos desses colapsos e estagnações ocorreram em território inóspito com condições de partida pouco favoráveis.

Democracias de baixa qualidade e regimes híbridos

Entre os regimes democráticos da terceira onda que sobreviveram, a democracia de baixo nível foi o resultado mais comum. A ausência de avanços após a transição decorre muitas vezes de um impasse entre forças que favorecem o aprofundamento da democracia e outras que se opõem a isso. Uma manifestação desse cabo de guerra é a existência de arranjos subnacionais híbridos ou autoritários.

Em regimes democráticos no nível nacional, Argentina, Brasil, México e Peru tiveram regimes híbridos em partes de seu território, assim como a Rússia antes de sua clara reversão ao autoritarismo no governo do presidente Vladimir Putin. Regimes subnacionais híbridos possuem eleições que não são totalmente livres e justas, ainda que a contagem de votos seja precisa. A competição não se dá em condições de igualdade. A imprensa e os tribunais são em grande medida controlados pelos Executivos provinciais, e líderes autoritários subnacionais usam recursos públicos para angariar apoio e minar a oposição. Esses bolsões de governo híbrido ou autoritário enfraquecem a democracia no nível nacional.¹⁰ Grandes desigualdades internas no exercício de direitos democráticos é algo comum em democracias de baixa qualidade.

Desde a década de 1990, outra distorção surgiu em alguns regimes democráticos, sobretudo na África subsaariana e na América Latina: organizações criminosas minaram a democracia no nível local, especialmente em comunidades urbanas pobres. Os moradores dessas comunidades controladas por organizações criminosas não são capazes de exercer a liberdade de expressão ou outros direitos democráticos fundamentais e não podem votar de maneira livre e justa — quando lhes é permitido votar.¹¹ Quando grupos criminosos organizados subvertem a democracia de tal maneira, ainda que um país obtenha outros ganhos democráticos, o nível geral de democracia liberal permanecerá modesto.

Um terceiro cenário comum que resulta em democracia de baixa qualidade ocorre quando o Poder Executivo nacional impede o aprofundamento democrático ou trabalha para enfraquecer os mecanismos de freios e contrapesos, mas não é capaz de produzir um colapso democrático completo. Esses regimes permitem eleições com uma contagem de votos precisa, embora normalmente em condições de competição desiguais. Nos anos 2010, Hungria e Bolívia foram exemplos

desse tipo de trajetória. Ambos os países obtiveram grandes avanços durante suas primeiras duas décadas de democracia, mas seus governos, com fome de poder, lideraram um processo de corrosão da democracia liberal mais recentemente.

O primeiro-ministro húngaro, Viktor Orban, e o presidente boliviano, Evo Morales, reduziram os direitos da oposição e os mecanismos de freios e contrapesos desde que assumiram o poder em 2010 e 2006, respectivamente. Entre o início da transição e 2017, os níveis de democracia em cada país aumentaram e depois diminuíram, mas não o bastante para classificá-los como colapso ou retrocesso democrático. Regrediram praticamente ao nível de democracia no ano da transição.

Os revezes democráticos ocorridos nos governos de Morales e Orban não se configuram como colapsos porque, em 2017, Bolívia e Hungria ainda tinham notas de democracia eleitoral acima de nosso limiar. E não constituem retrocessos porque as notas de democracia liberal de 2017 de ambos os países, embora menores do que quando seus líderes chegaram ao poder, não caíram significativamente abaixo das notas obtidas no momento da transição. Se classificássemos os retrocessos com base na mudança da nota de democracia liberal pós-transição mais alta até 2017, esse seria o caso da Bolívia e da Hungria. Mas, como medimos a mudança do ano da transição para 2017, representam casos de estagnação. (Sobre isso, a nota inicial comparativamente baixa de democracia liberal de 0,55 da Hungria ajuda a explicar por que essa classificação difere daquela da Polônia, que recebeu uma nota de democracia liberal de 0,77 em seu ano de transição).

Em partes do mundo onde os Estados Unidos ou a União Europeia possuem forte influência e extensos vínculos, dinâmicas internacionais que elevaram os custos de abandonar abertamente a democracia contribuíram, paradoxalmente, para alguns casos de sobrevivência de democracias de baixa qualidade.¹² Após o fim da Guerra Fria, golpes e ditaduras explícitas tornaram-se menos comuns porque os EUA, a UE

e a OEA (Organização dos Estados Americanos) exerceram pressão para apoiar a democratização e promover os direitos humanos. No entanto, mesmo antes do recente retrocesso do consenso pró-democracia da política externa na Europa Ocidental e nos EUA, era normalmente difícil para os atores ocidentais incentivar os países a aprofundar suas frágeis democracias. Assim, em muitos casos nos quais não havia um comprometimento legítimo dos líderes com um governo democrático, a democracia sobreviveu sem se aprofundar.

O papel das condições de partida

Para melhor compreendermos as condições associadas com a sobrevivência, o colapso ou o avanço democrático, realizamos algumas análises com base nas circunstâncias estruturais e políticas iniciais confrontadas por líderes democráticos. Para isso, exploramos inicialmente indicadores medidos no ano da transição do país para a democracia.

Os fatores que podem reduzir as chances de colapso e aumentar as de avanços democráticos incluem um nível mais alto de desenvolvimento econômico, maior capacidade estatal, a existência de países vizinhos democráticos e um passado democrático. Um nível inicial mais alto de democracia reduz a probabilidade de colapso. Também testamos se sistemas presidenciais tornavam os países mais vulneráveis ao colapso para pôr à prova o argumento clássico de Juan Linz sobre os “perigos do presidencialismo”.¹³

Além dessas medidas de condições de partida, analisamos outro fator contemporâneo: a média do crescimento do PIB per capita do primeiro ano de democracia ao último, que é ou 2017 ou o ano prévio ao colapso. Baixo desempenho econômico pode tornar as democracias mais vulneráveis ao colapso e menos capazes de alcançar grandes avanços democráticos. Para minimizar o número de observações que perdemos por falta de dados, incluímos a capacidade estatal e o PIB

per capita separadamente, e posteriormente os adicionamos à mesma regressão.

Nossos cálculos mostraram que os regimes que começaram com um nível maior de democracia liberal, que estavam geograficamente cercados por democracias e que passaram por períodos com taxas de crescimento econômico maiores estavam menos suscetíveis ao colapso. Esses achados estão alinhados com o que esperávamos. Países mais ricos também poderiam estar menos suscetíveis ao colapso, mas os números são inconclusivos (valor-p menor do que 0,14). Contra as expectativas, um passado democrático e níveis de capacidade estatal não mostraram associação com colapsos.

Quando testamos a associação entre condições de partida e avanço democrático, um quadro diferente emerge. Se consideramos quais das 57 democracias que sobreviveram até 2017 estavam entre as 23 nas quais observamos grandes avanços no nível de democracia liberal, concluímos que regimes com um PIB per capita inicial mais baixo, bem como aqueles que obtiveram um crescimento econômico menor, tinham chances menores de aprofundamento da democracia — um padrão que supostamente reflete um “efeito teto”. Entre os regimes que sobreviveram, aqueles que começaram com níveis mais baixos tinham um caminho mais longo a percorrer antes de chegar a esse teto e, portanto, mais espaço para melhorar a qualidade de sua democracia.

O fato de que países com PIB per capita mais alto estão mais propensos a avanços democráticos é consistente com a teoria da modernização. Embora muitas democracias recentes surjam em países com um nível baixo de desenvolvimento, esses regimes possuem menos chances de se aprofundar. Contra as expectativas, maior capacidade estatal não mostrou uma associação forte com avanços democráticos. Também contra as expectativas, países com um passado democrático mais robusto e aqueles com mais vizinhos democráticos não se mostraram mais propensos a obter grandes avanços democráticos. Dos

demais fatores que testamos, níveis iniciais de desigualdade não se mostraram claramente associados nem a colapsos nem a avanços. Da mesma forma, também contra as expectativas, uma transição de uma ditadura militar não resultou em uma probabilidade maior de colapso do que uma transição de qualquer outro tipo de ditadura.

Se uma lição desses achados é que grandes avanços democráticos são difíceis mesmo sob circunstâncias favoráveis, a outra é que tais avanços foram particularmente difíceis para aquelas democracias que enfrentaram condições econômicas desfavoráveis. As democracias que possuíam a vantagem de um PIB per capita maior no ano de seu surgimento e aquelas que tiveram maior crescimento econômico estavam mais propensas a obter maiores avanços democráticos. Regimes com maior crescimento econômico também estavam menos suscetíveis ao colapso.

A esse respeito, comparemos as trajetórias dos dois regimes democráticos peruanos iniciados entre 1974 e 2012. O primeiro emergiu em 1980 (ou, segundo nossa classificação, em 1981), mas caiu após o “autogolpe” do presidente Fujimori em 1992. Após Fujimori fugir do país e renunciar diante da pressão popular em 2000, o Peru restaurou a democracia em 2001. Desde aquele ano, as notas de democracia liberal do Peru melhoraram o bastante para que esse caso fosse classificado por nós como um avanço democrático.

Um crescimento econômico robusto deu ao atual regime democrático do Peru chances claramente maiores de sobrevivência e de aprofundamento do que seu precursor assolado por crises econômicas. Em um país com um histórico pífio de crescimento econômico como a democracia peruana de 1981-92 (uma média de -0,8% per capita por ano), as chances de colapso eram 90% mais altas comparadas com um país que cresceu tão rapidamente quanto o Peru desde sua redemocratização em 2001 (5,7% per capita por ano, em média). As chances de avanço democrático são cerca de 3,6 vezes mais altas para um país com as taxas de crescimento do Peru atualmente.

Embora as condições de partida afetem a probabilidade de diferentes resultados, não são determinantes, como demonstram democracias bem-sucedidas em condições desafiadoras como a Índia desde 1947 e a Costa Rica desde 1949. Entre os casos da terceira onda, Benim (0,61), São Tomé e Príncipe (0,61), Senegal (0,58), Gana (0,54) e Mongólia (0,53) haviam atingido em 2017 níveis mais altos de democracia liberal do que seria de se esperar com base nos níveis iniciais baixíssimos de PIB per capita desses países. De fato, a mera sobrevivência da democracia nesses casos é uma história de sucesso. Analogamente, em 2017, Eslovênia (0,79) e Benim (0,61) possuíam notas de democracia liberal bem mais altas do que seria de se esperar dada sua baixíssima capacidade estatal nos primeiros anos como democracias. Uma democracia é capaz de prosperar a despeito de condições de partida notavelmente adversas.

A terceira onda despertou a esperança de que a democracia havia definitivamente triunfado sobre a ditadura. A política global se transformou. Nunca antes na história tantas pessoas no mundo viveram em democracias eleitorais. Ainda assim, os resultados mais comuns das transições da terceira onda foram o colapso ou a estagnação. Os casos de aprofundamento democrático substancial resultando em democracias liberais robustas são exceções isoladas. Não é surpresa que colapsos democráticos aconteçam com maior frequência em países com um ponto de partida menos democrático, pior desempenho econômico e uma vizinhança menos democrática. Grandes avanços democráticos foram mais comuns em países que começaram com um PIB per capita mais alto e nos que passaram por um período de maior crescimento econômico, bem como naqueles com um ponto inicial menos democrático.

Concluimos com duas observações otimistas neste momento difícil para os defensores da democracia. Primeiro, na média, os países atingidos pela terceira onda eram muito mais democráticos em 2017

do que logo após suas primeiras transições pós 1974. A nota média de democracia liberal para os nossos 79 países no ano anterior à sua primeira transição era de 0,278, aproximadamente a nota atual de Honduras. Em 2017, a média era de 0,482. Seria imprudente ignorar os retrocessos e estagnações, mas seria igualmente imprudente ignorar o avanço democrático dramático observado quando consideramos um período mais longo de análise. Segundo, embora a sobrevivência e os avanços democráticos sejam mais difíceis quando os regimes enfrentam condições de partida desfavoráveis, a terceira onda demonstrou mais uma vez que, mesmo sob tais condições, novas democracias podem prosperar.

Notas

Somos gratos a Michael Coppedge, María Victoria De Negri, Steven Levitsky e Aníbal Pérez-Liñan por seus valiosos comentários.

1. A revolução portuguesa de 1974 é normalmente considerada o início da terceira onda. O governo democrático em Portugal, no entanto, só chegou ao poder em 1976, enquanto na Grécia isso ocorreu em novembro de 1974 — a primeira transição em nosso banco de dados. Como classificamos com base no primeiro ano em que o país era em grande parte democrático, para o V-Dem a transição grega aparece como 1975.

2. Não monitoramos as transições ocorridas após 2012 porque queríamos medir como os regimes evoluíram por pelo menos cinco anos. Por causa das regras de classificação do V-Dem, Lührmann et al. normalmente classificam as transições como tendo ocorrido um ano após a efetiva transferência de poder.

3. Michael Coppedge et al., “V-Dem Country-Year Dataset v8”. *Varieties of Democracy Project*, 2018; Daniel Pemstein et al., “The V-Dem Measurement Model: Latent Variable Analysis for Cross-National and Cross-Temporal Expert-Coded Data”. *V-Dem Institute Working Paper*, 2018, v. 21, 3ª ed., Universidade de Gotemburgo, abr. 2018.

4. Anna Lührmann; Marcus Tannenber; Staffan I. Lindberg, “Regimes of the World (RoW): Opening New Avenues for the Comparative Study of Political Regimes”. *Politics and Governance*, v. 6, n. 1 (2018), pp. 60-77.

5. Para o V-Dem, uma democracia eleitoral é aquela que realiza eleições com uma contagem justa de votos e possui liberdade de associação e de expressão.

6. Larry Diamond; Leonardo Morlino (Org.), *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005; Daniel H. Levine; José E. Molina (Org.), *The Quality of Democracy in Latin America*. Boulder (CO): Lynne Rienner, 2011.

7. Também houve um caso de grande avanço antes do colapso: Burkina Faso entre 1993 e 2014.

8. Guillermo O’Donnell, “On the State, Democratization and Some Conceptual Problems: A Latin American View with Glances at Some Postcommunist Countries”. *World Development*, v. 21, n. 8 (1993), pp. 1355-69.

9. Fareed Zakaria, “The Rise of Illiberal Democracy”. *Foreign Affairs*, v. 76, n. 6 (nov.-dez. 1997), pp. 22-43; Larry Diamond, *Developing Democracy: Toward Consolidation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.

10. Carlos Gervasoni, *Hybrid Regimes Within Democracies: Fiscal Federalism and Subnational Rentier States*. Nova York: Cambridge University Press, 2018.

11. Andreas Schedler, “The Criminal Subversion of Mexican Democracy”. *Journal of Democracy*, v. 25, n. 1 (jan. 2014), pp. 5-18.

12. Ver Steven Levitsky; Lucan A. Way, “International Linkage and Democratization”. *Journal of Democracy*, v. 16, n. 3 (jul. 2005), pp. 20-34.

13. Juan J. Linz, “The Perils of Presidentialism”. *Journal of Democracy*, v. 1, n. 1 (Winter 1990), pp. 51-69.

O caminho para a falta de liberdade digital

TRÊS DURAS VERDADES SOBRE AS REDES SOCIAIS

Ronald J. Deibert

Ronald J. Deibert é professor de ciência política da Universidade de Toronto, onde dirige o Citizen Lab da Munk School of Global Affairs and Public Policy. Entre suas obras está o livro “Black Code: Surveillance, Privacy, and the Dark Side of the Internet” [Código negro: vigilância, privacidade e o lado sombrio da internet] (2013).

As redes sociais têm levado uma surra ultimamente. O brilho das grandes empresas que dominam o setor se apagou e, com ele, de grande parte da internet. Facebook, Google e Twitter, entre outras, estão sujeitas a intenso escrutínio por conta das externalidades negativas criadas por seus serviços. Um foco de preocupação em diversos países tem sido o abuso dos canais das redes sociais como parte dos esforços para influenciar os resultados de importantes eventos políticos, incluindo o referendo do “Brexit” em junho de 2016 no Reino Unido e as eleições presidenciais norte-americanas no fim daquele mesmo ano. Em ambos os casos, como mostram estudos e relatórios das agências de inteligência, atores estatais e não estatais manipularam as redes sociais como ferramenta para suas “operações de informação”. O papel

* Publicado originalmente como “Three Painful Truths about Social Media”, *Journal of Democracy*, Volume 30, Número 1, Janeiro de 2019. © 2018 National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press

que as empresas de análise de redes sociais desempenharam nesses eventos foi especialmente pronunciado.¹

A situação apresenta um grande contraste entre a forma como as redes sociais se apresentam e como elas têm sido percebidas. Já foi parte da percepção dominante considerar que essas plataformas permitiriam um acesso mais amplo à informação, facilitariam a organização coletiva e empoderariam a sociedade civil. Mais recentemente, elas começam a ser vistas como algo que tem contribuído para algumas das mazelas sociais e comportamentais que o mundo enfrenta. Um número crescente de pessoas começa a crer que as redes sociais exercem influência excessiva em conversações políticas e sociais relevantes.² Outros começam a se dar conta de que desperdiçam uma quantidade insalubre de tempo concentrados nas telas de seus aparelhos, “socializando” online enquanto, na realidade, afastam-se uns dos outros e do mundo real.

Como resultado desse crescente desconforto, há uma pressão para regular as redes sociais para que administrem melhor suas plataformas, com o objetivo de evitar abusos de vários tipos, e garantam a privacidade dos usuários. Um pré-requisito de qualquer tipo de regulação, entretanto, é chegar a um entendimento sobre qual é o problema.

Cada vez mais, pesquisadores e o público em geral estão chegando a um consenso sobre o que chamo de as “três duras verdades” a respeito das redes sociais: (1) que o modelo de negócio das redes sociais está baseado na vigilância profunda e incansável dos dados pessoais dos consumidores para direcionar publicidade; (2) que voluntária e conscientemente toleramos esse nível desconcertante de vigilância; e (3) que as redes sociais não apenas não são incompatíveis com o autoritarismo como, na prática, estão se mostrando uma de suas ferramentas mais efetivas.

As observações acima não são completamente novas. Mas, quando somadas, pintam um quadro bastante sombrio da atual realidade so-

cial e política e pressagiam um futuro ainda mais sombrio. Por mais perturbadoras que possam ser as implicações sociais e políticas das patologias das redes sociais, só pode haver esperança de uma reforma significativa se as enfrentarmos de frente.

Redes sociais e capitalismo de vigilância

A vigilância é uma característica inerente à modernidade e, talvez, até à nossa natureza enquanto espécie. Observamos, fazemos previsões e tentamos moldar o mundo à nossa volta. Ao longo do tempo, as ferramentas à nossa disposição tornaram-se mais vastas e sofisticadas. Ao menos desde o Iluminismo, os humanos seguem uma trajetória motivada pela crença de que quanto mais informação, melhor. Mas é possível que esse instinto possa se tornar contraproducente, especialmente quando combinado com os poderes surpreendentes das tecnologias digitais?

É irônico lembrar da época não tão distante em que as pessoas tentavam compreender como poderiam obter lucro online. O boom das “pontocom” dos anos 1990 e a sua queda subsequente realçaram a “exuberância irracional” em torno das perspectivas da nova economia da informação. Rapidamente, no entanto, inovações vindas de empresas como Google, Facebook e outras não apenas forneceram um novo modelo de como obter receita a partir da conectividade à internet como também lideraram um modo radicalmente novo de produção que transformou o mundo.

Chamado de “economia da vigilância dos dados pessoais” ou “capitalismo de vigilância”,³ esse modo tem como cerne uma transação bastante simples: consumidores obtêm serviços (na grande maioria das vezes gratuitos) enquanto as empresas monitoram o comportamento dos usuários para personalizar os anúncios exibidos a eles.

As empresas que ganham milhões com essa fórmula naturalmente costumam descrever o que fazem em termos anódinos. O Facebook,

por exemplo, refere-se a seus usuários não como “consumidores”, mas como uma “comunidade”. A Google diz que sua missão é “organizar toda a informação do mundo e torná-la universalmente acessível e útil”, o que faz com que pareça muito mais benigna e empoderadora do que de fato é: um sistema massivo de vigilância comportamental com fins comerciais.

Há uma lógica inexorável ao capitalismo de vigilância: coletar o máximo de dados do maior número de consumidores, a partir de fontes de informação cada vez mais detalhadas, distribuídas e sobrepostas. Dados que revelam hábitos, relações sociais, gostos, pensamentos, opiniões, emoções, consumo de energia, batimentos cardíacos e até mesmo padrões de sono e dos sonhos estão sendo correlacionados de maneira cada vez mais criativa, extensa e precisa. E então os computadores classificam, analisam e utilizam essa massa de informações para refinar e personalizar anúncios online. Há de fato uma batalha infinita por coleta de dados e controle.

Os pedidos de patente do Facebook oferecem um mapa de como a empresa “pensa os rumos da tecnologia”.⁴ Uma das patentes trata de examinar o conteúdo dos posts de usuários para classificar sua personalidade em termos de extroversão, abertura e estabilidade emocional. Outra patente analisa transações do cartão de crédito e outras fontes de informação para alertar os anunciantes quando alguém está prestes a viver um evento importante, como uma formatura ou o nascimento de uma criança. Ainda mais sinistras são as patentes relativas ao uso de pequenos arranhões na lente das câmeras para criar uma “impressão digital” única do usuário.

Por trás dessa linha de frente da economia da vigilância há inúmeras empresas do ramo de “análise de dados” que, trabalhando nos bastidores, alimentam-se das informações coletadas por grandes empresas, que podem então ser vendidas a anunciantes e a outras empresas. Integram esse ecossistema empresas que oferecem hardware,

software, aplicativos, algoritmos etc. A maioria dos usuários quase nunca ouve falar desses arranjos entre empresas a não ser que seus dados sejam hackeados ou surja um escândalo, como o caso da Cambridge Analytica (2018).

As empresas que controlam as redes sociais ganham muito dinheiro em acordos comerciais com dezenas de serviços online, numa bonança pouco transparente em que os usuários dessas plataformas, de forma mais ou menos consciente, entregam uma vasta quantidade de dados pessoais para os mais diversos fins. De acordo com uma investigação do jornal New York Times, o Facebook possui acordos de compartilhamento de dados com, ao menos, 60 fabricantes de dispositivos — incluindo Apple, BlackBerry, Microsoft e Samsung. Um jornalista descobriu que, no momento da instalação de um aplicativo, o app poderia ter acesso não somente a todas as informações do novo usuário como também de centenas de seus amigos de Facebook e de cerca de 300 mil “amigos de amigos”.⁵

É difícil superestimar a escala da transformação econômica desencadeada por esta economia da vigilância. Até mesmo empresas de setores tradicionais estão sendo transformadas em veículos para coleta de dados pessoais. Companhias aéreas, por exemplo, agora são mais do que apenas um meio de transporte. Também são empresas de coleta de dados e marketing ligadas a outras empresas de coleta de dados e marketing, como redes hoteleiras, companhias de táxi e agências de viagem. Programas de fidelidade oferecem maneiras de rastrear preferências, movimentações e hábitos de consumo de seus clientes. Ao baixar o aplicativo de uma companhia aérea para reservar voos, fazer check-in e emitir o cartão de embarque, o consumidor ganha em conforto e conveniência. E o que a companhia ganha? Como afirma a política de privacidade da Air Canada, ela obtém informações sobre seus clientes para permitir que a empresa “desenvolva e recomende produtos e serviços com base na compreensão de seus interesses e necessidades”.

Todas as aplicações de redes sociais (apps) possuem funções de alto e de baixo nível. Uma aplicação usada para exercitar seu cérebro pode parecer um mero jogo, mas, na verdade, também serve de meio para observar e coletar dados sobre você: seu dispositivo, suas outras aplicações, seus contatos, suas fotos, suas configurações, sua geolocalização, até mesmo sua câmera e seu microfone. Em 2014, a Pew Internet descobriu que apps podem pedir até 235 diferentes tipos de permissão dos usuários de smartphones com Android, sendo que o app típico pede cinco.⁶

Consentimos (mas não conscientemente)

A segunda dura verdade é que, no mínimo, aceitamos esses termos de troca, quando não imaginamos que nos beneficiamos. O conhecimento dos problemas e das consequências não intencionais das redes sociais está se espalhando, e plataformas específicas surgem e desaparecem, mas as redes sociais como um todo seguem populares e o sistema econômico subjacente baseado em vigilância está em constante expansão.

A disseminação das redes sociais cria fortes incentivos e desincentivos para que as pessoas continuem usando esses serviços. Adolescentes costumam afirmar que não podem deixar o Facebook porque ficariam socialmente isoladas. Empregando o que um autor chamou de “imperialismo da infraestrutura”, as organizações frequentemente oferecem redes sociais como a maneira mais fácil de acessar seus serviços, excluindo aquelas pessoas que optaram por não entrar ou abandonar as redes sociais, ao mesmo tempo em que moldam as escolhas daquelas pessoas que estão nelas.⁷

Mas será que os usuários compreendem totalmente as escolhas que estão fazendo quando se cadastram em uma rede social? É comum baixar e instalar inúmeros aplicativos, cada um com um longo texto dos “termos de serviço” e um botão “aceitar”— não é possível avançar

sem clicar no botão — sem termos, de fato, lido os termos, muito menos entendido suas implicações. Anos atrás, uma empresa de software incluiu uma oferta no valor de mil dólares no final de seus termos de serviço, para ver quantas pessoas continuariam lendo até o fim.⁸ Quatro meses e três mil downloads depois, apenas uma pessoa reivindicou a quantia ofertada. Considerando-se também os jargões jurídicos usados, a nuvem de desconhecimento sobre as obrigações contratuais torna-se ainda mais densa. Resumindo, a vasta maioria dos usuários concorda com os termos de uso sem tê-los compreendido.

Embora muitas pessoas reconheçam as limitações reais das nossas escolhas, um estudo global com estudantes que tentaram passar um dia sem acessar redes sociais evidenciou um mecanismo muito mais fundamental (e menos consciente). De acordo com esse estudo, “a maioria dos estudantes de todos os [dez] países não conseguiu passar 24 horas sem acessar nenhuma rede social, e todos usaram praticamente as mesmas palavras para descrever suas reações: inquieto, confuso, ansioso, irritável, inseguro, nervoso, impaciente, louco, viciado, apavorado, enciumado, furioso, solitário, dependente, deprimido, agitado e paranoico”.⁹ Em outras palavras, as redes sociais são mecanismos de vício.

As redes sociais nos estimulam de uma maneira poderosamente subconsciente e hormonal. Afetam o cérebro humano da mesma forma que uma nova paixão.¹⁰ Níveis de ocitocina — às vezes chamada de “o hormônio do amor” — chegam a aumentar 13% quando as pessoas usam as redes sociais por apenas dez minutos.¹¹ As pessoas viciadas em redes sociais “apresentam sintomas similares àqueles de indivíduos que sofrem de dependência química ou outros comportamentos” — como síndrome de abstinência, recaída e alteração de humor.¹² É correto descrever nosso desejo de acessar as redes sociais como consciente quando essa escolha possui as mesmas propriedades de um vício?

As empresas investem uma quantia extraordinária de recursos em pesquisas voltadas para intensificar os apelos emocionais e até mesmo

os aspectos viciantes das redes sociais. Entendem que, para vencer a disputa pelo tempo e pela atenção das pessoas, cada vez mais escassos, é necessário produzir uma espécie de compulsão por parte do consumidor. Para estimular o engajamento contínuo, as redes sociais tomam emprestado métodos que remontam ao psicólogo B. F. Skinner (1904-90). Entre eles está o condicionamento operante, que trata de alterar o comportamento por meio de um sistema de punições e recompensas. O comportamento seguido por consequências agradáveis tende a ser repetido.

Um bom exemplo de condicionamento operante nas redes sociais é o que se conhece como “loop compulsivo”, observado em uma ampla gama de redes sociais e, em especial, em jogos online. Funciona por meio de um “reforço de intervalo variável”, no qual recompensas são dadas de maneira imprevisível. O reforço de intervalo variável é efetivo para moldar um aumento regular do comportamento desejado, aparentemente afetando as vias dopaminérgicas* dentro do cérebro. Os designers de jogos usam o reforço de intervalo variável para estimular jogadores a jogar o jogo repetidas vezes.

Ao fazê-lo, os jogadores lentamente se viciam, e o jogo aprende mais e mais sobre seus interesses, movimentos e assim por diante. As plataformas de redes sociais percebem até mesmo quando o usuário se desinteressa e desenvolveram técnicas e ferramentas para trazê-lo de volta: bolinhas vermelhas sobre os ícones dos apps, notificações de banner, o som de um sininho, uma vibração.¹³

Sean Parker, que foi o primeiro presidente do Facebook, deu recentemente declarações impressionantes sobre como a rede social empregou tais métodos para prender as pessoas à sua plataforma. Parker descreveu como recursos como o botão de “curtir” foram desenhados para dar aos usuários “uma pequena dose de dopamina”. Explicou: “é um loop de feedback de validação social [...], exatamente o tipo de

*. Vias de transmissão da dopamina de uma região do cérebro para outra. (N. T.)

coisa que um hacker como eu inventaria, porque você está explorando uma vulnerabilidade na psicologia humana”. Como observou o antigo funcionário da Google Tristan Harris de maneira ameaçadora: “nossas escolhas não são tão livres como pensamos”.¹⁴

Como é o caso em outros setores onde o vício é um fator (tabaco, cassinos), usuários de redes sociais frequentemente possuem uma vaga noção das técnicas de alteração de comportamento que as pessoas no comando dessas empresas e seus consultores pagos estudam, desenvolvem e aplicam intensamente. Experimentos psicológicos com os consumidores são essenciais para refinar os produtos.¹⁵ Sem supervisão ética, esses experimentos às vezes dão errado.

O exemplo mais infame foi o experimento que o Facebook fez em janeiro de 2012 que manipulava as emoções de mais de 689 mil usuários ao deliberadamente manter ou excluir conteúdo positivo ou negativo de seus feeds de notícia.¹⁶ O experimento demonstrou que esse tipo de manipulação funcionava, e os usuários demonstraram sinais de “contágio emocional” — quanto menos positivo era o conteúdo que viam, menos positivas eram suas próprias postagens, ao passo que a redução da exposição a conteúdos negativos também reduzia os posts negativos que esses mesmos usuários publicavam. Quando o estudo que registrou e analisou esses resultados foi publicado em 2014, a comunidade acadêmica condenou veementemente a ausência de consentimento informado dos pesquisados antes de os pesquisadores conduzirem o experimento. Suas implicações preocupantes, no entanto, permaneceram: uma empresa de rede social encontrou uma maneira de “descobrir, e até mesmo desencadear, uma fraqueza dos usuários no nível individual”.¹⁷

Nossa “consciência” parcial ao usar as redes sociais também advém da maneira pela qual os sistemas dos quais dependemos e que moldam nossas vidas vêm se tornando cada vez menos visível e fora do nosso rol de preocupações. A metáfora da “nuvem” usada para descrever as

redes sociais revela esse clima de obscuridade. O que é “a nuvem”? São camadas sobre camadas de algoritmos escondidos em minúsculos microprocessadores, dispostos em sensores conectados em rede e que alimentam armazéns de processamento de dados localizados debaixo de montanhas ou em locais isolados cercados por arame farpado. Tudo isso é protegido por leis de propriedade intelectual e acordos de confidencialidade. Essa vasta infraestrutura tecnológica, física e jurídica exerce controle sobre nossas vidas enquanto as plataformas de redes sociais buscam manter seus produtos escondidos no pano de fundo da existência cotidiana — sempre ligados e usados constantemente, mas de maneira tão rotineira que às vezes nem percebemos e sobre os quais refletimos muito pouco.

As plataformas de redes sociais se aproveitam da confiança humana na atividade de compartilhar informações entre amigos para nos levar a compartilhar informações com anunciantes.¹⁸ O plano é lentamente nos tornar complacentes para que não notemos a intensa vigilância e o vasto maquinário por trás de tudo isso enquanto usamos esses serviços. Se a contínua popularidade das redes sociais serve de guia, o plano está funcionando.

As redes sociais guiam práticas autoritárias

A última e mais preocupante dura verdade sobre as redes sociais é que elas têm contribuído para impulsionar práticas autoritárias. As redes sociais não são apenas compatíveis com o autoritarismo: elas podem ser uma das principais razões pelas quais as práticas autoritárias atualmente se espalham rapidamente pelo mundo, semeando confusão, preconceito, ignorância e conflito. Uma prática autoritária particular pode ocorrer até mesmo em um regime não autoritário.¹⁹

No coração dessa dura verdade está uma surpreendente inversão de uma suposição amplamente aceita até um passado mais ou menos

recente de que as tecnologias digitais se mostrariam incompatíveis com o autoritarismo. Hoje está claro que essa sabedoria popular estava errada. Na verdade, as redes sociais estão guiando a ampliação e o fortalecimento de práticas autoritárias.

Consideremos os efeitos sobre o debate público do massivo volume de informação produzido nas redes sociais. Embora preocupações com o “excesso de informações” remontem à prensa de Johannes Gutenberg, estamos indiscutivelmente atingindo um ponto no qual a quantidade de dados está produzindo uma mudança qualitativa. O Twitter diz registrar cerca de seis mil novos tuítes por segundo, o que resulta em aproximadamente 200 bilhões de novos tuítes por ano. Diariamente, quase um bilhão e meio de pessoas entram no Facebook.²⁰ A cada minuto, são feitas mais de 3,87 milhões de buscas no Google e sete novos artigos são incluídos na Wikipédia.²¹ E uma vasta proporção da humanidade carrega consigo dispositivos sempre ligados e conectados. A quantidade impressionante de informações produzidas desencadeou um tsunami constante de dados em tempo real.

O mundo das redes sociais facilita mais conteúdos extremistas, carregados emocionalmente e divisivos do que considerações calmas e fundamentadas sobre narrativas complexas.²² A perseguição racional e deliberada de consenso e a busca pela verdade estão perdendo terreno para a cacofonia de opiniões e a torrente de informações nas redes sociais.²³ Diante do excesso a que são submetidos, os consumidores recorrem a atalhos cognitivos que tendem a aproximá-los de opiniões que se encaixem naquilo em que já acreditam. Ao mesmo tempo, o próprio algoritmo das redes sociais coloca os usuários em “bolhas” online nas quais se sentem confortáveis e ideologicamente alinhados.

Um tsunami informacional constante e em tempo real cria o ambiente perfeito para a disseminação de informações falsas, teorias da conspiração, rumores e “vazamentos”. Alegações e narrativas infundadas viralizam, e a apuração dos fatos não dá conta de acompanhá-

-las. Membros do público, incluindo pesquisadores e jornalistas investigativos, podem não ter a *expertise*, as ferramentas ou o tempo para verificar todas as alegações. Quando conseguem fazê-lo, as informações falsas podem já ter se embrenhado na consciência coletiva. Enquanto isso, novos escândalos ou acusações grotescas continuam a chegar aos usuários, misturando fato e ficção.

Pior ainda, estudos mostraram que tentativas de “suprimir rumores por meio de refutação direta podem facilitar sua difusão ao aumentar sua exposição”.²⁴ Em outras palavras, tentativas de corrigir informações falsas podem, ironicamente, contribuir para o aumento de sua disseminação e até mesmo aceitação.²⁵ O constante bombardeio de vazamentos, teorias da conspiração e outras informações falsas, por sua vez, alimenta o cinismo, na medida em que os cidadãos se cansam ao tentar discernir a verdade objetiva no meio da torrente de notícias verdadeiras, falsas ou algo no meio do caminho entre essas duas coisas.²⁶ Questionar a integridade de toda a mídia — um objetivo do autoritarismo —, por sua vez, pode levar a um tipo de fatalismo e paralisia política.²⁷

As ações (ou inações) das plataformas de redes sociais estão contribuindo para esse problema. As empresas não parecem dispostas nem capazes de eliminar informações falsas ou maliciosas. Apesar da enorme pressão pública e governamental após as eleições norte-americanas de 2016, um estudo de 2018 concluiu que “mais de 80% das contas de usuário que frequentemente disseminaram informações falsas durante a campanha eleitoral de 2016 ainda estão ativas e continuam a publicar mais de um milhão de tuítes em um dia típico”.²⁸

Outro estudo estima que entre 9% e 15% dos “usuários” ativos do Twitter sejam, de fato, *bots*.²⁹ Quando se revelou, em julho de 2018, que o serviço de *microblogging* estava deletando cerca de um milhão de contas falsas por dia, o preço de suas ações caiu vertiginosamente — um sinal das razões comerciais para não se ir muito a fundo em sua própria plataforma para se livrar de usuários falsos.³⁰ Em setembro de

2018, a COO do Facebook Sheryl Sandberg revelou diante de uma comissão do Senado dos EUA que, de outubro de 2017 a março de 2018, sua empresa havia deletado 1,3 bilhão de contas falsas.³¹ Atores mal-intencionados estão agora usando grupos de WhatsApp, bem como imagens e vídeos adulterados chamados de *deep fakes*³², para disseminar informações falsas de maneira viral. Essas técnicas são muito mais difíceis de se combater nas plataformas de redes sociais do que os métodos anteriores e quase certamente se tornaram uma prática corrente para difamar e chantagear campanhas na arena política.

Apesar dos esforços de faxina interna, as redes sociais seguirão sendo um alvo fácil de explorar com o propósito de disseminar informações falsas enquanto o aumento do número de usuários for o coração do negócio.³³ Em meados de 2018, a equipe de segurança da Google não foi capaz de impedir que pesquisadores fingindo ser *trolls* russos comprassem anúncios políticos em sua plataforma.³⁴ Os pesquisadores pagaram em moeda russa e se registraram usando um CEP russo. Usaram pistas ligando seus anúncios à Internet Research Agency, a mesma fazenda de *trolls* alvo de intensa investigação pelo Congresso dos EUA e pelo procurador especial Robert Mueller. É improvável que um sistema cuja receita se baseia em anúncios peque pelo excesso de cautela ao tentar distinguir os atores legítimos dos mal-intencionados.

Bem distante de quaisquer medidas que as redes sociais possam ou não tomar para limpar suas plataformas está um problema mais fundamental, com poucas chances de ser enfrentado enquanto o modelo de negócio dessas empresas for atrair e manter a atenção dos usuários a qualquer custo. Do modo como se configura hoje, o sistema de publicidade baseado em algoritmos no coração da economia de vigilância faz emergir e impulsiona conteúdos extremistas, imprecisos e radicais — independentemente do que atores mal-intencionados façam para promovê-lo.³⁵

Os sistemas de publicidade online, observou o jornal *Washington Post*, “regularmente posicionam anúncios ao lado de conteúdos politicamente extremos — e dólares nos bolsos daqueles que produzem manchetes polarizadoras e politicamente carregadas”.³⁶ Uma das maiores preocupações é o conteúdo que não viola as políticas das plataformas sobre discurso de ódio ou promoção da violência, mas, ainda assim, usam gatilhos emocionalmente carregados ou sensacionalistas para promover teorias conspiratórias, informações falsas ou propaganda política. Esse tipo de conteúdo pode ser o mais traiçoeiro, já que é muito mais difícil de ser percebido pelos mecanismos de controle das empresas, mas, ainda assim, atraem o maior número de leitores ou visualizações. Para dar apenas um exemplo, um estudo alemão recentemente concluiu que, quando comparadas com municipalidades similares, aquelas onde o uso do Facebook é maior tendem a ter uma incidência maior de violência contra refugiados.³⁷

Não é surpresa, portanto, que pessoas com inclinações autoritárias estejam se aproveitando ativamente do ambiente propício oferecido pelas redes sociais.³⁸ Pesquisa recente do Oxford Internet Institute descobriu que 48 países possuem ao menos uma agência governamental ou partido político utilizando as redes sociais para moldar a opinião pública. Líderes com propensões autoritárias frequentemente censuram as *fake news* ao mesmo tempo em que propagam descaradamente informações claramente falsas. Jacob Weisberg elenca alguma das consequências:

*Em Myanmar, o ódio difundido no Facebook Messenger levou a uma limpeza étnica dos rohingyas. Na Índia, falsos rumores de rapto de uma criança no serviço WhatsApp do Facebook incitou o linchamento de vítimas inocentes. Nas Filipinas, na Turquia e em outras democracias em retrocesso, gangues de “trolls patriotas” usam o Facebook para disseminar informações falsas e aterrorizar os oponentes. E, nos Estados Unidos, as ferramentas de anúncio da plataforma seguem sendo veículos de propaganda política clandestina.*³⁹

Em 2017, o cientista político Thomas Rid escreveu que o Twitter, a mais aberta e pouco administrada entre as plataformas de rede social, “tornou-se uma ameaça à democracia liberal”.⁴⁰ O Twitter não exige o nome real no cadastro, e não há limite para o número de contas que podem ser criadas. Os usuários podem facilmente apagar contas e seu conteúdo e o serviço é altamente automatizado — circunstâncias que tornaram a plataforma ainda mais fácil de explorar negativamente. Criar *bots* no Twitter é simples. E *bots* não dormem nem perdem o foco. Podem sequestrar conversas e distorcer o discurso em direções irracionais. É de se espantar que o Twitter tenha se tornado a ferramenta preferida para operações de influência com viés autoritário?

Uma ferramenta para pessoas autoritárias

O autoritarismo prospera fazendo uso de outra característica das redes sociais: sua inerente insegurança. Ativistas, dissidentes e jornalistas dependem das redes sociais como todas as outras pessoas. As plataformas que explicitamente encorajam a confiança mútua, a intimidade e o compartilhamento abrem uma avenida propícia para os autoritários se infiltrarem e romperem essas redes vistas como uma ameaça a seus interesses. As táticas variam, indo desde campanhas baratas, mas efetivas, de *phishing* e engenharia social até o uso de *spywares* sofisticados e comercialmente disponíveis que infectam os dispositivos da pessoa-alvo (há um amplo e desregulado mercado para produtos tipo *spyware*).⁴¹

A sociedade civil não dispõe do conhecimento ou da capacidade necessária para se proteger desses ataques. Embora as redes sociais tenham tomado medidas louváveis para proteger seus usuários, o intenso compartilhamento de dados inerente ao modelo de negócios das redes sociais limita a efetividade de tais medidas. Graças às redes sociais, os autocratas são atualmente capazes de ultrapassar as fronteiras e infiltrar-se sorrateiramente nas contas, documentos e comunicações

de dissidentes, secretamente ouvindo e observando tudo o que fazem, frequentemente com consequências perigosas.

Essa é outra peça da sabedoria popular que agora se provou completamente equivocada: muitos pensavam que as redes sociais empoderariam a sociedade civil transnacional, mas agora parece que as redes sociais podem estar contribuindo para o progressivo enfraquecimento da sociedade civil.

Por fim, a própria vigilância pormenorizada feita pelas redes sociais por razões econômicas está se provando uma *proxy* irresistível para o controle autoritário. Por que um governo se importaria em construir seu próprio aparato de vigilância quando o setor privado já oferece um? Como as revelações de Edward Snowden em 2013 sobre a Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA) mostraram, as informações que as redes sociais compartilham com os órgãos de segurança e de inteligência são atualmente essenciais para o sucesso de suas atividades. E, embora as democracias liberais do Ocidente possam regular tal compartilhamento público-privado com certas salvaguardas legais, ainda que imperfeitas, regimes autoritários constituem um ambiente completamente diferente — e uma oportunidade de negócios cada vez mais lucrativa.

A República Popular da China oferece um exemplo assustador ao trabalhar com conglomerados de redes sociais como Alibaba e Tencent para construir um sistema de crédito social que parece tirado das páginas do livro “1984”, de George Orwell, ao classificar as reputações de cidadãos e empresas com base em suas compras, movimentações e comunicações públicas, utilizando esse ranking para restringir acesso a empregos, viagens e crédito. Empresas que operam no país precisam se adequar à lei de cibersegurança chinesa, aprovada em 2016, que exige que elas policiem suas redes, censurem discretamente chats privados e postagens públicas e compartilhem os dados dos usuários sempre que forem demandados pelas autoridades chinesas.

Empresas ocidentais como Apple, Facebook e Google costumavam proclamar em voz alta que se preocupavam em proteger os direitos de seus usuários. Agora deram uma guinada de 180 graus para obterem acesso ao gigante mercado chinês. Vazamentos recentes mostraram que a Google reviu sua política de 2010, quando deixou a China por questões de princípio, e está desenvolvendo um mecanismo de busca customizado para a China chamado Projeto Dragonfly.⁴² Esse mecanismo de busca censuraria resultados e identificaria usuários para que agências de segurança também soubessem quem está buscando o quê.

No início de 2018, a Apple também fez concessões similares para entrar no mercado chinês. A empresa agora usa uma instalação controlada pelo governo na província de Guizhou para hospedar as contas de iCloud de cidadãos chineses. Enquanto isso, o fundador e CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, mal é capaz de conter seu entusiasmo em relação às oportunidades de negócios com a China. O que aparenta ser um modelo bem-sucedido de gestão de redes sociais não ficará limitado à China. Autocracias do mundo todo estão se mostrando receptivas a empresas chinesas e às normas e práticas autoritárias trazidas por elas. Longe de ajudar a por um fim na autocracia, as redes sociais estão se mostrando um fiel aliado.

Serão as redes sociais capazes de se desintoxicar?

Essas duras verdades resultam em um quadro desanimador e uma previsão preocupante para o futuro das práticas liberais-democráticas. Parece inegável hoje que as redes sociais precisam assumir parte da culpa pela ascensão do neofascismo, pelas políticas tribais e pela disseminação da ignorância e preconceito que testemunhamos nos últimos anos. A vigilância dos dados pessoais se coaduna com práticas autoritárias e ambas se enredaram em oportunidades comerciais aparentemente infundáveis que prometem grandes lucros, mas também

ameaçam minar a accountability, semear a divisão, disseminar a ignorância e garantir o controle autocrático.

Uma vez que se compreenda isso, torna-se claro que pequenos ajustes às redes sociais — seja por meio de políticas corporativas voluntárias ou uma série de regulamentações — terão efeitos desprezíveis. Pode haver intenções genuinamente boas por trás das promessas dos executivos das redes sociais de se esforçarem mais para proteger a privacidade ou policiar suas redes, mas os imperativos de negócio que guiam essas plataformas tornam a eficácia de tais promessas altamente questionável.

Como controlar as grandes empresas multinacionais para prevenir as externalidades negativas de seus serviços sem eliminar o modelo de negócios no qual esses serviços se baseiam? É desalentador imaginar o escopo e a escala das mudanças que podem ser necessárias para mitigar as consequências aqui listadas. Em um curto período de tempo, as tecnologias digitais tornaram-se difundidas e profundamente arraigadas em tudo o que fazemos em nosso dia a dia. Desemaranhar tudo isso não é nem possível nem desejável. Precisamos de meios abertos e seguros de nos comunicarmos globalmente para gerir nosso planeta e nossas vidas. Mas precisamos também reconhecer que o atual desenho, baseado na vigilância e na exploração dos dados pessoais, trabalha contra esses objetivos.

Para restaurar a democracia liberal, precisaremos de uma mudança completa em nossos modos de vida. Isso obviamente não será fácil, nem acontecerá da noite para o dia. Haverá enormes forças sociais, econômicas e políticas jogando contra. É necessária, portanto, uma estratégia abrangente de reforma de longo prazo, contemplando do pessoal ao político, do local ao global. Precisamos aprender a tratar nosso ambiente informacional da mesma maneira que esperamos tratar nosso ambiente natural — como algo que precisamos proteger com uma postura de cautela e moderação. Se é inteligente racionar

energia, economizar o consumo de dados também pode ser altamente recomendável. Ao mesmo tempo, precisamos desenvolver sistemas de ensino público que ensinem os jovens não apenas a ler e analisar o que consomem, mas sobretudo a desenvolver relações pessoais e coletivas baseadas na ética, na civilidade e na tolerância. Nas arenas política e jurídica, os cidadãos precisam conquistar o direito de saber o que as empresas e os governos estão fazendo com a enorme quantidade de dados pessoais que estão sendo coletados ininterruptamente. Também será crucial estender esse direito internacionalmente, responsabilizando regimes autocráticos. Empresas precisam ser impedidas de vender produtos e serviços que facilitem a violação de direitos humanos e prejudiquem a sociedade civil. Ao mesmo tempo, precisamos sujeitar as redes sociais a um controle estrito por agências independentes que possuam real capacidade de torná-las responsáveis por seus atos. Os legisladores deveriam adotar leis antitrustes fortes para regular as empresas de redes sociais, e as autoridades responsáveis precisam cumprir e exigir o cumprimento dessas leis rigorosamente. Esse setor é bastante concentrado, dominado por apenas algumas poucas e grandes empresas com enorme poder. Isso também precisa mudar.

Por fim, o mundo está clamando por inovações tecnológicas que ampliem os meios de comunicação distribuídos para além das plataformas altamente centralizadas, intensamente vigiadas e facilmente instrumentalizadas pelos gigantes das redes sociais. O objetivo deveria ser preservar os grandes progressos que fizemos para conectar as pessoas umas às outras, permitindo-as acessar vastos depósitos de informações rapidamente de qualquer lugar do planeta, mas sem fazê-las ceder a seus instintos mais básicos.⁴³ As tarefas são enormes, mas precisamos evitar uma resignação fatalista ao mundo tóxico da vigilância dos dados pessoais. Precisamos imaginar um mundo melhor e fazê-lo acontecer, antes que seja tarde demais.

Notas

O autor agradece a Gabby Lim e Jane Gowan pela pesquisa e apoio editorial e a John Scott-Railton pela inspiração e aconselhamento.

1. Matthew Rosenberg; Nicholas Confessore; Carole Cadwalladr, “How Trump Consultants Exploited the Facebook Data of Millions”. *New York Times*, 17 mar. 2018.

2. Janna Anderson; Lee Rainie, “The Future of Truth and Misinformation Online”. *Pew Research Center*, 19 out. 2017. Disponível em: <www.pewinternet.org/2017/10/19/the-future-of-truth-and-misinformation-online>.

3. Shoshana Zuboff, “Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization”. *Journal of Information Technology*, v. 30, n. 1 (mar. 2015), pp. 75-89.

4. Sahil Chinoy, “What 7 Creepy Patents Reveal About Facebook”. *New York Times*, 21 jun. 2018.

5. Gabriel J.X. Dance; Nicholas Confessore; Michael LaForgia, “Facebook Gave Device Makers Deep Access to Data on Users and Friends”. *New York Times*, 3 jun. 2018.

6. Kenneth Olmstead; Michelle Atkinson, “Apps Permissions in the Google Play Store”. *Pew Research Center*, out. 2015. Disponível em: <www.pewinternet.org/2015/11/10/apps-permissions-in-the-google-play-store>.

7. Siva Vaidhyanathan, *The Googlization of Everything: (And Why We Should Worry)*. Berkeley: University of California Press, 2011.

8. Omri Ben-Shahar; Carl E. Schneider, “The Failure of Mandated Disclosure”. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 159, n. 3 (fev. 2011), p. 671.

9. “New Study By Merrill Prof Finds Students Everywhere Addicted To Media”. Disponível em: <<https://merrill.umd.edu/2011/04/new-merrill-study-finds-students-everywhere-addicted-to-media>>.

10. Adam L. Penenberg, “Social Networking Affects Brains Like Falling in Love”. *Fast Company*, 1 jul. 2010. Disponível em: <www.fastcompany.com/1659062/social>.

networking-affectsbrains-falling-love>.

11. Courtney Seiter, “The Psychology of Social Media: Why We Like, Comment, and Share Online”. *Buffer*, 20 ago. 2017. Disponível em: <<https://blog.bufferapp.com/psychology-of-social-media>>.

12. Um resumo dos debates e pesquisas sobre esse tema aparece em Mark D. Griffiths, “Social Networking Addiction: Emerging Themes and Issues”. *Journal of Addiction Research and Therapy*, v. 4, n. 5 (2013). Disponível em: <www.omicsonline.org/social-networking-addiction-emerging-themes-and-issues-2155-6105.1000e118.pdf>.

13. John Herrman, “How Tiny Red Dots Took Over Your Life”. *New York Times Magazine*, 27 fev. 2018.

14. Olivia Solon, “Ex-Facebook President Sean Parker: Site Made to Exploit Human ‘Vulnerability’”. *Guardian*, 9 nov. 2017.

15. S. C. Matz et al., “Psychological Targeting as an Effective Approach to Digital Mass Persuasion”. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 114, n. 48 (28 nov. 2017), pp. 12714-19.

16. Charles Arthur, “Facebook Emotion Study Breached Ethical Guidelines, Researchers Say”. *Guardian*, 30 jun. 2014.

17. Ryan Calo, “Digital Market Manipulation”. *George Washington Law Review*, v. 82, n. 4 (ago. 2014), p. 995.

18. Ari Ezra Waldman, “Privacy, Sharing, and Trust: The Facebook Study”. *Case Western Reserve Law Review*, v. 67, n. 1 (2016), pp. 193-233.

19.

20. “The Top 20 Valuable Facebook Statistics—Updated November 2018”. *Zephoria*, 28 nov. 2018. Disponível em: <<https://zephoria.com/top-15-valuable-facebook-statistics>>.

21. Ver os gráficos sobre geração de dados em “Data Never Sleeps 6.0”. *Domo*, 2018. Disponível em: <https://web-assets.domo.com/blog/wp-content/uploads/2018/06/18_domo_data-never-sleeps-6verticals.pdf>.

22. Craig Silverman, *Lies, Damn Lies and Viral Content*. Nova York: Tow Center for Digital Journalism, 2015. Silverman observa que os websites de órgãos tradicionais de imprensa também “frequentemente promovem informações falsas na tentativa de atrair tráfego e engajamento social”.

23. Jennifer Kavanagh; Michael D. Rich, *Truth Decay: An Initial Exploration of the Diminishing Role of Facts and Analysis in American Public Life*. Santa Monica: RAND Corporation, 2018. Disponível em: <www.rand.org/pubs/research_reports/RR2314.html>.

24. Adam J. Berinsky, “Rumors and Health Care Reform: Experiments in Political Misinformation”. *British Journal of Political Science*, v. 47, n. 2 (abr. 2017), p. 241.

25. Whitney Phillips, *The Oxygen of Amplification: Better Practices on Extremists, Antagonists, and Manipulators Online*. Parte 2. Nova York: Data & Society, 2018). p. 3. Disponível em: <https://datasociety.net/wp-content/uploads/2018/05/2-PART-2_Oxygen_of_Amplification_DS.pdf>.

26. Alexandra Stevenson, “Soldiers in Facebook’s War on Fake News Are Feeling Overrun”. *New York Times*, 9 out. 2018.

27. Neil MacFarquhar, “A Powerful Russian Weapon: The Spread of False Stories”. *New York Times*, 28 ago. 2016.

28. Knight Foundation, “Seven Ways Misinformation Spread During the 2016 Election”. *Trust, Media, and Democracy*, 4 out. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/trust-media-and-democracy/seven-ways-misinformation-spread-during-the-2016-election-a45e8c393e14>>.

29. Onur Varol et al., “Online Human-Bot Interactions: Detection, Estimation, and Characterization”. *Proceedings of the Eleventh International AAAI Conference on Web and Social Media*. Palo Alto: AAAI Press, 2017. Disponível em: <<https://aaai.org/ocs/index.php/ICWSM/ICWSM17/paper/view/15587/14817>>, p. 280.

30. Max A. Cherney, “Twitter Stock Plunges 21% After Earnings Show Effects of Fake-Account Purge”. *MarketWatch*, 28 jul. 2018. Disponível em: <www.marketwatch.com/story/twitter-shares-slide-16-after-fake-account-purge-new-rules-in-europe-2018-07-27>.

31. Siva Vaidhyanathan, “Why Facebook Will Never Be Free of Fakes”. *New York Times*, 5 set. 2018.

32. Matt Burgess, “The Law Is Nowhere Near Ready for the Rise of AI-Generated Fake Porn”. *Wired*, 27 jan. 2018. Disponível em: <www.wired.co.uk/article/deepfake-app-ai-porn-fake-reddit>.

33. Leo G. Stewart; Ahmer Arif; Kate Starbird, “Examining Trolls and Polarization with a Retweet Network”. Trabalho apresentado na MIS2: Misinformation and Misbehavior Mining on the Web, Del Rey, CA (EUA), 9 fev. 2018. Disponível em: <<https://faculty.washington.edu/kstarbi/examining-trolls-polarization.pdf>>.

34. Charlie Warzel, “This Group Posed as Russian Trolls and Bought Political Ads on Google. It Was Easy”. *Buzzfeed News*, 4 set. 2018. Disponível em: <www.buzzfeednews.com/article/charliwarzel/researchers-posed-as-trolls-bought-google-ads>.

35. Paul Lewis, “‘Fiction Is Outperforming Reality’: How YouTube’s Algorithm Distorts Truth”. *Guardian*, 2 fev. 2018.

36. Craig Timberg; Elizabeth Dvoskin; Andrew Ba Tran, “Mainstream Advertising Is Still Showing Up on Polarizing and Misleading Sites—Despite Efforts to Stop It”. *Washington Post*, 3 out. 2018.

37. Karsten Müller; Carlo Schwarz, “Fanning the Flames of Hate: Social Media and Hate Crime”. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3082972>>.

38. Ver Seva Gunitsky, “Corrupting the Cyber-Commons: Social Media as a Tool of Autocratic Stability”. *Perspectives on Politics*, v. 13, n. 1 (mar. 2015), pp. 42-54.

39. Jacob Weisberg, “The Autocracy App”. *New York Review of Books*, 25 out. 2018.

40. Thomas Rid, “Why Twitter Is the Best Social Media Platform for Disinformation”. *Motherboard*, 1 nov. 2017. Disponível em: <https://motherboard.vice.com/en_us/article/bj7vam/why-twitter-is-the-best-social-media-platform-for-disinformation>.

41. Ron Deibert, “Authoritarianism Goes Global: Cyberspace Under Siege”. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 3 (jul. 2015), pp. 64-78.

42. Sarah McKune; Ronald Deibert, “Google’s Dragonfly: A Bellwether for Human Rights in the Digital Age”. *Just Security*, 2 ago. 2018. Disponível em: <www.justsecurity.org/59941/googles-dragonfly-bellwether-human-rights-digital-age>.

43. Ver, por exemplo, a proposta de Tim Berners-Lee em www.inrupt.com.

O caminho para a falta de liberdade digital

COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ESTÁ TRANSFORMANDO A REPRESSÃO

Steven Feldstein

Steven Feldstein é professor associado de gestão pública da Universidade Estadual de Boise (EUA) e pesquisador não residente do Programa de Democracia, Conflito e Governança do Carnegie Endowment for International Peace. De 2014 a 2017, foi subsecretário-adjunto do Bureau de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho do Departamento de Estado dos EUA.

No início de 2018, uma das principais forças de segurança da Malásia fez um anúncio surpreendente. A Polícia Auxiliar, uma divisão da Cooperativa da Polícia Real da Malásia, anunciou uma parceria com a empresa chinesa Yitu Technology para equipar os seus policiais com câmeras dotadas de reconhecimento facial. A força policial será capaz de comparar rapidamente imagens capturadas pelas câmeras acopladas ao corpo dos policiais com imagens de um banco de dados central. O chefe da Polícia Auxiliar explicou que esse uso de inteligência artificial (IA) era um “importante passo à frente” para melhorar a segurança pública. Também anunciou que a organização planejava

* Publicado originalmente como “The Road to Digital Unfreedom: How Artificial Intelligence is Reshaping Repression”, *Journal of Democracy*, Volume 30, Número 1, Janeiro de 2019. © 2018 National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press

eventualmente aprimorar o sistema de câmeras para permitir “reconhecimento facial em tempo real e alertas instantâneos para a presença de pessoas procuradas pela polícia”.¹

A vizinha Singapura logo seguiu o exemplo, anunciando planos de um projeto-piloto de câmeras de vigilância dotadas de tecnologia de reconhecimento facial em todos os postes de iluminação pública. O projeto visa claramente a facilitar a “análise de multidões” e ajudar em operações antiterror. Grupos de defesa da privacidade, como a Electronic Frontier Foundation, alertaram que essa tecnologia permitiria que governos ampliassem o controle sobre opositores políticos e limitassem a liberdade de expressão, mas seus protestos foram em vão.²

Enquanto isso, em abril de 2018, a startup de IA CloudWalk Technology, com sede na cidade chinesa de Cantão, supostamente fechou um acordo com o governo de Zimbábue para prover tecnologia de reconhecimento facial que permitirá às forças de segurança do país construir um banco de dados de imagem nacional. A CloudWalk também é conhecida por fornecer tecnologia de reconhecimento facial e verificação de identidade a forças policiais da região autônoma de Xinjiang (China), uma das regiões do mundo com maior nível de repressão política. Sua nova parceira africana faz parte de uma política chinesa multicontinental de infraestrutura e investimento conhecida como “One Belt, One Road” (também apelidada de Rota da Seda do Século 21).³ Os serviços da CloudWalk ameaçam agravar a repressão política no Zimbábue, onde o governo recentemente liderou uma violenta repressão pós-eleitoral.

Esses não são exemplos isolados. Ao redor do mundo, sistemas de IA vêm demonstrando seu potencial para incitar governos repressivos e afetar a relação entre cidadãos e o Estado, acelerando uma ressurgência global do autoritarismo. A República Popular da China (RPC) vem liderando a proliferação de tecnologia de IA entre regimes autori-

tários e iliberais, uma abordagem que se tornou componente-chave da estratégia geopolítica chinesa.

É difícil definir com precisão o conceito de IA. De maneira geral afirma-se que o objetivo da IA é “tornar as máquinas inteligentes”, um conceito frequentemente explicado por meio de uma alusão à inteligência humana.⁴ Outros, como o cientista da computação norte-americano Jerry Kaplan, questionam a utilidade de tais analogias. Kaplan afirma que o fato de as máquinas terem “autoconsciência como as pessoas” é irrelevante. Para ele, a essência da IA resume-se à capacidade de um computador de “fazer generalizações apropriadas e em tempo hábil com base em informações limitadas”.⁵

Não é pretensão deste artigo superar essa controvérsia, mas focar nos efeitos práticos das novas tecnologias que vêm surgindo graças a três importantes fatores: 1) o aumento da disponibilidade de massivas bases de dados (Big Data) de fontes públicas e privadas; 2) aplicações avançadas de *machine learning* e algoritmos; e 3) o avanço da capacidade de processamento computacional. (*Machine learning*, que pode ser aplicada em tarefas diversas, desde vencer partidas de Go até identificar patógenos, é um processamento estatístico iterativo no qual um sistema de IA é alimentado com uma base de dados e “tenta derivar uma regra ou procedimento que explica esses dados ou é capaz de prever dados futuros”.⁶)

A importância dessa tecnologia tanto para regimes autoritários como para seus oponentes democráticos torna-se cada vez mais clara. Nos últimos anos, autocracias atingiram níveis inéditos de controle e manipulação, aplicando sistemas computacionais avançados a uma vasta quantidade de dados não estruturados atualmente disponíveis online e a imagens capturadas ao vivo por câmeras e outras fontes de monitoramento e vigilância. De tecnologias de reconhecimento facial que cruzam imagens em tempo real com grandes bases de dados a algoritmos que varrem as redes sociais em busca de sinais de atividades

de oposição, essas inovações são um divisor de águas para regimes autoritários em seus esforços para controlar o debate público e silenciar vozes da oposição.

A IA não é a única categoria de nova tecnologia sendo cada vez mais bem aproveitada por autocratas por razões políticas. Outras tecnologias de informação e comunicação, frequentemente usadas em conjunto com IA, estão produzindo efeitos igualmente alarmantes. Entre elas está a biometria avançada, hacking cibernético patrocinado por atores estatais e técnicas de distorção de informações.

O presente artigo destaca o impacto repressivo da tecnologia de IA por dois motivos. Em primeiro lugar, a IA representa uma capacidade avançada que integra e amplia as funções de outras tecnologias de novas e surpreendentes maneiras. Em segundo lugar, o entendimento comum do impacto político de tecnologias de IA ainda é limitado; formuladores de políticas públicas ainda não estão lidando de maneira suficientemente séria com as implicações repressivas da IA.

Por que IA é um trunfo para líderes autoritários

Embora a IA tenha um grande potencial de servir como ferramenta para qualquer governo, ela oferece uma série de vantagens em particular para regimes autoritários e iliberais. Apesar da ampla variedade de tipos de regimes não democráticos — de ditaduras de partido único a regimes híbridos ou semiautoritários, passando por ditaduras militares e autocracias personalistas —, a maioria desses governos se mantêm no poder por meio de uma mistura de coerção (ameaçando e intimidando potenciais rivais) e cooptação (subornando ou, de alguma maneira, induzindo atores políticos a fazer parte da coalizão governista).

Um líder que opte por reprimir precisa garantir que as forças de segurança do Estado apliquem as medidas coercitivas necessárias. Isso acarreta dois problemas. Primeiro, tal repressão é cara e intensiva em

mão-de-obra; com o tempo, exige cada vez mais recursos para se manter. Segundo, ela gera um problema de agente-principal: “os mesmos recursos que garantem que os agentes de repressão do regime oprimam a oposição também permitem que ajam contra o próprio regime”.⁷ Em outras palavras, à medida que um regime conta cada vez mais com policiais ou soldados para fazer seu trabalho sujo, também se torna mais vulnerável a pressões ou até mesmo insurgência dessas mesmas forças. Os líderes precisam avaliar se os benefícios de empregar forças de segurança para reprimir perigos externos ao sistema superam o potencial risco interno representado por essas mesmas forças dentro do sistema.

É aí que as vantagens da tecnologia de IA tornam-se aparentes. Em vez de depender de uma densa infraestrutura de forças de segurança para produzir vigilância, perseguição e intimidação em larga escala de oponentes por todo o território do Estado, líderes autoritários podem usar IA para desenvolver capacidade repressiva digital a um custo menor — e reduzir problemas de agente-principal.⁸ Na verdade, as operações mais avançadas de vigilância dependem de poucos agentes humanos: muitas funções são automatizadas por meio de IA. Além disso, comparados com agentes humanos, que possuem um estoque limitado de tempo e atenção, sistemas de IA possuem um alcance muito maior. Por conta dessa onipresença, eles podem produzir mudanças no comportamento e criar um importante “efeito inibitório” [*chilling effect*] mesmo na ausência de violência física.

Se os cidadãos souberem que *bots* dotados de IA estão monitorando todas as comunicações e que algoritmos detectarão mensagens críticas ao regime e notificarão as autoridades, as pessoas se sentirão fortemente motivadas a se conformar. Essa é a simplicidade elegante da repressão por meio de IA: ela requer uma quantidade consideravelmente menor de atores humanos que a repressão convencional, menos perseguição física e menos recursos financeiros.⁹ E, no entanto, pode ter um impacto mais amplo e sistemático.

Mesmo antes do início da repressão digital, o panorama do autoritarismo contemporâneo estava se transformando de maneiras dignas de nota. Em primeiro lugar, a erosão das instituições e normas democráticas acelerou em todo mundo. O relatório de 2018 do projeto Variedades de Democracia (V-Dem) estima que cerca de 2,5 bilhões de pessoas vivam atualmente em países afetados por essa “tendência global de autocratização”.¹⁰ De fato, um retrocesso democrático gradual tornou-se uma das rotas mais comuns em direção ao autoritarismo.

Em segundo lugar, a maneira pela qual os autocratas deixam o poder também está mudando. De 1946 a 1988, golpes de Estado eram a maneira mais comum pela qual um autocrata deixava o cargo e representavam 48,6% dos casos de fim de um regime autoritário. Mas, na era pós-Guerra Fria, casos de mudança por fatores externos ao regime foram mais frequentes do que os golpes de Estado. De 1989 a 2017, as causas mais comuns para a saída de ditadores foram revoltas populares e derrotas eleitorais. Fins de regime por vias de golpe de Estado despencaram, representando apenas 13% dos casos totais (até mesmo as saídas de lideranças devido a guerras civis superaram as saídas motivadas por golpes de Estado no período).¹¹

Isso indica que as maiores ameaças à sobrevivência do autoritarismo atualmente vêm não de rebeliões internas, mas de grupos descontentes nas ruas ou nas urnas. A implicação para ditadores que desejam permanecer no poder é clara: redirecione recursos para manter os movimentos populares sob controle e seja cada vez melhor em fraudar as eleições. Nessas áreas, a tecnologia de IA oferece uma vantagem crucial. Em vez de depender de forças de segurança para reprimir sua população — com todos os custos e riscos políticos envolvidos —, líderes autocráticos estão abraçando táticas digitais de monitoramento, vigilância e perseguição de movimentos sociais e manipulação de eleições. Olhar para três possíveis cenários ajudará a tornar mais clara

a relevância da IA para alguns dos desafios mais urgentes que os autoritários contemporâneos enfrentam.

Cenário 1: monitorando o descontentamento popular e controlando protestos em massa. No primeiro cenário, um regime de partido único vê-se diante do crescimento da insatisfação com a estagnação econômica e a repressão política. No ano anterior houve protestos espontâneos que preocuparam as lideranças políticas. O regime deseja tomar medidas assertivas para impedir grandes mobilizações políticas, mas seus recursos limitados impedem o uso de detenções em massa. Ele também teme que uma repressão explícita desse tipo poderia desencadear uma revolta popular. Portanto, traça uma estratégia dividida em duas partes: 1) identificar, monitorar e, seletivamente, prender líderes da oposição e potenciais seguidores-chave; e 2) monitorar atentamente formações de multidões que possam se transformar em protestos em massa, mantendo forças de segurança em alerta para desmobilizar protestos antes que cresçam.

Para colocar essa estratégia em prática, o regime precisa, primeiro, identificar líderes dissidentes e seguidores-chave com grande probabilidade de mobilização. Inicia então uma extensa pesquisa em redes sociais e comunicações pessoais. Como certos grupos de conversa online usam configurações de privacidade ou criptografia para evitar espionagem do governo, as autoridades podem usar os serviços de empresas internacionais como FinFisher ou NSO Group, que comercializam softwares criados para penetrar esses grupos fechados. Alternativamente, o regime pode optar por uma opção mais barata e contratar os serviços de um “hacker de aluguel” internacional ou um outro desenvolvedor de *malware* para essa tarefa.¹²

Essa pesquisa de dados online ajuda o regime a reconhecer padrões, identificar indivíduos de interesse e focar em conversas relevantes. À medida que a operação de vigilância constrói perfis de ativistas políticos e mapeia redes de opositores, ela fornece essas informações ao

algoritmo de IA que, por sua vez, analisa múltiplos bancos de dados usando software de reconhecimento de padrões para identificar indivíduos com tendências à dissidência política. O algoritmo também ajuda o regime a monitorar questões que estão provocando a insatisfação popular e procura por comunicações que indiquem um protesto iminente. De posse dessas informações, o regime conduz detenções seletivas e preventivas para evitar que os protestos ocorram.

Se os protestos acontecerem apesar desses esforços, a IA pode ajudar o regime a contê-los. Uma tecnologia já disponibilizada pela popular plataforma chinesa de comunicação online WeChat produz “mapas de calor” que mostram densidade de multidões e mede tráfego de pedestres em locais específicos.¹³ O regime pode embutir tecnologia de rastreamento em outras plataformas de comunicação online, permitindo-o saber instantaneamente quando multidões começam a se formar. Alternativamente, ele pode instalar sistemas de reconhecimento facial em espaços públicos urbanos (na linha da proposta de Singapura e seus postes de iluminação pública). Sistemas de IA com acesso a essas câmeras podem monitorar a densidade das multidões, procurar por indivíduos portando cartazes políticos e monitorar o paradeiro de pessoas procuradas.

Por fim, a IA aumenta a capacidade do Estado de empregar censura seletiva e campanhas online de desinformação para semear confusão e minar potenciais protestos. Isso pode assumir a forma de ataques de negação de serviço [*denial-of-service*] contra campanhas de protesto (minando a capacidade dos oponentes de se organizar e efetivamente censurando informações vitais) ou de campanhas de distorção de informações comandadas por *bots* (produzindo uma enxurrada de posts enganosos para ofuscar a mensagem dos oponentes e inundar de ruído os canais de informação).

Cenário 2: mantendo uma província rebelde sob controle. Neste exemplo, um regime autoritário lida com uma potencial instabilidade

em uma província distante onde grande parte da população é composta por uma minoria étnica. A legitimidade do regime nessa província é historicamente tênue, e a região frequentemente passa por crises de instabilidade civil. Recentemente, o governo central decidiu refrear a turbulência política por meio de uma repressão violenta que combina táticas tradicionais com nova tecnologia. Esse cenário remete à atual situação da região de Xinjiang, e os esforços da RPC de reprimir a dissidência política na região ilustram bem o vasto potencial repressivo da IA usada em conjunto com outras táticas coercitivas mais antigas.

Primeiro, o governo chinês faz uso generalizado de repressão física tradicional. As autoridades organizaram e vêm ampliando uma rede de campos de reeducação que, acredita-se, abrigam um milhão ou mais de prisioneiros de origem muçulmana, sobretudo membros da minoria étnica uigur. Isso representa uma parcela considerável dos cerca de 21 milhões de habitantes de Xinjiang. Esses campos de trabalho forçado envolvem doutrinação constante, incluindo autocrítica e repetição de frases (“nos opoemos ao extremismo, nos opoemos ao separatismo, nos opoemos ao terrorismo”). Prisioneiros são mantidos em quartos trancados em péssimas condições e são submetidos a uma disciplina draconiana.¹⁴

Segundo, as autoridades da RPC complementam a coerção física severa com uma abordagem mais ampla baseada em tecnologia avançada. Implementam uma “gestão social matricial”, que envolve dividir as comunidades em “zonas geométricas para que as forças de segurança possam sistematicamente observar todas as atividades com o apoio das novas tecnologias”.¹⁵ Para atingir esse objetivo, o Estado colocou postos policiais a algumas dezenas de metros entre si em distritos selecionados, nos quais trabalham dezenas de milhares de agentes de segurança. Além disso, as autoridades chinesas estão equipando essa força com equipamentos avançados de vigilância e sistemas capazes de analisar uma grande quantidade de dados (*big data*).

Em particular, os chineses estão construindo um programa de policiamento preditivo que agrega e analisa múltiplas fontes de dados para identificar potenciais ameaças. A ONG Human Rights Watch expôs a criação, pelas autoridades de Xinjiang, de uma “Plataforma Integrada de Operações Conjuntas” (IJOP) que coleta informação de fontes incluindo câmeras de circuito fechado de tevê (muitas vezes equipadas com software de reconhecimento facial) e “farejadores de Wi-Fi” que coletam informações identificáveis de laptops e smartphones. A IJOP coleta informação adicional de placas de veículos e documentos de identidade solicitados durante inspeções policiais, bem como registros de saúde, bancários e outros.¹⁶ Embora se desconheça o grau de integração entre a IJOP e outros esforços de coleta de dados da RPC, é importante ressaltar que as autoridades chinesas vêm crescentemente empregando dispositivos de varredura de eletrônicos para invadir smartphones e extrair contatos, comunicações em redes sociais, e-mails, fotos e vídeos. Além disso, a RPC criou recentemente um banco de dados de DNA oficial e compulsório com o objetivo de obter amostras de todos os residentes de Xinjiang com idades entre 12 e 65 anos.¹⁷

Uma vez que as informações relevantes sejam alimentadas nos computadores da IJOP, algoritmos vasculham por entre os dados à procura de padrões que possam indicar comportamento de risco. Não se sabe que limiares de confiança as autoridades chinesas estão usando para rodar esses testes, mas os algoritmos estão provavelmente gerando um número significativo de falsos positivos por limitações do sistema. Uma vez que a máquina identifica um indivíduo, aquela pessoa pode ser capturada pelas forças de segurança e detida por um período indefinido.

Desenvolver esse sistema não foi barato. A quantia alocada pelas autoridades de Xinjiang para “projetos de investimento relacionados à segurança” supostamente cresceu de apenas 27 milhões de dólares em

2015 para mais de 1 bilhão de dólares no primeiro trimestre de 2017.¹⁸ No entanto, esse é um valor irrisório perto da quantia que o Estado teria que investir para construir um sistema comparável de vigilância e repressão sem o uso de tecnologia de IA.

Cenário 3: usando a desinformação para deslegitimar os oponentes. No terceiro cenário, um regime autocrático realiza eleições nacionais previstas na sua constituição. Ele planeja engajar-se em ações tradicionais de manipulação eleitoral, violação de urnas e supressão de votos, mas também busca novas estratégias que o ajudem a garantir a vitória sobre a oposição. A tecnologia de IA pode ajudar de diversas maneiras, em particular na frente de desinformação.

Em primeiro lugar, a IA pode manipular as informações disponíveis e disseminar mensagens-chave do regime. Por exemplo, as redes sociais usam algoritmos de curadoria de conteúdo para apresentar certos artigos aos usuários — e mantê-los fixados nos *feeds* de sua plataforma. Autoridades estatais podem explorar tais algoritmos para disseminar mensagens pró-regime usando exércitos de *bots* e *trolls* de aluguel. A IA pode ajudar a identificar importantes “influenciadores” das redes sociais, que as autoridades podem então cooptar para a disseminação de desinformações. Tecnologias emergentes de IA também podem facilitar o emprego, via redes sociais, de campanhas de desinformação automatizadas e hiperpersonalizadas — direcionadas a grupos ou indivíduos específicos —, na linha dos esforços russos de influenciar as eleições norte-americanas de 2016 ou os exércitos de *trolls* sauditas visando dissidentes como o jornalista assassinado Jamal Khashoggi. Nos últimos anos tem se observado uma tendência de disseminação de desinformação por atores políticos por esses e outros meios para estimular seus apoiadores e desorientar seus oponentes.

Em segundo lugar, a tecnologia de IA é cada vez mais capaz de produzir vídeos e áudios falsos com bastante realismo. Uma nova técnica, cujo potencial de desinformação preocupa em especial formula-

dores de políticas públicas, é o uso de redes generativas adversariais, que colocam sistemas de IA competindo uns contra os outros.¹⁹ Em essência, a primeira máquina gera falsificações que a segunda máquina tenta detectar. O retorno do segundo sistema então ajuda o primeiro sistema a criar exemplos cada vez mais realistas. Ultimamente, isso pode resultar em falsificações sofisticadas que mesmo sistemas avançados de IA podem ser incapazes de detectar. Para líderes autoritários, a tecnologia de *deep-fake** oferece um meio de desacreditar potenciais rivais, que podem se tornar vítimas de vídeos manipulados onde aparecem fazendo afirmações polêmicas ou praticando atos abjetos.

Principais desafios de política pública

A proliferação das tecnologias de IA e a ascensão da repressão digital representam importantes desafios de políticas públicas às democracias liberais. Uma questão-chave é se poderosas ferramentas de IA tornaram as próprias democracias mais repressivas. Em particular, será que a tentação gerada pelo potencial de vigilância oferecido pela IA acabará corroendo as salvaguardas democráticas?

A história sugere que os cidadãos têm motivo para se preocupar. Em 1975, alegações surpreendentes de conduta imprópria por parte da Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos levaram o Senado americano a autorizar a criação do que veio a se tornar a Comissão Church. A CIA (Agência Central de Inteligência) havia sido acusada de conduzir tentativas de assassinato contra líderes estrangeiros, e outras agências haviam constituído redes de vigilância doméstica para monitorar e perseguir ativistas pelos direitos civis, manifestantes políticos e organizações indígenas.²⁰ Em seu último relatório, a Comissão Church alertou: “frequentemente, princípios constitucionais

* Junção das expressões “*deep learning*” (uma técnica de *machine learning*) e “*fake*” (falsificação), o *deep-fake* é uma técnica usada para produzir vídeos falsos de pessoas reais.

foram sujeitados a um pragmatismo segundo o qual os fins almejados ditavam e justificavam meios irregulares”.²¹ Apesar de uma longa tradição americana de proteção dos direitos individuais e contrapesos à autoridade governamental, o potencial para abusos do Estado permaneceu vasto.

O abuso intencional pelo aparato de segurança do Estado não é a única questão de liberdades civis levantada pela ascensão da IA. O viés implícito e a discriminação presentes em algoritmos também são motivos para preocupação. O aprendizado de IA usado no policiamento ou na atenção à saúde, por exemplo, podem reforçar a desigualdade e produzir ou perpetuar práticas discriminatórias. Um exemplo notório de viés implícito foi um incidente em 2015 no qual o sistema de indexação de imagens do Google descreveu fotos de afrodescendentes americanos como “gorilas”. O maior culpado havia sido a “base de dados de treinamento” usada para “ensinar” o algoritmo a identificar rostos, que incluía predominantemente rostos caucasianos. Decerto não ajudou o fato de apenas 2% do quadro “profissional” do Google ser composto de afrodescendentes, algo que pode ter impedido a equipe de ter percebido antes esse problema.²²

Pesquisas posteriores mostraram que o preconceito humano possui um efeito profundo no funcionamento de sistemas de IA. Um artigo de 2017 publicado pela *Science* documentou como programas de *machine learning* adquirem vieses a partir de dados textuais: o programa testado passou a associar descrições relacionadas à família, como “pais”, com nomes femininos, enquanto relacionava nomes masculinos com termos como “profissional”.²³

A área da justiça criminal foi pioneira no uso de análise preditiva baseada em IA, mas estudos revelam que os programas usados frequentemente se baseavam em dados enviesados. Por exemplo, as estatísticas criminais indicam que afrodescendentes possuem mais chances de serem presos pela polícia do que seus pares caucasianos.

Mas algoritmos de máquina raramente consideram que o viés policial possa ter sido o motivo por trás da detenção desproporcional de afrodescendentes. Em vez disso, o pressuposto algorítmico padrão é que os afrodescendentes são mais propensos a cometer crimes. Essa conclusão dúbia forma a base para previsões subsequentes produzidas por esses algoritmos, ressaltando um princípio fundamental: máquinas com IA são tão boas quanto os dados usados para treiná-las.

Em 2018, não é difícil imaginar governos liberais-democráticos explorando tecnologia de IA de maneiras que violem os direitos dos cidadãos. Felizmente, cidadãos em democracias avançadas foram bem-sucedidos na luta contra abusos da vigilância estatal no passado, e há instrumentos robustos de freios e contrapesos capazes de frear abusos estatais. Embora não haja garantia de que a IA não irá enfraquecer os sistemas políticos democráticos, o risco nessas democracias é menor.

O perigo é muito maior no caso de democracias frágeis ou países com tendências autoritárias. Em regimes em retrocesso democrático como Polônia, Hungria ou as Filipinas, o potencial repressivo da IA pode levar a uma deterioração ainda maior. Governos iliberais prestes a enfrentar disputas populares possuem um interesse natural em tecnologia que possa ajudá-los a enfrentar o descontentamento em massa. Mesmo em sistemas políticos abertamente democráticos, governos possuem grande incentivo para armar as forças de segurança com tecnologia intrusiva, monitorar as atividades de oponentes políticos e da sociedade civil e agir preventivamente contra desafios potenciais à sua autoridade. Estados também monitoram de perto as ações uns dos outros. À medida que a IA prova seu valor repressivo para as autocracias que inauguram o uso de novas tecnologias, outros governos podem começar a imitá-las.

Os Estados Unidos e a China lideram o mundo em tecnologia de IA, mas oferecem visões bastante diferentes para seu uso. Para a China, a

IA é um componente essencial de um sistema mais amplo de controle que sustenta o governo do Partido Comunista. Além disso, oferecer novas possibilidades trazidas pela IA a outros regimes autoritários ajuda no avanço dos grandes objetivos estratégicos do regime, em particular o de “minar a ordem liberal ocidental e atingir a hegemonia da RPC na Ásia e a expansão da influência chinesa no mundo”.²⁴

Consequentemente, os chineses vêm trabalhando agressivamente para desenvolver novas capacidades de IA e oferecer seus novos produtos no exterior. Dos três principais componentes da IA — dados de treinamento para *machine learning*, poder computacional e algoritmos poderosos —, a China possui dados de treinamento em abundância e seus algoritmos estão melhorando, mas sua capacidade industrial de produção de chips de computador ainda está bem aquém da norte-americana.

Em contraste, os Estados Unidos possuem os microchips mais avançados do mundo, e seus algoritmos também são referência mundial em termos de sofisticação e complexidade. Mas os EUA estão cada vez mais atrás da China em termos de dados digitais disponíveis às empresas que trabalham com IA. Isso importa porque, cada vez mais, os dados “fazem toda a diferença” no que se refere a construir empresas baseadas em IA capazes de superar seus competidores.²⁵ Por meio da iniciativa “Made in China 2025”, a RPC busca transformar sua capacidade de produção de chips por meio de investimentos e roubo de propriedade intelectual para dominar parte fundamental da indústria de alta tecnologia. Especialistas alertam que essa campanha sinaliza um desejo “nem tanto de se juntar a economias tecnologicamente desenvolvidas como Alemanha, EUA, Coreia do Sul e Japão, mas, sim, de substituí-las”.²⁶ O rápido avanço da startup de IA Yitu é emblemático desse desejo chinês.

A Yitu foi fundada por dois especialistas chineses em IA em 2012 e, em apenas seis anos, alcançou diversos marcos impressionantes. Sua plataforma de imagens *Dragonfly Eye* [olho da libélula] já contém

mais de 1,8 bilhão de fotografias, e a empresa afirma que o sistema precisa de apenas três segundos para identificar um indivíduo em seu banco de dados, que inclui imagens da base nacional da RPC bem como cerca de 320 milhões de fotos de entrada e saída de pessoas das fronteiras do país. O valor de mercado da Yitu atingiu cerca de 2,4 bilhões de dólares em 2018, e a empresa emprega atualmente mais de 500 funcionários espalhados por Xangai, Singapura e Vale do Silício. Mais importante, seus algoritmos funcionam: as tecnologias de reconhecimento facial da Yitu venceram importantes prêmios do Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia (NIST) e do programa Intelligence Advanced Research Projects Activity (IARPA) da Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos.

À medida que a China desenvolve um forte setor de IA, utiliza a política “One Belt, One Road” para disseminar essa tecnologia sofisticada por governos do mundo inteiro. Entre os projetos ilustrativos estão a construção de uma rede de “cidades seguras” no Paquistão (com uma extensa tecnologia de monitoramento embutida diretamente na infraestrutura dessas cidades) e o fornecimento de software de IA e reconhecimento facial a autoridades da Argentina para o aperfeiçoamento da vigilância pública. A RPC considera, de maneira astuta, que, quanto mais ela puder alinhar os modelos de governança de outros países ao da China, menos esses países representarão uma ameaça à hegemonia chinesa. Ademais, à medida que os governos se tornam dependentes de tecnologia avançada chinesa para controlar suas populações, serão crescentemente pressionados a alinhar suas políticas aos interesses estratégicos da RPC.

De fato, a estratégia de IA da China é clara em relação aos benefícios percebidos da tecnologia: “A IA dará um novo impulso ao avanço das reformas estruturais pelo lado da oferta, uma nova oportunidade para revitalizar a economia real e será um novo motor para fazer da China uma superpotência industrial e cibernética”.²⁷

Respostas políticas

Nos próximos anos, a IA terá um grande impacto na política global. Embora não haja uma resposta política única capaz de resolver uma questão tão complexa e multifacetada, há diversas implicações importantes para os Estados democráticos.

Em geral, democracias avançadas deveriam reconhecer de maneira mais explícita o tamanho da ameaça representada pela tecnologia de IA a sistemas políticos abertos. Os esforços da China para construir sofisticadas capacidades de IA, bem como a proliferação dessa tecnologia para outros regimes autoritários, representam um grave risco no longo prazo. Formuladores de política pública do Ocidente deveriam ter como prioridade muito mais alta opor-se a esses esforços, tanto externa como domesticamente.

O abuso da tecnologia de IA não está limitado aos regimes autoritários. À medida que governos democráticos adquirem novas tecnologias que ampliam dramaticamente sua capacidade de monitoramento e vigilância, precisam estabelecer limites aceitáveis ao uso dessas tecnologias. Democracias devem olhar para dentro e liderar o desenvolvimento de um arcabouço regulatório. Esse processo será conturbado; a inovação tecnológica frequentemente está muitos anos à frente da capacidade de reguladores de desenvolver padrões e diretrizes razoáveis. Entretanto, as democracias avançadas estão mais bem posicionadas para pensar em como regular empresas privadas e evitar abusos.

Esforços domésticos deveriam vir acompanhados de uma ação internacional para criar arcabouços legais mais claros para o uso de IA. Iniciativas como os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU são modelos úteis. O desenvolvimento de diretrizes internacionais sobre tecnologia de IA exigirá um processo *multistakeholder* que seja inclusivo por natureza; flexível o bastante para refletir novos avanços tecnológicos; e resistente à captura pela

China ou outros governos autoritários. Também é necessária uma discussão normativa muito mais profunda. A comunidade internacional ainda precisa enfrentar questões relacionadas a vieses algorítmicos, discriminação implícita e privacidade.

Por fim, as democracias precisam considerar maneiras de fortalecer a capacidade da sociedade civil de resistir à repressão facilitada pela IA e participar na construção de diretrizes para o uso de IA. Organizações da sociedade civil (OSCs) locais que operam em ambientes repressivos precisarão de mais recursos, treinamento e apoio tecnológico. Muitas dessas organizações migraram para o mundo online, mas não estão usando ferramentas de segurança digital amplamente disponíveis, como serviços de criptografia. Consequentemente, enfrentam riscos significativos de ataque cibernético, intrusão, monitoramento e vigilância. Para OSCs que operam em democracias, o grande desafio é conseguir monitorar propostas de regulamentação de forma abrangente, chamar a atenção pública para violações pelo uso indevido de IA e assumir um papel fiscalizador.

Investigações tais como a reportagem da ProPublica mostrando o viés implícito no sistema americano de justiça criminal estão fazendo uma diferença considerável em como governos usam tecnologias de IA. À medida que mais governos adotam plataformas de IA, haverá uma demanda crescente por esse tipo de trabalho. Internacionalmente, é vital que atores da sociedade civil possuam voz nas discussões sobre como regular adequadamente a IA.

As tecnologias de IA têm uma dupla função: podem ser empregadas para propósitos benéficos bem como usadas para fins militares e repressivos. Mas essa tecnologia não pode ser claramente classificada como “benéfica” ou “nociva”. As funções que ganham valor a partir da automação também podem ser usadas tanto por regimes autoritários para fins maliciosos como por atores democráticos ou comerciais para fins benéficos. Para garantir que a IA seja usada de maneira res-

ponsável, ampliar as conexões entre o meio político e engenheiros e pesquisadores será essencial.

Em outras palavras, aqueles responsáveis por planejar, programar e implementar sistemas de IA também deveriam compartilhar a responsabilidade por aplicar e garantir padrões de defesa dos direitos humanos. Especialistas em políticas públicas deveriam manter um diálogo regular e aberto com engenheiros e tecnólogos para que todos os envolvidos tenham em mente os potenciais abusos da IA e possam desenvolver respostas apropriadas ainda na fase inicial do desenvolvimento de projetos de IA.

As autocracias do mundo, lideradas pela China, vêm crescentemente demonstrando os perigos representados pela interseção da tecnologia de IA de ponta, inovações mais amplas nas esferas da informação e da comunicação e projetos autoritários de coerção e controle. Para contrapor não apenas a disseminação da repressão de alta tecnologia no exterior, mas também abusos potenciais dentro de suas fronteiras, os formuladores de políticas públicas em Estados democráticos precisam considerar seriamente como mitigar o dano e desenvolver melhores práticas. Do Paquistão ao Zimbábue, uma perigosa visão autoritária do futuro da IA está sendo construída. Chegou a hora de os atores democráticos prepararem uma resposta à altura.

Notas

1. Li Tao, “Malaysian Police Wear Chinese Start-Up’s AI Camera to Identify Suspected Criminals”. *South China Morning Post*, 20 abr. 2018.
2. Aradhana Aravindan; John Geddie, “Singapore to Test Facial Recognition on Lampposts, Stoking Privacy Fears”. *Reuters*, 13 abr. 2018.
3. Amy Hawkins, “Beijing’s Big Brother Tech Needs African Faces”. *Foreign Policy*, 24 jul. 2018.

4. Nils J. Nilsson, *The Quest for Artificial Intelligence: A History of Ideas and Achievements*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

5. Jerry Kaplan, *Artificial Intelligence: What Everyone Needs to Know*. Nova York: Oxford University Press, 2016, pp. 5-6.

6. Gabinete Executivo do Presidente dos Estados Unidos [EOP]. Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia [NSTC]. Comitê de Tecnologia. “Preparing for the Future of Artificial Intelligence”. Out. 2016. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/whitehouse_files/microsites/ostp/NSTC/preparing_for_the_future_of_ai.pdf>. p. 8.

7. Milan W. Svobik, *The Politics of Authoritarian Rule*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 124.

8. Lucan A. Way; Steven Levitsky, “The Dynamics of Autocratic Coercion After the Cold War”. *Communist and Post-Communist Studies*, v. 39, n. 3 (set. 2006), pp. 387-410.

9. Em comparação, por exemplo, o serviço de segurança da Alemanha Oriental, a Stasi, contava com uma rede de informantes equivalente a 1% da população total do país, gerando custos econômicos vultosos e contínuos. Ver Andreas Lichter; Max Löffler; Sebastian Sieglösch, “The Long-Term Costs of Government Surveillance: Insights from Stasi Spying in East Germany”. SOEPpaper n. 865, Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung, Berlin, 2016. Disponível em: <www.econstor.eu/bitstream/10419/146890/1/869045423.pdf>.

10. V-Dem Institute, *Democracy for All? V-Dem Annual Democracy Report 2018*, 2018. Disponível em: <www.v-dem.net/en/news/democracy-all-v-dem-annual-democracy-report-2018>. p. 19. Ver também Erica Frantz; Andrea Kendall-Taylor, “The Evolution of Autocracy: Why Authoritarianism Is Becoming More Formidable”. *Survival*, v. 59, n. 5 (out.-nov. 2017), pp. 57-68.

11. As estatísticas e sistema de classificação usados para chegar a esse número baseiam-se em dados de 1946 a 2010 de Barbara Geddes; Joseph Wright; Erica Frantz, “Autocratic Breakdown and Regime Transitions: A New Data Set”. *Perspectives on Politics*, v. 12, n. 2 (jun. 2014), pp. 313-31. Dados para o período 2010-17 foram atualizados pelo autor com o apoio de Erica Frantz.

12. Collin Anderson, “The Hollowing Middle of the Surveillance Malware Market”. *Motherboard*, 14 dez. 2017. Disponível em: <https://motherboard.vice.com/en_us/article/595dkd/the-hollowing-middle-of-the-surveillance-malware-market>.

13. Josh Horwitz, “WeChat’s New Heat Map Feature Lets Users—and Chinese Authorities—See Where Crowds Are Forming”. *Quartz*, 7 out. 2015. Disponível em: <<https://qz.com/518908/wechats-new-heat-map-feature-lets-users-and-chinese-authorities-see-where-crowdsare-forming>>.

14. Gerry Shih, “China’s Mass Indoctrination Camps Evoke Cultural Revolution”. *Associated Press*, 18 maio 2018.

15. Adrian Zenz; James Leibold, “Chen Quanguo: The Strongman Behind Beijing’s Securitization Strategy in Tibet and Xinjiang”. *China Brief*, Jamestown Foundation, 21 set. 2017.

16. Human Rights Watch, “China: Big Data Fuels Crackdown in Minority Region”. 26 fev. 2018. Disponível em: <www.hrw.org/news/2018/02/26/china-big-data-fuels-crackdown-minority-region>.

17. Cate Cadell, “From Laboratory in Far West, China’s Surveillance State Spreads Quietly”. *Reuters*, 14 ago. 2018; Human Rights Watch, “China: Minority Region Collects DNA from Millions”. 13 dez. 2017. Disponível em: <www.hrw.org/news/2017/12/13/chinaminority-region-collects-dna-millions>.

18. Josh Chin; Clément Bürge, “Twelve Days in Xinjiang: How China’s Surveillance State Overwhelms Daily Life”. *Wall Street Journal*, 19 dez. 2017.

19. Will Knight, “The US Military Is Funding an Effort to Catch Deepfakes and Other AI Trickery”. *MIT Technology Review*, 23 maio 2018.

20. Ver LeRoy Ashby; Rod Gramer, *Fighting the Odds: The Life of Senator Frank Church* (Pullman, WA, EUA: Washington State University Press, 1994), p. 478.

21. *Intelligence Activities and the Rights of Americans: Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities*, Senado dos Estados Unidos, Livro II. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1976. Disponível em: <www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/94755_II.pdf>. p. III.

22. Wendy Lee, “How Tech’s Lack of Diversity Leads to Racist Software”. *San Francisco Chronicle*, 22 jul. 2015.

23. Universidade de Princeton, Faculdade de Engenharia, “Biased Bots: Human Prejudices Sneak into Artificial Intelligence Systems”. *ScienceDaily*, 13 abr. 2017.

24. Minxin Pei, “China in Xi’s ‘New Era’: A Play for Global Leadership”. *Journal of Democracy*, v. 29, n. 2 (abr. 2018), p. 38.

25. Kai-Fu Lee, *AI Superpowers: China, Silicon Valley, and the New World Order*. Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2018, p. 56.

26. Lorand Laskai, “Why Does Everyone Hate Made in China 2025?” *Net Politics*, Council on Foreign Relations, 28 mar. 2018. Disponível em: <www.cfr.org/blog/why-does-everyonehate-made-china-2025>.

27. Paul Triolo; Elsa Kania; Graham Webster, “Translation: Chinese Government Outlines AI Ambitions Through 2020”. *DigiChina*, New America, 26 jan. 2018. Disponível em: <www.newamerica.org/cybersecurity-initiative/digichina/blog/translation-chinese-governmentoutlines-ai-ambitions-through-2020>.

Como os populistas venceram na Itália

Roberto D'Alimonte

Roberto D'Alimonte é professor de ciência política da Universidade LUISS Guido Carli (Roma) e diretor do Centro Italiano de Estudos Eleitorais. Leciona no campus de Florença da Universidade de Nova York e foi professor-visitante nas Universidades Yale e Stanford.

Em 4 de março de 2018, um vento de mudança varreu o cenário político da Itália, com impacto no resto da Europa. As eleições parlamentares de pouco mais de um ano atrás fizeram da Itália o primeiro país da Europa Ocidental com uma maioria populista. E o governo que resultou desta maioria enfrenta agora uma disputa com a União Europeia (UE) em torno do orçamento nacional italiano: os novos líderes populistas planejam um aumento dos gastos públicos (e, consequentemente, do endividamento) que autoridades da Zona do Euro alegam ser incompatível com as obrigações fiscais da Itália, segundo as regras da união monetária.

No momento em que este texto estava sendo escrito, no início de dezembro de 2018, o confronto entre Roma e Bruxelas (sede da UE) permanecia sem solução. O objetivo do artigo é analisar a trajetória percorrida pela Itália até chegar ao ponto em que se encontra. No pleito de março do ano passado, o eleitorado simpático a ideias populistas foi representado não por um, mas por dois partidos que conquistaram cerca de 50,3% do total de votos populares e, com isso, 56% dos 630

* Publicado originalmente como “How the Populists Won in Italy”, *Journal of Democracy*, Volume 30, Número 1, Janeiro de 2019. © 2018 National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press

assentos da Câmara dos Deputados, a câmara baixa do Parlamento Italiano.¹ Os eleitores fizeram do Movimento Cinco Estrelas (M5S), liderado por Luigi Di Maio, um político de 32 anos, o maior partido tanto na Câmara (com 227 das 630 cadeiras) como no Senado (com 112 das 315 cadeiras). A agremiação Liga (originalmente conhecida como Liga Norte) emergiu das eleições como o segundo maior partido da Câmara, com 125 assentos. Em 1º de junho de 2018, a Liga, liderada por Matteo Salvini, se aliou ao M5S para formar o atual governo.

Os quase três meses de intensa negociação entre os dois partidos resultaram em uma formação ministerial inusitada. O primeiro-ministro é Giuseppe Conte, professor de Direito filiado mas de fato pouco envolvido com o M5S. Sua equipe é formada por uma mistura de políticos populistas e de tecnocratas, sendo esses últimos uma escolha para tentar aplacar as críticas da UE e do mercado financeiro (italiano e internacional). Os tecnocratas ocupam postos-chave, como o Ministério das Relações Exteriores (Enzo Moavero Milanese) e o Ministério da Economia (Giovanni Tria). Di Maio (M5S) e Salvini (Liga) se tornaram vice-primeiros-ministros, sendo que o primeiro também ocupa o cargo de Ministro do Interior.

Outra parte dessa história é como os principais partidos de centro-esquerda e de centro-direita — respectivamente, o Partido Democrático (PD) e a Força Itália, partido de Silvio Berlusconi — perderam mais de 5 milhões de eleitores em relação às eleições anteriores. Continuam tendo uma força significativa na Câmara onde, juntos, detêm mais de um terço das cadeiras (o PD possui 111 e a Força, 105), mas ambos estão fora do governo.

O prenúncio da atual onda populista italiana se deu no início dos anos 1990, quando o descontentamento da população com a corrupção em larga escala (revelada pela Operação Mãos Limpas) destruiu o sistema partidário italiano que existia anteriormente, resultando na criação de diversos novas agremiações, entre eles a Força Itália (fundada

em 94 por Berlusconi). Com seu estilo personalista e suas ardilosas estratégias de comunicação, o empresário, magnata da mídia e dono de clube de futebol se beneficiou do vácuo resultante e acabou se tornando primeiro-ministro. Foi a primeira vez que a Itália flertou com o populismo no período pós-Segunda Guerra Mundial.

Já a atual onda populista resulta da incapacidade dos partidos que estiveram no poder recentemente de superar o crônico mal-estar econômico que o país vivencia há vários anos (e em especial após a crise financeira global de 2008), composta por uma combinação de baixo crescimento, altas taxas de desemprego e crescente desigualdade social. Apesar de tentativas dos últimos governos de realizar reformas, houve um aprofundamento da sensação de que existe uma lacuna separando as elites econômicas e políticas do resto da população. A Liga e o M5S souberam aproveitar esse descontentamento ao prometer mudanças radicais.

A história política recente da Itália pode parecer familiar a outros países, mas apresenta dois aspectos incomuns. Pela primeira vez, um movimento impulsionado principalmente por ações na internet, caso do M5S, chega ao poder em um importante país (e em uma das maiores economias) do Ocidente. Outra novidade: também pela primeira vez um partido regional e secessionista, a Liga Norte, consegue se nacionalizar, transformando-se em paladino da soberania italiana (em relação à União Europeia).

Pouco antes das eleições de 2018, o Parlamento italiano havia aprovado novas regras eleitorais, que mesclam critérios majoritários e proporcionais. Cerca de um terço dos assentos na Câmara e no Senado é preenchido por um sistema distrital de maioria simples. Os outros dois terços são distribuídos entre todos os partidos que receberem ao menos 3% da votação total nacional. A existência de vagas distritais favorece coalizões pré-eleitorais.

Fundado em 2007, o Partido Democrático (PD), que esteve no poder entre 2013 e 2018, se juntou a três pequenas agremiações para formar um bloco de centro-esquerda, enquanto a Liga e a Força Itália formaram um bloco de centro-direita com uma pequena agremiação centrista e o partido de direita Irmãos de Itália (FdI). Disputando sozinho, como sempre fez desde sua fundação em 2009, estava o M5S.

Tabela: Resultado das eleições gerais da Itália de 2018

Fontes: Suprema Corte; Ministério do Interior; Centro Italiano de Estudos Eleitorais (CISE).

Notas: A coluna “Proporcional” mostra os assentos preenchidos por eleição proporcional; a coluna “Distrital” mostra os assentos preenchidos pelo voto distrital de maioria simples.

* Coalizão eleitoral entre FI, FdI e um movimento local no Vale de Aosta.

** Coalizão eleitoral entre PD e partidos étnico-regionalistas no Vale de Aosta.

Partidos e coalizões	Câmara dos Deputados					Senado				
	% votos	Proporcional	Distrital	Do exterior	Total	% votos	Proporcional	Distrital	Do exterior	Total
Centro-direita										
Liga (L)	17,3	73	50	2	125	17,6	37	21	-	58
Força Itália (FI)	14,0	59	43	1	103	14,4	33	22	2	57
Irmãos de Itália (FdI)	4,4	19	13	-	32	4,3	7	11	-	18
Nós com a Itália-UdC (NCI-UDC)	1,3	0	5	0	5	1,2	0	4	0	4
FI-FdI-Mov. Nuova Valle d'Aosta*	0,0	-	0	-	0	0	-	0	-	0
Total	37,0	151	111	3	265	37,5	77	58	2	137
Movimento										
5 Estrelas (M5S)	32,7	133	93	1	227	32,2	68	44	0	112

Centro-esquerda										
Partido Democrático (PD)	18,8	86	21	5	112	19,1	43	8	2	53
+Europa	2,6	0	2	1	3	2,4	0	1	0	1
Juntos	0,6	0	1	-	1	0,5	0	1	-	1
Cívico Popular (CP)	0,5	0	2	0	2	0,5	0	1	0	1
SVP-PATT	0,4	2	2	-	4	0,4	1	2	-	3
PD-UV- -UVP- -EPAV**	0,0	-	0	-	0	0,1	-	1	-	1
Total	22,9	88	28	6	122	23	44	14	2	60
Livres e Iguais (LEU)	3,4	14	0	0	14	3,3	4	0	0	4
Outros	4,1	0	0	2	2	4	0	0	2	2
TOTAL	100	386	232	12	630	100	193	116	6	315

O tema da imigração ilegal, originária principalmente dos países da África sub-sahariana via Mar Mediterrâneo, foi central durante a campanha eleitoral. O desempenho impressionante da Liga pode ser explicado, em grande medida, pela posição fortemente contrária aos imigrantes ilegais assumida por seu líder, Salvini. O M5S seguiu o exemplo, enquanto o Partido Democrático e a Força Itália adotaram posições mais moderadas, que não se mostraram eleitoralmente vantajosas.

Mas também não faltaram, durante a campanha, promessas generosas sem muita preocupação com os limites ao gasto público na Zona do Euro. O M5S prometeu uma renda básica a todos os cidadãos italianos pobres. A Força Itália e a Liga propuseram uma profunda reforma fiscal baseada em um imposto de alíquota única. Tanto a Liga como o

M5S prometeram mudar as regras do sistema previdenciário para que os italianos pudessem se aposentar mais cedo.

Já o PD defendeu, sem sucesso, as políticas adotadas pelo ex-premiê Matteo Renzi (que liderou o governo entre 2014 e 2016), mais alinhadas às exigências da União Europeia e às regras da moeda comum.

Um sistema partidário em transformação

A breve história do M5S tem sido impressionante. Criado em 2009 pelo comediante e blogueiro Beppe Grillo em oposição a um sistema corrupto e com uma plataforma que enfatizava um estilo de democracia direta baseado na internet, conquistou 109 assentos na Câmara e 54 no Senado nas eleições de 2013. Foi o melhor desempenho eleitoral de um partido estreante em toda a Europa Ocidental. Em 2018, dobrou o número de cadeiras conquistadas no Parlamento.

Esse crescimento foi fruto do aumento da popularidade do movimento no sul da Itália, onde o percentual de votos do M5S aumentou de 27% para 43% entre 2013 e 2018. Além de ser uma região que sente fortemente o impacto da travessia ilegal de imigrantes pelo Mar Mediterrâneo, a proposta de renda cidadã provou-se bastante popular no sul do país, onde a taxa geral de desemprego chega a quase 20% e 50% dos jovens não têm ocupação. Entre os eleitores que migraram seu voto para o M5S estavam muitos dos que haviam anteriormente votado anteriormente no PD ou na Força Itália.²

A Liga foi o outro grande vencedor das eleições de 2018, com um salto de 4% para 17% do total de votos. Mais o que mais chamou atenção foi a expansão da Liga para além de seu eleitorado tradicional no norte da Itália, mais industrializado e rico. A Liga Norte já é o maior partido naquela região, com mais de um quarto dos votos (27%), mas desta obteve sucesso também no resto do país. No antigo “cinturão vermelho” composto pelas regiões de Emília-Romanha, Marcas, e

Toscana e Úmbria (região central do país), passou da minúscula votação de 1,5% em 2013 para 18%. E no sul da Itália, o antigo partido separatista do norte conquistou quase 8% dos votos.

Mais importante, a Liga ultrapassou a Força Itália como o principal partido do bloco de centro-direita. Em 2018, o partido de Berlusconi (que já governou o país em quatro oportunidades e está 82 anos) teve o pior desempenho de sua história, com menos de 14% dos votos. Uma década atrás, era o maior partido da Itália; hoje, tornou-se o menor dos quatro principais partidos, perdendo votos para a Liga ao norte e para o M5S ao sul. Claramente, o sistema partidário mudou. No campo da direita, a liderança passou para os populistas de uma linha mais radical que a de Berlusconi e sua Força Itália.

Além do bom desempenho do M5S e da Liga, outro resultado inesperado de 2018 foi o desempenho decepcionante do PD, que obteve apenas 19% dos votos, o pior resultado de sua curta história. Perdeu em todas as regiões do país e entre todos os segmentos do eleitorado, com exceção dos eleitores urbanos e aposentados. No “cinturão vermelho”, que costumava votar na centro-esquerda, terminou em segundo, atrás do M5S. Foi a primeira vez na história do pós-guerra que a esquerda não venceu nessa região.

Nos cinco anos que governaram o país, com três diferentes primeiros-ministros, os democratas fracassaram em muitas frentes. Matteo Renzi, primeiro-ministro de 2014 a 2016, antagonizou-se tanto com grupos de interesse organizados como com os eleitores em geral. Suas tentativas de reformas foram longe demais, rápido demais. Ele não foi capaz de reconhecer a profundidade da recessão iniciada com a crise financeira global de 2008 e a gravidade do desemprego, em particular entre os jovens. Subestimou o descontentamento dos eleitores com a imigração ilegal mesmo nas regiões que tradicionalmente costumavam votar mais à esquerda. Investiu enorme capital político em uma profunda reforma constitucional, que acabou rejeitada em um referen-

do realizado em dezembro de 2016, provocando sua renúncia logo em seguida.

As eleições de 2018 representaram outra etapa da transformação do sistema partidário iniciada em 2011. Entre 1994 e 2008, a competição eleitoral era basicamente esquerda contra direita, com alternância de poder entre algumas coalizões multipartidárias. Em 2011, Berlusconi renunciou ao cargo de primeiro-ministro pressionado por Bruxelas e pelo mercado financeiro. Um governo tecnocrático liderado pelo economista e ex-membro da Comissão Europeia (órgão executivo da União Europeia) Mario Monti assumiu seu posto. Seu gabinete tinha o apoio de todos os principais partidos do Parlamento, com exceção da Liga Norte.

Monti seguiu políticas de austeridade fiscal em respeito às diretrizes da UE, mas os resultados esperados no sentido de melhoria do ambiente econômico não vieram, abrindo caminho para a ascensão do M5S e da Liga. Eles se tornaram a voz daqueles que acusavam o governo italiano de ter sido imposto por Bruxelas e não representar os interesses do povo italiano.

Em 2013, o sucesso do M5S rompeu com o velho e praticamente bipolar sistema partidário. A votação de 2018 confirmou o novo padrão, agora baseado em pelo menos três forças eleitorais. O M5S se somou às coalizões de centro-direita e de centro-esquerda como uma força eleitoralmente viável. Mas será que esse sistema se mostrará estável? Parece improvável. A volatilidade eleitoral tem sido a norma na Itália há diversas décadas, e os atuais partidos não parecem estar fortemente institucionalizados e arraigados. Um grande número de eleitores mudou seu voto em um período curto de tempo criando a presente situação, e pode mudá-lo novamente.

Clivagens regionais — especialmente a lacuna entre o norte da Itália, mais rico, e o sul do país, mais pobre— ainda são expressivas. Há,

ainda, novas tensões, como aquelas que contrapõem partidos mais tradicionais (embora nenhum deles seja realmente antigo) a movimentos antissistema (tanto a Liga quanto o M5S são, cada um à sua maneira, avessos à política tradicional). E há também a disputa entre o governo populista formado pelo M5S e pela Liga, com seu plano de aumento do gasto público, e a UE (apoiada pelo mercado financeiro) com sua insistência na responsabilidade fiscal. A forma como essa disputa se desenrolará nos próximos meses e anos poderá alterar os alinhamentos políticos novamente.

O Movimento Cinco Estrelas: entre a utopia e o poder

“Abriremos o Parlamento como se fosse uma lata de atum”. Foi isso que disse Beppe Grillo pouco antes das eleições gerais de 2013. É uma declaração tipicamente populista. No entanto, “populista” não descreve o M5S por completo. Junto com o populismo há uma veia de utopismo que faz desse movimento um fenômeno político intrigante, perturbador e, em alguns aspectos, singular. Não resta dúvidas de que é uma das inovações políticas mais importantes do país desde que a Força Itália surgiu em 1994. Como o partido de Berlusconi, o M5S transformou a política italiana de maneira profunda ao desafiar os partidos existentes, a mídia tradicional e a própria democracia representativa.

Quando Grillo e o finado empreendedor da internet Gianroberto Casaleggio (1954–2016) fundaram o M5S em Milão em outubro de 2009, buscaram capitalizar a profunda desconfiança que os italianos sentiam em relação à classe política estabelecida.³ Os principais alvos eram os partidos e a mídia tradicionais, com base em uma proposta de democracia direta centrada na internet.

Ao longo da última década, o movimento cresceu com base em uma narrativa de condenação da corrupção e dos privilégios dos políti-

cos. Também defendia o financiamento público dos partidos políticos, limites para mandatos eletivos e a defesa do Estado de direito e da independência do Judiciário. Por fim, criticava a imprensa e as instituições europeias. Entretanto, desde que começou a conquistar cargos eletivos, no início nas municipalidades e depois no Parlamento, adquiriu muitas das características de um partido político. Seu sucesso de certa maneira o “normalizou”, embora ainda apresente diversas das características originais junto com as novas contradições.⁴

Sua organização interna é uma mistura original e conflitante de elementos antigos e novos. Atualmente, todos os partidos usam a internet. Mas, no caso do M5S, a rede não é simplesmente uma forma de comunicação e de mobilização — ela tem um papel central no movimento. Foi lá que o partido começou, com ativistas locais organizando-se por meio do site Meetup e do blog de Grillo. Em 2012, vieram as deliberações internas online. Quatro anos depois veio a nova plataforma online, chamada Rousseau, criada para engajar cidadãos comuns na vida das instituições públicas. Ela permite que membros definam candidaturas e temas, mas também interajam diretamente com representantes eleitos em todos os níveis de governo comentando sobre projetos de lei e sugerindo emendas.

Essa plataforma, no entanto, ficou aquém das ambições de seus fundadores. Ela não permite que seus usuários interajam “horizontalmente” entre eles, restringindo-os a interações “verticais” com os políticos eleitos. Seu uso declinou.⁵ No entanto, a mística da democracia direta sobrevive e constitui uma importante ferramenta de propaganda do M5S numa era de desencantamento com as elites tradicionais e as instituições representativas.

Aqui observamos uma clara contradição: Grillo nunca disputou nenhum cargo seja dentro do partido ou no governo, mas as regras intrapartidárias aprovadas em 2017 conferiram a ele o papel de “garantidor” supremo do movimento, que se traduz em poder de veto em

questões de quadros e decisões políticas do partido. Ao mesmo tempo, Casaleggio Associates, a empresa do finado cofundador, continua sendo a fonte de decisões estratégicas do M5S, incluindo definições de como a Rousseau é usada.⁶ A empresa e o movimento estão intimamente interligados.

O crescimento repentino e o aumento da popularidade do partido entre 2011 e 2013 aceleraram sua transformação em uma organização mais fortemente gerenciada e hierárquica. Para evitar a ascensão de facções e uma tendência ao anarquismo, o controle vertical se acentuou. Após um desempenho frustrante nas eleições de 2014 para o Parlamento Europeu, Grillo e Casaleggio intervieram para reprimir disputas internas entre deputados e senadores do partido. Em meados de 2017, Grillo havia usado seu blog para expulsar do movimento 21 deputados e 19 senadores (quase um quinto da bancada do M5S na Câmara e mais de um terço de sua bancada no Senado).⁷ Enquanto isso, após um breve experimento envolvendo uma diretoria composta por cinco membros, Luigi Di Maio emergiu como a “cabeça política” do movimento, com o apoio de Grillo após uma votação realizada via internet.

A mensagem é clara: se o pluralismo interno ameaça a unidade do partido ou a credibilidade de sua liderança, essa liderança não mais tolerará o pluralismo. Desse ponto de vista, o M5S se parece com um partido revolucionário leninista. A “ditadura do proletariado” foi substituída por uma espécie de “ditadura popular”. Uma autodesignada elite composta por tecnocratas que dominam a rede assumiu a responsabilidade de liderar a revolução política que dará novo significado ao princípio de soberania popular.

O sucesso eleitoral também transformou o M5S em outros aspectos. Grillo sempre se recusou a definir o movimento em termos de direita e esquerda, preferindo usar termos como “acima” ou “além” da política. No entanto, não há dúvidas de que originalmente o movimen-

to possuía uma ideologia de esquerda e ativistas de esquerda. As cinco estrelas de seu logo representavam basicamente políticas de esquerda: desenvolvimento sustentável, rede pública de abastecimento de água, meio-ambiente, transporte público e conectividade digital.

Outros posicionamentos à esquerda do centro político sempre estiveram em destaque em sua plataforma, como as críticas à globalização, ao consumismo e às corporações multinacionais, ao mesmo tempo em que defendia uma “renda cidadã”. É verdade, no entanto, que o movimento também defendeu outras bandeiras que não se encaixam no espectro esquerda-direita, como o combate à corrupção e o “euroceticismo”. Também há outros tópicos, como imigração, sobre o qual a posição do partido é claramente de direita.

Traços do esquerdismo original do movimento também podem ser observados na orientação política de sua base. Seus primeiros ativistas eram antigos simpatizantes de partidos de esquerda que não conseguiam expressar suas demandas por meio dos canais tradicionais. Dados eleitorais mostram que, quando o partido começou a disputar eleições locais, a maioria de seus eleitores eram desertores de partidos de esquerda mais antigos

Mas o sucesso na escala obtida pelo M5S exigiu um apelo mais amplo tanto em termos de ideologia como em função de características sociodemográficas.⁸ Em 2010, os eleitores de esquerda representavam cerca de metade de seu total de apoiadores. Mas, em 2015, haviam caído para um terço, enquanto os eleitores de centro-direita haviam passado de 11% para 31%. Ao decidir compartilhar o poder com a Liga, uma agremiação claramente à direita do espectro político, o M5S perderá a capacidade de se apresentar como sendo “todas as coisas para todos os eleitores”?

Resumindo, o M5S é um partido de muitas bandeiras, algumas delas contraditórias, cujo carismático fundador é agora um líder quase

invisível. O movimento ataca a imprensa, mas, diferentemente de todos os outros partidos populistas na Europa, defende o Judiciário. Propõe democracia direta, mas possui uma organização vertical e pouco transparente. É baseado na internet, mas também tem apelado para comícios de massa para construir identidade. Sua sede está no norte (a Casaleggio Associates tem sede em Milão, cidade-natal de Casaleggio), mas sua nova base eleitoral se concentra atualmente no sul. É, em larga medida, um partido de esquerda, mas governa com um parceiro muito mais à direita. Por fim, com a chegada ao poder, tem o desafio de transformar críticas e protestos em políticas governamentais. Não será uma tarefa fácil para uma força política que não dispõe de experiência nem de competência e agora vê-se envolvida em um relacionamento cooperativo-competitivo com um partido bem mais organizado e coeso, a Liga.

Liga: do regionalismo ao nacionalismo

Diferentemente do M5S, a Liga não é um partido novo. Na verdade, é o partido mais antigo da Itália, embora tenha sido fundado em 1991 pelo político regionalista Umberto Bossi, reunindo vários movimentos autonomistas ao longo do Vale do Pó (norte do país). Até recentemente, o partido de Bossi era uma agremiação regional (e regionalista). Não era explicitamente de direita. Era chamada de Liga *Norte* porque pretendia liderar um movimento de secessão do Norte do resto da Itália e fundar uma nova “República Federal da Padânia” (um nome mais antigo para o Vale do Pó).

Depois de formar uma aliança com Berlusconi em 2000, a Liga (a expressão “Norte” foi oficialmente abandonada, embora permaneça no nome oficial do partido no estatuto) substituiu o separatismo pelo federalismo, embora nunca tenha abandonado suas raízes regionalistas ou sua promessa formal de conferir soberania à sua área de origem em relação à República Italiana.

A Liga original também era um partido populista. Sua retórica chamava o governo central de “Roma ladrona”, um ninho de elites corruptas supostamente dispostas a explorar os trabalhadores nortistas para manter os “preguiçosos e esbanjadores” sulistas. As coisas mudaram durante os cinco anos que a Liga passou governando a Itália em aliança com a Força Itália (2001-2006). Mas os apelos populistas e regionalistas nunca desapareceram de fato do discurso de Bossi.

Sob a liderança de Matteo Salvini, que assumiu o controle do partido em 2013, a Liga segue sendo populista, mas não mais regionalista. Salvini têm-se dedicado a transformar a antiga Liga Norte em uma Liga Nacional, algo como a Frente Nacional, de Marine Le Pen, na França. Sua estratégia tem se beneficiado de uma das muitas peculiaridades do sistema político italiano: a ausência de um partido nacional de direita (a Força Itália é nacional em escopo, mas perto demais do centro para ser considerada de direita). A Liga Norte de Bossi possuía tendências de direita, mas tinha uma base regional. A Liga de Salvini tornou-se um partido nacional de direita. Ao longo do processo, o patriotismo substituiu o regionalismo. A Itália ocupou o lugar da Padânia. A UE e os imigrantes assumiram as posições antes ocupadas por Roma e os sulistas como os inimigos do povo. E o componente de direita se tornou mais radical.

Essa mudança ocorreu por fases. No início, a UE era o principal alvo da Liga. Depois, como mostra uma análise da atividade da Liga no Facebook, os temas interligados da imigração, da segurança pública e do terrorismo se tornaram as questões mais salientes.⁹ O principal slogan eleitoral de 2018, inspirado por Donald Trump, foi “italianos em primeiro lugar”. Salvini, assim como o presidente americano, tem aversão à globalização e possui uma percepção astuta sobre como usar as redes sociais. O euroceticismo não desapareceu por completo, mas ficou em segundo plano. Comparado a ele, a imigração possui um potencial eleitoral muito maior, e Salvini soube explorá-lo.

A imigração está atualmente em segundo lugar na lista do Eurobarômetro das questões mais importante para os italianos, perdendo apenas para o desemprego. A retórica xenofóbica de Salvini repercute positivamente em boa parte do eleitorado que deseja o fim do fluxo de imigrantes e refugiados, que tais eleitores enxergam como “invasores” e uma ameaça à identidade nacional.

Os imigrantes atualmente representam 8% da população italiana de 61 milhões, mas, de acordo com um estudo de agosto de 2018, a maioria dos italianos estima que a proporção de imigrantes na população chegue a 25% — a maior lacuna entre proporção real e estimada na Europa.¹⁰ Como a superestimação da proporção de imigrantes também tende a se correlacionar com maior hostilidade em relação aos mesmos, há mais do que mera falta de informação em jogo por trás dessa percepção equivocada.

Salvini foi bem-sucedido ao explorar o tema da imigração para nacionalizar seu partido. Suas ações enquanto ministro do Interior contra organizações da sociedade civil que resgatam imigrantes no mar Mediterrâneo e os levam até portos italianos aumentaram sua credibilidade junto aos eleitores. Em um clima marcado por uma profunda desconfiança em relação à classe política, ele é visto como uma pessoa que cumpre o que promete. As ações da Liga em relação à imigração trouxeram um duplo benefício. Por um lado, muitos italianos sentem que atualmente algo está sendo finalmente feito para barrar a imigração ilegal. Por outro lado, a crítica da UE à política de Salvini permite a ele se apresentar como o líder de que a Itália precisa para proteger seus interesses diante de Bruxelas (sede da Comissão Europeia).

Não há dúvida de que a estratégia de Salvini está dando resultados. Atualmente, a Liga é o partido de direita mais bem-sucedido da Europa Ocidental.¹¹ Mas persiste uma ambiguidade em relação a quão regional ou nacional é o partido — poucas semanas após disputar as eleições gerais de 2018 como Liga, disputou como Liga Norte em uma

eleição regional no Norte e como Liga em uma eleição regional no Sul — mas, até o momento, isso não prejudicou Salvini. É uma Liga à *la carte*. Mais cedo ou mais tarde, no entanto, a coexistência da velha Liga Norte com a Liga terá de ser repensada. O abandono da palavra “Norte” do logo eleitoral, mas não do estatuto do partido, não funcionará para sempre. Esse foi um ato não apenas “não oficial”, mas “não discutido” — Salvini fez essa alteração por conta própria via redes sociais, ignorando tanto a máquina partidária nacional como a regional. Os líderes regionais do partido vêm pactuando com isso até então, mas por trás da questão da marca mora uma questão mais substantiva: por quanto tempo os interesses do eleitorado da Liga ao norte podem ser reconciliados com os do M5S e seu reduto eleitoral mais ao sul?

Até aqui, o sucesso eleitoral silenciou toda e qualquer crítica pública, mas permanece o problema de como adaptar as regras, a organização e os quadros da velha Liga Norte à nova Liga. Superar esse problema não será tarefa fácil, então Salvini escolheu postergá-lo. Ele sabe que, para muitos ativistas da Liga Norte, que ainda representam a espinha dorsal do partido, a mudança será uma importante ruptura política e emocional. Enquanto isso, o partido encontra-se numa espécie de limbo e muitos de seus membros estão perplexos e desorientados.

Para termos uma pista de para onde as coisas estão caminhando, podemos retornar a dezembro de 2017, quando Salvini criou à parte um novo partido chamado “Liga pelo Primeiro-Ministro Salvini”, cujo estatuto não continha nenhuma referência ao Norte. Até o momento, essa Liga Salvini é uma carcaça vazia, mas também é o prenúncio do que Salvini imagina que a Liga possa se tornar. Ele pode estar esperando consolidar seu sucesso com um bom desempenho nas eleições para o Parlamento Europeu em maio de 2019, para então convocar um congresso do partido que lançará formalmente seu novo partido.

Populistas versus a UE

A Liga e o M5S governam juntos, mas com divergências entre eles. Representam tipos diferentes de populismo e eleitorados diversos. Ambos possuem uma visão de democracia baseada em uma concepção não muito precisa de soberania popular. E têm um alvo em comum: as tecnocracias nacionais e internacionais, inimigas do povo.

No entanto, cada partido possui uma resposta diferente à crise de representação democrática. A ideia do M5S é utópica: usar a rede para abolir definitivamente a influência das elites sobre a política em favor da democracia direta. A Liga não possui tamanha ambição. Para o partido de Salvini, a missão é o nacionalismo — ou seja, retomar o controle das fronteiras (em resposta à imigração ilegal) e das políticas nacionais (em relação à EU).

A crítica à Europa, que havia sido deixada um pouco de lado durante a campanha eleitoral por razões pragmáticas, tornou-se novamente uma questão premente. De fato, é hoje a questão mais relevante. É aí que a promessa de restaurar a soberania une os dois partidos. É difícil para o M5S, um partido que defende a democracia direta, aceitar a legitimidade de decisões tomadas por instituições europeias não eleitas (como a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu). Ambos os partidos contestam a dimensão supranacional da integração europeia, sem defender (por enquanto) uma rejeição à ideia de uma união. Agora que estão no poder, a Itália encontra-se em um ponto de inflexão delicado.

A proposta orçamentária de 2019 tornou-se o campo de batalha entre o atual governo e a tecnocracia europeia. É o teste que revelará a real intenção dos dois partidos populistas. Desde 2011, com o governo de Mario Monti, e continuando com os ministérios de centro-esquerda entre 2013 e 2018, a Itália vem buscando seguir um caminho de consolidação fiscal aprovado pelas instituições da UE. Houve ocasionais

desvios dessa trajetória em nome de um pouco de flexibilidade, mas eles sempre foram negociados com Bruxelas e sem alterar a tendência de redução da imensa dívida pública italiana.

Essa dívida, que atualmente representa 132% do PIB, é proporcionalmente uma das mais altas do mundo. Na UE, apenas a Grécia possui uma relação dívida/PIB pior. Para controlar esse risco nacional, a Itália concordou com Bruxelas em diminuir o déficit estrutural anual do país para zero até 2020. As metas aprovadas pelo governo anterior demandavam um déficit fiscal da ordem de 1,6% e 0,8% do PIB em 2018 e 2019, respectivamente.

No início de dezembro de 2018, o M5S e a Liga decidiram abandonar o caminho de redução do déficit. Desejam adotar uma política econômica expansionista, com um déficit fiscal da ordem de 2,4% do PIB em 2019 e 2,1% para os dois anos seguintes. O objetivo do equilíbrio fiscal foi postergado indefinidamente. Resumindo, o novo governo populista quer substituir o velho paradigma econômico baseado na austeridade e em reformas estruturais por um novo conjunto de políticas visando a retomada do crescimento econômico.

Esses acontecimentos prepararam o terreno para um duplo confronto. O primeiro tem sido uma luta interna na Itália. Dentro da equipe ministerial, o ministro da Economia (representante do grupo dos tecnocratas) vem tentando controlar o déficit, até o momento sem sucesso. O Banco da Itália, a administração previdenciária, a Controladoria Geral e a comissão de orçamento do Parlamento questionaram os pressupostos por trás do plano fiscal do atual governo, sua viabilidade e seu impacto na economia. Os partidos no poder ignoraram esses questionamentos e, pior, colocaram em dúvida a independência das instituições que os fizeram.

De maneira tipicamente populista, essas instituições foram lembradas de que não foram eleitas e não representam a vontade do povo. Vi-

mos um movimento de tendência iliberal em outros países ocidentais. Estamos assistindo à sua ascensão na Itália? Um desrespeito por freios e contrapesos e uma propensão a atacar instituições independentes são sinais bem conhecidos. Quão longe as coisas irão na Itália pode depender do resultado de um segundo confronto, o que coloca a Itália contra a UE.

Com sua política econômica hostil, o governo decidiu desafiar Bruxelas (e, com isso, o FMI, as agências de avaliação de risco e o mercado financeiro). A Comissão Europeia vem criticando o governo Liga-M5S por violarem flagrantemente o Pacto de Estabilidade e Crescimento da UE (adotado para evitar que políticas fiscais irresponsáveis por parte de alguns países-membros comprometessem a estabilidade macroeconômica dos demais; entre as regras acordadas estão um déficit público de no máximo 3% do PIB e dívida pública não superior a 60% do PIB), bem como compromissos feitos por governos anteriores. A UE estará disposta a aplicar sanções e multas, previstas no pacto, em caso de déficit excessivo por parte da Itália? Ainda não se sabe, mas sabemos que, desde as eleições de março de 2018, o *spread* entre os títulos da dívida italiana a dez anos e seu equivalente alemão mais do que dobrou, com a taxa de juros da dívida italiana aumentando de 2% para 3,6%.

No que se refere aos custos de serviço da dívida, Portugal e Espanha estão atualmente em uma posição melhor do que a Itália. Qualquer aumento adicional desses custos poderia desencadear um colapso da confiança no pagamento da dívida em um período de alta das taxas de juros norte-americanas e de planos do Banco Central Europeu de reduzir a compra de títulos soberanos. O risco de uma crise econômica e fiscal é alto, mas os dois partidos populistas parecem não se importar — e cerca de 60% da população ainda os apoia.

Os italianos se tornaram muito mais “eurocéticos” do que costumavam ser, mas, assim como os gregos, não querem abandonar o euro

(moeda comum europeia). A confiança na UE pode estar muito abaixo de seu ápice nos anos 1980, mas as atitudes em relação à moeda comum são diferentes. É o que mostram pesquisas de opinião pública de maneira consistente. Na mais recente pesquisa do Eurobarômetro (realizada em março de 2018, pouco tempo depois das eleições gerais italianas), 61% dos respondentes italianos afirmaram ser favoráveis ao euro, e outros 10% não opinaram. Em uma pesquisa mais recente realizada pela IPSOS,¹² a porcentagem daqueles que disseram desejar permanecer na Zona do Euro foi exatamente a mesma. A maioria dos italianos, assim como a maioria dos gregos, sentem que a UE não fez o bastante por eles. Mas as majorias tanto na Itália como na Grécia também sentem que abandonar o euro seria uma imprudência ou uma aventura.

Esse quadro ambíguo deveria sugerir cautela aos dois partidos populistas. Até o fim de 2018, entretanto, não se observou tal sentimento de cautela. É verdade que, após o início das hostilidades contra a UE, o governo italiano assumiu uma posição mais conciliatória no fim de novembro, anunciando uma meta de déficit fiscal de 2% em vez de 2,4%. Mas ainda não se sabe se essa será a meta final e se a UE a aceitará.

De qualquer modo, é impossível afirmar neste momento se essa mudança de atitude é uma manobra tática ou uma decisão estratégica. Tanto a Liga como o M5S possuem fortes incentivos para contestar domesticamente a UE e sua ortodoxia. Por trás de sua posição assertiva estão motivações domésticas e internacionais. A dinâmica interna da coalizão populista está mudando. Eleitoralmente, a Liga está onde o M5S estava em março de 2018. De acordo com pesquisas de opinião, a Liga possui hoje mais apoio do que qualquer outro partido, enquanto o M5S viu seu apoio diminuir. A imigração fez a diferença, sem impacto no orçamento público. Para acompanhar seu parceiro na coalizão, o M5S terá que cumprir sua promessa de oferecer uma “ren-

da cidadã”. O que quer que ela represente para a situação fiscal da Itália, é uma proposta popular entre os eleitores sulistas que compõem a maior parte da base do M5S. Mas é muito menos popular entre parte do eleitorado da Liga ao norte.

Na frente europeia, as iminentes eleições para o Parlamento Europeu (sediado em Estrasburgo) estão delineando o confronto entre Roma e Bruxelas. Para a Liga e o M5S, a campanha oferecerá uma excelente oportunidade para demonstrar que a UE é incapaz de resolver os problemas com os quais as pessoas realmente se importam, como crescimento econômico e imigração.

Nessa frente, a Liga tem se movimentado mais rapidamente do que o M5S. Nos últimos meses, Salvini tem trabalhado com Marine Le Pen e o primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán para criar um bloco europeu de partidos populistas e nacionalistas. O objetivo de curto prazo é conquistar cadeiras suficientes no Parlamento Europeu para aumentar sua influência sobre futuras indicações para a Comissão Europeia, em Bruxelas. O objetivo de longo prazo é nada menos do que uma revisão radical da arquitetura institucional e das políticas da UE, reduzindo a liderança franco-germânica. A disputa em torno da proposta orçamentária italiana de 2019 é o início de uma luta que pode fazer parte de uma batalha ainda mais longa.

O problema é que nem a UE nem o mercado financeiro parecem dispostos a aceitar a perspectiva de uma Itália que abandone as regras de estabilidade fiscal e aprofunde seu endividamento. Se o conflito piorar — e levar a um aumento das taxas de juros italianas —, pode haver outra crise financeira similar àquela de 2001 que tirou Berlusconi do comando do país e levou o então presidente Giorgio Napolitano a indicar para seu lugar o tecnocrata Monti. Dessa vez, no entanto, não se vê uma maioria parlamentar disposta a apoiar uma indicação tecnocrática pelo presidente Sergio Mattarella.¹³

Isso provavelmente implicaria na convocação de eleições antecipadas, nas quais os populistas enfrentarão partidos pró-Europa. Espreitando ao fundo estará a expectativa de que a Itália possa reestruturar sua dívida pública ou abandonar o euro — ou talvez ambos. Nada disso seria bom para a Itália ou para a UE. No momento em que este artigo estava sendo escrito, a probabilidade de isso acontecer não era alta, mas também não era zero. O que é certo é que a Itália permanecerá no limbo por um bom tempo.

Notas

1. Todo o Senado, que tem a metade do número de cadeiras da Câmara (sem contar seis assentos ocupados por senadores vitalícios), também disputava a reeleição. O resultado lá também foi basicamente o mesmo. Os números usados neste ensaio referem-se à Câmara.

2. Alessandro Chiaramonte et al., “Populist Success in a Hung Parliament: The 2018 General Election in Italy”. *South European Society and Politics* (set. 2018), pp. 13-14.

3. Filippo Tronconi (Org.), *Beppe Grillo's Five Star Movement: Organisation, Communication and Ideology*. Farnham: Ashgate, 2015; Piergiorgio Corbetta; Elisabetta Gualmini (Org.), *Il partito di Grillo*. Bolonha: Il Mulino, 2013; Fabio Bordignon; Luigi Ceccarini, “Five Stars and a Cricket: Beppe Grillo Shakes Italian Politics”. *South European Society and Politics*, v. 18, n. 4 (set. 2013), pp. 427-49.

4. Filippo Tronconi, “The Italian Five Star Movement During the Crisis: Towards Normalisation?”. *South European Society and Politics*, v. 23, n. 1 (fev. 2018), pp. 163-80.

5. Lorenzo Mosca, “Democratic Vision and Online Participatory Spaces in the Italian Movimento 5 Stelle”. *Acta Politica* (jun. 2018), pp. 1-18.

6. Ibid.

7. Tronconi, op. cit.

8. Luigi Ceccarini; Fabio Bordignon, “The Five Stars Continue to Shine: The Consolidation of Grillo’s ‘Movement Party’ in Italy”. *Contemporary Italian Politics*, v. 8, n. 2 (ago. 2016), pp. 131-59; Andrea de Pretis; Thomas Poguntke (Org.), *Anti-Parties Parties in Italy and Germany: Protest Movements and Parliamentary Democracy*. Roma: LUISS University Press, 2015.

9. Daniele Albertazzi; Arianna Giovannini; Antonella Seddone, “No Regionalism Please, We Are Leghisti! The Transformation of the Italian Lega Nord Under the Leadership of Matteo Salvini”. *Regional and Federal Studies*, v. 28, n. 5 (set. 2018).

10. Jessica Phelan, “Italians Overestimate Immigrant Population More Than Any Other Europeans: Study”. *The Local* (Itália), 29 ago. 2018. Disponível em: <www.thelocal.it/20180829/italians-overestimate-number-of-immigrants-in-italy-more-than-any-other-europeans-study>.

11. Gianluca Passarelli; Dario Tuorto, *La Lega di Salvini: Estrema destra di governo*. Bolonha: Il Mulino, 2018.

12. Nando Pagnoncelli, “Manovra, Italiani divisi sui richiami Ue: Ma calano i nostalgici della lira”. *Corriere della Sera* (Milão), 14 out. 2018.

13. O presidente da Itália é escolhido para um mandato de sete anos por ambas as casas do Parlamento mais um grupo de 58 eleitores representando cada uma das vinte regiões, as maiores subunidades da República Italiana. O presidente possui o poder constitucional de indicar o primeiro-ministro, que então precisa enfrentar um voto de confiança de ambas as casas do Parlamento. Se o primeiro-ministro não conseguir o voto de confiança do Parlamento, precisa renunciar imediatamente.

A gênese de 2013: formação do campo patriota¹

Angela Alonso

Angela Alonso é professora livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora sênior do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), que presidiu entre 2015 e 2019. É autora, entre outros livros, de “Flores, Votos e Balas - O movimento abolicionista brasileiro” (1868-88) (Companhia das Letras, 2015), vencedor dos prêmios Jabuti e da Academia Brasileira de Letras.

O barco democratizante da Nova República bateu num iceberg. Perderam-se as bússulas, naufragam timoneiros, ineptos para desvendar como o “desculpe o transtorno, estamos mudando o Brasil” das manifestações de 2013 acabaram em “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

A disseminada tese da captura de protestos progressistas por conservadores tem a vantagem da simplicidade. É também seu problema. O processo não se reduz a uma dimensão. É multifacetado e tortuoso.

O evento de 2013 consistiu num ciclo de protestos, com vários movimentos sociais na rua em simultâneo, cada qual com suas agendas e estilos de ativismo, divididos em três campos, conforme a maior incidência de símbolos anarquistas, socialistas e nacionalistas. O campo autonomista, de movimentos neoanarquistas, privilegiou estilos de vida alternativos, identidades étnicas e de gênero. O socialista, de

movimentos, sindicatos e pequenos partidos de esquerda, tinha agenda redistributiva. Ambos incorporavam políticas públicas. O campo patriota, gigante ao final do ciclo, lá estava desde o início². Seus cartazes repudiavam partidos (“O povo unido não precisa de partido!”), direitos de minorias (“Minoria não pode calar maioria”), impostos e corrupção (“Menos tributação, menos corrupção, menos imposto, mais retorno!”), clamavam por segurança pública (“Chega de impunidade! Chega de bandidos”) e mesmo por ditadura (“Intervenção militar já!”), validos do nacionalismo (“Bandeira, aqui, só do Brasil!”). Carla Zambeli, líder do NasRuas, criado em 2011, e hoje deputada bolsonarista, reivindica a autoria do slogan-símbolo de 2013: “Não é só pelos 20 centavos!”³. Não era mesmo.

No ciclo mosaico de 2013 conviveram três campos de movimentos. No de março de 2015, o campo patriota dominou (“Nossa bandeira jamais será vermelha!”; “Impeachment Já!”; “Fora, CorruPTos!”). Já o ciclo do impeachment, em 2016, polarizou-se entre as campanhas Fora Dilma e Não Vai Ter Golpe⁴. Ao longo desta mobilização intermitente, a rua passou da coexistência entre campos diferentes para o confronto entre frentes inimigas. Estes desdobramentos apontam sentidos do ciclo de 2013 que o extrapolam.

2013 tampouco é uma origem. Mudanças na sociedade brasileira vinham produzindo desequilíbrios na balança de poder social. Delas emergiram grupos descontentes, munidos de redes de sociabilidade, novos estilos de protestar, novas agendas. Este processo político achou pico em 2013 e desfecho dramático na eleição de Bolsonaro, mas se conformava desde antes. A insistência no simbolismo nacionalista, no combate à corrupção administrativa e de costumes e no antipetismo, firmaram o campo político patriota. Este iceberg apareceu naquele junho. Foi festejado como primavera, mas era o começo do inverno.

Descontentes em dose dupla

Insatisfeitos existem em todas as sociedades em todos os tempos. Nos “settled times”, expressão da socióloga Ann Swidler⁵, as pessoas seguem vivendo, em meio a infelicidades, injustiças, desigualdades, nas suas posições costumeiras. Mas quando a vida ordinária é sacudida, a conformidade fica desconfortável. Certas mudanças sociais - não todas, pois algumas podem ser coletivamente benéficas - deslocam recursos, poder e prestígio, criando inconvenientes para os grupos sociais atingidos. Daí os antes plácidos se tornam ebulitivos, empurrados pelo sentimento de que algo “não está certo” e que é preciso “fazer alguma coisa”. A política das ruas se adensa, para além dos ativistas profissionais, em cenários assim.

No Brasil recente, três mudanças tiveram este efeito, ao chacoalharem os eixos da estrutura social brasileira: renda, escolaridade e raça. Cada qual teve origem, escala e efeitos distintos, mas foram vivenciadas em concomitância.

Duas resultaram de políticas de médio prazo. Uma foi a expansão da educação superior. Semente plantada no governo Fernando Henrique Cardoso e crescida nos anos petistas. Em 1998, 2.125.958 estudavam nas faculdades, em 2012, eram 7.037.688. Triplicação acrescida de expansão de faculdades públicas e particulares e crédito estudantil: o ProUni beneficiou 1.919.480 estudantes de baixa renda e/ou vindos de escolas públicas, entre 2003 e 2013⁶.

A segunda mudança veio com a estabilidade monetária, que controlou a erosão de salários, e sobreviveu à provação de grandes crises econômicas - mexicana, 1995; asiática, 1997; russa, 1998; brasileira, 1999; argentina, 2001. Com esta herança Tucana, governos petistas puderam avançar políticas redistributivas eficazes e de efeito rápido. O Bolsa-Escola, criado na gestão FHC, atendeu 3,6 milhões de famílias; em junho de 2013, o Bolsa-Família, criado em 2004, abrangia 10 mi-

lhões. O salário mínimo cresceu 66.4% entre o primeiro e o último ano de Lula⁷.

A dupla estabilidade-redistribuição reforçou-se com a maré cheia internacional e os ventos do “boom de commodities” a partir de 2004. Tudo contado, o crescimento de curto prazo da renda das famílias, sobretudo as mais pobres, foi inédito na história brasileira. Seu impacto foi intenso e extenso.

Largo contingente, na ordem dos milhões, adentrou o consumo de massas. Entre 2004 e 2008, mostrou Marcelo Neri, o estrato C cresceu 18,72%.⁸ Uns saíram do poço sem fundo da pobreza, vide o crescimento exponencial da compra de papel higiênico. Já os remediados, aumentado seu poder de compra, avançaram sôfregos sobre círculos de consumo antes restritos aos estratos sociais altos: tênis de marca, aparelho ortodôntico, consumo cultural, turismo etc.

Terceira mudança é obra petista puro sangue, de menor escala, mas grande consequência: ações afirmativas nas universidades federais. Universitários negros quadruplicaram, em números absolutos, entre 1997 a 2011. Esta ruela levou a centros de formação da elite social indivíduos nascidos na base ou nos estratos médios da sociedade. O Prouni lhes abriu as faculdades privadas⁹. Fenômeno-cascata, com país melhorando de vida e matriculando filhos em colégios privados - aposta na ascensão intergeracional pela escola.

Menos que detalhar tais processos, aqui importam seus efeitos sociopolíticos. Sobrepostos, sacudiram sem derrubar o longo e tripé da estrutura social brasileira: raça, escolaridade, renda. O bambeamento perturbou a percepção dos grupos sociais sobre as distâncias entre si, desnorteou sua compreensão da hierarquia de status, semeando incerteza acerca da posição de cada qual na sociedade.

Em 2013, muitos analistas interpretaram os protestos na linha do efeito J-curve: beneficiários da mudança social, com expectativas

crescentes, reclamavam melhoria das políticas públicas. Políticos adotaram a explicação: Lula disse a correligionários que o povo, obtido o pão, buscava a manteiga¹⁰.

A hipótese abarca pedaço do fenômeno: o desagrado dos ascendentes, ávidos por efetivar direitos que nem sempre se respeitavam, melhorar serviços públicos que funcionavam mal e retificar políticas de resultados longe do ansiado - exemplo é a expansão de cursos de direito, que inundou o mercado, depreciando o prestígio social e o benefício econômico do diploma.

Mas os embarcados para cima eram apenas parte dos incomodados no elevador. Havia os que se sentiam injustiçados pelo governo. Em similitude com o que Arlie Hochschild detectou no período pré-Trump, eram os excluídos das benesses estatais¹¹, indignados com políticas de ascensão “sem esforço”, “esmolas” a igualar “trabalhadores” e “vagabundos” e forçar diferenciação étnica na “democracia racial”.

Incômodo manifesto na copresença. Egressos de diferentes estratos sociais passaram a conviver em espaços antes exclusivos da elite: universidades, shopping centers, aeroportos. Para uns, era a prova da festejada ascensão social, registrada com paus-de-selfie e exibida no Facebook. Para camadas intermediárias e superiores, perdendo status relativo, era a invasão bárbara. Mal-estar enunciado em vários incidentes, quando os de cima aludiram à etnia, aos costumes típicos de estratos baixos (como falar alto) ou à falta de elegância para estigmatizar os socialmente ascendentes.

A reação defensiva privilegiou os que acumulavam características sociais e físicas tidas por negativas, os negros. Queixas contra sua presença se multiplicaram. Guardadas as proporções, a receptividade nas universidades ressoa à dos Estados Unidos nos anos 1960. Em 2007, “Negro só se for na Cozinha do R.U. [Restaurante Universitário], cotas não!” apareceu pichado junto a suástica em muro de frente

à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande Sul. Próximo dali, o complemento: “Voltem para a Senzala”.¹² Longe de caso isolado, era série de episódios em PUC-Rio, FGV-SP, Unesp, Mackenzie etc. Virulência maior quanto mais centrais os cursos, caso das faculdades públicas de engenharia, medicina, direito, para a reprodução intelectual da elite econômica.

Nos shoppings, o mesmo. Funcionário das Lojas Americanas abordou auxiliar administrativo e o filho, em 2007: “Você, crioulinho, pegou alguma coisa da loja?” “São todos negros, não valem nada.” Até celebridades perderam imunidade racial. O filho adotivo de Catetano Veloso foi expulso, em 2004, do Shopping Fashion Mall, em São Conrado, acusado de traficante¹³. Convivência inconveniente. Em pesquisa do Data Popular, em 2012, metade (48,4%) dos entrevistados de estratos A e B reclamavam da democratização do acesso, por afetar a “qualidade dos serviços”, e outro tanto (55,3%) sugeria diferenciar produtos em “versões para rico e para pobre”. Sem pudícia, 49,7% preferiam “ambientes frequentados por pessoas do mesmo nível social”. Menos numerosos, mas longe de insignificantes, eram os empenhados em barrar mal vestidos (16,5%) e a expansão do metrô para seus bairros, porque atraria “gente indesejada” (26%). A irritação explodia. Pondé declarou ao TV Folha, em 2012, que os aeroportos tinham virado “churrasco na laje”¹⁴.

Os episódios delatam a falência de princípios de classificação social antes automáticos: cor, diploma, consumo. Mostra Norbert Elias¹⁵ que, em situações de ameaça a seu status, estratos altos inventam modos elaborados de se distinguir: etiquetas complexas, costumes refinados, bens e espaços vips. Estratos médios estabelecidos se ressentem mais da perda de eficácia de critérios tradicionais, por carência de recursos para burilar seu status. Foi assim no Brasil. Exasperaram-se quando consumo de marcas deixou de ser signo de prestígio, as férias no exterior ganharam a companhia dos “sem modos”, e a PEC

das domésticas, de 2012, avançou sobre ponto nevrálgico da distinção social em sociedade de raiz escravista: os serviços manuais, indignificantes, atribuição da gente de baixo.

Assim, as políticas públicas redistributivas e inclusivas geraram descontentes opostos: tanto beneficiados como prejudicados pelas mudanças. Ambos deram a lenha seca do protesto. Faltava a fagulha.

Da insatisfação difusa à focalização

Protesto não é fogo-fátuo de insatisfação difusa. Ação política coletiva requisita dar a queixas vagas moldura direcional. Mídia, blogueiros e intelectuais públicos sedimentaram uma mesma interpretação da conjuntura no debate público, evidenciada na cobertura de dois eventos de visibilidade e impacto.

Um foram as obras para a Copa do Mundo de 2014, assunto cotidiano de noticiários desde 2011, que puseram na berlinda o papel do Estado na sociedade. Concessões, atrasos e problemas na construção de estádios levantaram dúvidas sobre eficiência (atrasariam?), lisura (superfaturadas?) e capacidade governamental de definir prioridades (esporte ou educação?). Para a revista *Veja*, seria a “Copa da corrupção”. O atleta-político Romário foi na mesma linha: “Copa do Mundo vai custar R\$ 100 bilhões para o Brasil’. Nós precisamos de saúde, segurança, educação e menos corrupção. Governo hipócrita!”¹⁶.

Outro evento a aquecer o debate público foi o julgamento da ação penal 470, em 2012, que a imprensa apelidara de “Mensalão”. O escândalo pusera o governo Lula a perigo e fora suplantado por realizações nas áreas social e econômica, no juízo dos que o reconduziram e depois elegeram sua indicada. Mas ganhou magnitude no segundo ano de governo Dilma, quando chegou ao Supremo Tribunal Federal. Os debates eram transmitidos ao vivo pela TV Justiça e acompanhados por especialistas e jornalistas, que traduziam as tecnicidades para o

público leigo e traçavam perfis enaltecedores de ministros. A ampla cobertura tornou a corrupção onipresente, capa de jornais e revistas, tópica de colunistas e cidadãos comuns nas redes sociais. Na capa da *Veja* de 15 de abril: “Mensalão – A cortina de fumaça do PT para encobrir o maior escândalo de corrupção da história do país”¹⁷. Acompanhava a manchete charge de Joaquim Barbosa com espetinho de cabeças petistas.

Interpretações assim firmaram dois enquadramentos de enorme aceitação. Um, negativo: a elite política como corrupta. A imprensa toda foi nesta trilha, mas a *Veja* merece os louros da focalização, pela cobertura em geral e por seus colunistas, cujas coletâneas viraram best-sellers. Em 2008, *Lula é minha Anta*, de Diogo Mainardi, ficou 20 semanas na lista dos mais vendidos, e *No País dos Petralhas*, de Reinaldo Azevedo, emplacou o neologismo “Petralhas”, combinando imagens conhecidas: petistas como grupo coeso e os Irmãos Metralha, ladrões da maior das caixas-fortes (nos quadrinhos, a do tio Patinhas; no Brasil, a do erário). A justaposição corrupção-petismo culmina na quarta capa: “chamo de ‘petralhas’ (também de ‘vagabundos’, ‘esquerdopatas’, ‘meliantes morais’, ‘vigaristas’ – a lista é imensa) os que pretendem solapar as bases da sociedade democrática.” Outro jornalista da *Veja*, Felipe Moura, coligiu *Tudo o que você precisa saber para não ser um idiota*, com artigos de Olavo de Carvalho, que saiu em 2013 e vendeu 320 mil exemplares em três anos¹⁸.

O segundo enquadramento fez o inverso, criou o Judiciário como polo positivo. Imprensa e intelectuais construíram imagem do terceiro poder como um quarto, acima da luta política. Associou-se o STF ao Poder Moderador do Império, com idêntica ambiguidade de atribuições, meio guardião da lei, meio seu impositor, poder moralizante. A linguagem técnica dos debates difundiu a tese de que o Supremo não faz política, mas hermenêutica da Constituição. A liturgia aristocratizante pôs os juízes para além do cidadão comum, encarnações da Lei,

materializada nos arcaicos mantos negros à maneira de superheróis. Noutra *Veja*, de 27 de novembro de 2012, Joaquim Barbosa é retratado de costas, a capa esvoaçando, superheroísmo reforçado na legenda: “A lei... E os foras da lei.”¹⁹ Barbosa servia bem ao papel: negro, de origem humilde, apresentado como quem vence na vida por esforço e talento – “self-made-man”, como Lula - mas moralmente inculpado - à diferença de Lula. Herói alternativo para os afinados com a justiça social, mas desencantados com o PT, e figura reconfortante para adeptos da tese da democracia racial.

Ambos os enquadramentos encontraram público entre os desagrados com a mudança social. Disseminaram-se na imprensa as imagens da burocracia pública sangue-suga e do governo corrupto. Somava-se a da “heterodoxia”, como economistas liberais e novos empreendedores referiam-se à linha intervencionista de Dilma. Tendo os grupos altos por exemplo e horizonte, muitos dos ascendentes aceitaram este pacote interpretativo e, em vez de se insurgirem contra estratos altos que os estigmatizavam no cotidiano, dirigiram seu desgosto para o governo. A desigualdade perdeu terreno no debate público para a corrupção.

Redes de “empoderamento” dos cidadãos

Protesto não é reunião espontânea de indivíduos desvinculados entre si. Para a mobilização vingar faltava a imprescindível organização da ação coletiva. Esta coordenação acontece fora e antes de manifestações, em redes de sociabilidade - de amigos, famílias, colegas de trabalho etc. - nas quais se formam convicções, difundem-se opiniões, decidem-se linhas de ação. Três tipos de redes sociais foram decisivas para levar gente aos protestos.

Uma são as redes de ativismo cívico, de colaboração “horizontal” entre cidadãos, “coletivos”, que orquestram intervenções ambientais,

políticas, culturais inclusivas, orientadas por um senso de solidariedade e para o bem-estar comunitário. Definem suas ações como “retomada do espaço público”. São exemplos a Casa Mafalda, surgida em 2011, de princípios anarquistas; as hortas comunitárias, como a “Jardinagem Libertária” de Curitiba, aparecida em 2007, e as casas coletivas do Fora do Eixo²⁰.

Segundo gênero são redes empresariais da economia de compartilhamento, amparadas em tecnologias, espaços e financiamentos privados e compartilhados. São startups, coworkings, crowdfunding, incubadoras e assemelhados, que se orientam por princípios liberais em costumes e economia, frisando a liberdade e a eficiência de indivíduos e mercado vis-a-vis o Estado. Um exemplo é o Coworking Offices Vila Olímpia, ativo, desde 2012, na proposição de “ideias ‘fora da caixa’”.

Outro tipo é o ativismo religioso, de igrejas e redes confessionais, sobretudo neopentecostais, com um pé na solidariedade intrainirmãos e outro no mercado. Cultos, publicações, rádios, televisão e YouTube difundem a teologia da prosperidade, a ética do empreendedorismo, a fé em Deus e na família. Cursos de “empreendedorismo cristão”, ministrados por pastores, visam “facilitar e tornar realidade o sonho do próprio negócio”²¹.

Estas redes de sociabilidade são ativas em todo o país, definem o modo de viver o cotidiano de largos contingentes e orientam ativismos no espaço público. Embora distintas, comungam um princípio: invadem espaços e competências antes tidos como de gestão natural do poder público. Apontam nova relação cidadão/Estado/mercado, baseada na crença de que a sociedade civil seria mais legítima e eficiente que o Estado para administrar a vida coletiva. Privilegiam vínculos de solidariedade e confiança entre seus próprios membros e os “empoderam”, anglicismo que popularizaram, estimulando seu protagonismo, em vez de delegar poder e conferir legitimidade a representantes políticos ou ao Estado.

Modelos disponíveis

A opção por protestar foi alavancada também pelo exemplo internacional. A partir do fim dos anos 90, manifestações de massa ressurgiram em vários países. Três episódios se tornaram paradigmáticos, dada a perplexidade das autoridades e a cobertura midiática de escala planetária que suscitaram: os protestos Zapatistas (1994), os de Seattle (1999) e os do TEA Party (2009). Esta onda difundiu agendas e estilos de ativismo, isto é, símbolos e performances políticas, que se tornaram modelares para mobilizações ulteriores.

O zapatismo repaginou o estilo socialista de protestar, adicionando à simbologia vermelha de esquerda o lenço no rosto, ampliando a agenda da redistribuição para incluir indígenas e camponeses e recuperando a violência como política da tradição latino-americana de guerrilhas (o “exército” zapatista, armado do “subcomandante Marcos”). Já em Seattle consolidou-se o estilo autonomista, releitura do anarquismo em símbolos e no uso do negro, na ojeriza a partidos, à representação política e ao Estado, e nas performances violentas (escrachos e tática “black bloc” contra emblemas capitalistas e estatais). Ambos os estilos de ativismo convergem no foco, justiça social global, e nos meios, novas tecnologias e violência política.

O TEA Party disseminou outro estilo, com performances patrióticas, menções a heróis, movimentos e símbolos da história nacional. Difundiu releitura do liberalismo, o “libertarianismo”, de afirmação de liberdades individuais de consciência (religiosa), propriedade (inclusive armas), econômica (livre mercado) e autogestão da vida privada (Estado mínimo). Reagiram contra “excessos” do governo Obama: tributação, políticas sociais, ações afirmativas.

Estes estilos - socialista, autonomista, patriota - apareceram em vários protestos antes de 2013, nos Estados Unidos, na Europa, no mundo árabe e na América Latina, e chegaram a futuros manifestantes

brasileiros por contato mediado (imprensa, internet, livros, relatos), ou direto, em viagens de trabalho, estudo, lazer e eventos regulares, como o Fórum Social Mundial e o Fórum da Liberdade.

As performances socialista e patriota se enraizavam na tradição brasileira. Vermelho e verde-amarelo coloriram a campanha da Redemocratização e as Diretas-Já. Por isso, sua presença em 2013 não atraiu atenção. O que magnetizou mídia e analistas foi a novidade autonomista, com sua estética própria e a tática “black bloc”.

Mudanças na relação governo-movimentos

Somando tudo, desde o início do governo Lula foram se cristalizando: descontentamentos nascidos do novo equilíbrio de poder entre as camadas sociais; focos de insatisfação (ineficiência estatal e corrupção); redes de sociabilidade de “empoderamento” dos cidadãos para substituir o Estado no espaço público e modelos internacionais de protesto. Neste cenário, surgiram reações organizadas a agendas e estratégias dos governos petistas.

Na maior parte do governo Lula, a rua esteve tranquila, isto é, com os protestos médios e pequenos típicos de democracias. Em parte porque desde a vitória eleitoral do PT, movimentos do campo socialista, protagonistas de manifestações desde a redemocratização, foram incluídos na administração pública ou se tornaram influentes na formulação de políticas, como as relativas a questões étnicas, de gênero, educacionais e fundiárias. Com a instituição de conselhos e instâncias participativas, mesmo movimentos miúdos e locais ganharam voz. Assim, deste campo o fogo amigo veio apenas em pautas críticas, em particular na reforma da previdência, no princípio do mandato, quando a CUT levou 30 mil manifestantes à porta do Palácio do Planalto²².

Mas a rua deixara de ser exclusividade vermelha. O PT no governo era esquerda antiquada para a geração de ativistas emergindo das

redes de ativismo cívico. Encantada com protestos por justiça global, criou “coletivos” e movimentos autonomistas: horizontalistas, contraculturais, pró-liberação de costumes, identidades étnicas e de gênero. Acusavam o PT de trair ideais de justiça social e faziam protestos pontuais. É desta família o Movimento Passe Livre, surgido em 2005.

A novidade veio com manifestações do campo patriota, a partir da conjuntura crítica do Mensalão. A Brasília de agosto de 2005 profetizou a da década seguinte: a rua rachada. A cidade viu a esquerda lulista - CUT, UNE, MST - carregar 10 mil, no dia 17. Vinham desagrarar o presidente. É que protesto contra a corrupção e pelo impeachment de Lula, levava 12 mil às ruas brasilienses no dia anterior. Chamado por pequenos partidos de esquerda - PSTU, PSOL, PDT, ConLutas -, recebeu adesões inesperadas, de grupos declarados apartidários, mas aliados a partidos do centro à direita. O Prona, agremiação nacionalista e autoritária, estudantes antipetistas e grupos punks carregaram a simbologia patriota: as caras-pintadas ao estilo do Fora Collor. Teve violência simbólica, com queima de bandeira do PT e de um boneco de Lula, e física, com provocações de punks à polícia. O fenômeno não se circunscreveu à capital federal. No Rio, membros de PMDB, PSC, PV e PDT incorporaram às suas faixas os dois “eles”, criando o Fora Lulla. Em São Paulo, PSDB, PV, PPS e PDT puxaram o enquadramento “petralhas” das páginas para a rua, com fantasias de Irmãos Metralhas, em escárnio aos petistas acusados de corruptos.

O campo patriota ia crescendo em apoios e estruturação. As redes de empreendedorismo empresarial, com seus seminários, MBAs e think tanks, tornavam-se celeiros de movimentos de agenda liberal na condução da vida privada, pró-liberdades individuais e econômicas, e moralizadores da gestão pública. Seus eventos, numericamente acanhados, eram fartos em recursos. A simbologia nacionalista distinguia esta oposição do governo de esquerda e da cor negra característica do campo autonomista.

Em 2006, o movimento Reforma Brasil pôs a Marcha pela Dignidade Nacional em 20 cidades, pregando “o fim da corrupção, a moralização da política brasileira e a soberania popular”, em “resposta àqueles que acreditam que a Nação está calada e passiva diante dos escândalos políticos que violentam nossas almas”²³. No ano seguinte, o então líder empresarial João Dória lançou o Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros (Cansei), com apoio de Fiesp e de empresários como o presidente da Philips na América Latina, da OAB-SP e de artistas - entre eles Hebe Camargo, Ivete Sangalo e Agnaldo Rayol, que cantou o Hino Nacional. Nizan Guanaes desenhou a campanha de TV “Mostre indignação”.

Faltava povo. O então vice-governador Claudio Lembo ironizou a iniciativa como ação de “pequeno segmento da elite branca”, que “deve ter começado em Campos do Jordão”.²⁴ A organização elitista saiu em busca da adesão dos setores médios insatisfeitos com as políticas petistas. Em 2008, empresários mineiros e gaúchos arquitetaram o “Dia da Liberdade de Impostos”, versão nacional do Dia Mundial sem Impostos e inspirado no antitributarismo do TEA Party. Reuniram proprietários de postos de combustível, de lojas de eletrodomésticos, de concessionárias de veículos, a Aclame (Associação da Classe Média), a Minaspetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais) e a Federação do Comércio do Rio Grande do Sul. Além de passeatas e panfletagem, postos de 20 cidades venderam combustível sem impostos, que, segundo o presidente da Fecomércio, careciam de contrapartida: “Há baixo retorno na prestação de serviços públicos por parte do Estado com esse dinheiro arrecadado”²⁵.

Por fim, as redes de ativismo religioso se mobilizavam por suas próprias razões, incomodadas com gestos governamentais de avanço na agenda de costumes - aborto, descriminalização da maconha, casamento gay, educação sexual nas escolas. Montaram resistência.

Em 2006, surgiu a Plenária Nacional dos Movimentos Pró-Vida e a camiseta da Marcha por Jesus veio nas cores nacionais, em gesto de politização. O lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em dezembro de 2009, que incluía alguns dos itens indigestos, sublevou de vez esses grupos²⁶. Lula reagiu com simplicidade e eficiência: recuou. Mas a rede de defesa da moralidade tradicional contra liberdades de comportamento, sobretudo na sexualidade, estava ativada. Não se desmontaria mais.

A insatisfação fermentava. Durante o governo Lula, criaram-se 18 associações de perfil liberal, conservador ou autoritário, sem contar o Revoltados On Line, que surgira em 2000, em torno do combate à pedofilia, e ganhava aderentes. Operavam na rua e na internet, com foco em costumes, impostos, corrupção - avulsos ou combinados. Apesar disso, Lula, ao negociar com a esquerda, não confrontar a direita e reter alto apoio popular, governou sem megaprotestos.

Com Dilma não foi assim. Colheu os frutos envenenados das mudanças alavancadas por seu antecessor e por outras instituições. O STF contribuiu para manter corrupção e moralidade no topo dos jornais, com o julgamento do Mensalão e a deliberação sobre a legalidade da união civil homossexual. A Lei da Ficha Limpa (PL135 -2010), aprovada no segundo mandato de Lula, tocou à Dilma por em vigor nas eleições para prefeito de 2012. A presidente inseriu mais um grupo organizado no rol de insatisfeitos, ao mexer no vespeiro-mor da Nova República: a responsabilidade dos militares por desaparecimentos políticos durante a ditadura. Ao contrário de FHC e Lula, não recuou ante o alarido contrário e instituiu a Comissão da Verdade. Militares e apoiadores do regime militar, como o deputado Jair Bolsonaro, vieram a público defender o extermínio de opositores como parte de uma guerra de salvação nacional. A *Verdade Sufocada*, livro de Carlos Brilhante Ustra, saído em 2007, tornou-se bíblia destes partidários da ditadura. De seu lado, a rede de ativismo religioso saiu contra a

PL/122, de 2006, de punição à homofobia, que o pastor Silas Malafaia apelidou de Lei da Mordça, entendendo que contrariava a liberdade religiosa²⁷.

Tudo isto corria à direita do governo, sem o conforto de contar com enraizamento sólido na esquerda. No primeiro ano do governo Dilma (2011), obras da Copa do Mundo, da hidrelétrica de Belo Monte e do PAC, mais o novo Código Florestal, multiplicaram as manifestações. Os ambientalistas lançaram a campanha VetaDilma contra artigos do Código. Também contestaram a usina Belo Monte, atacada igualmente pelo movimento indigenista, e invadida, já em maio de 2013, pelas etnias munduruku, araras, juruna, kaiapó, xipaya e kuruaya. Ainda em 2011, o campo autonomista adensou a pressão à esquerda, puxado pelo movimento feminista, com a Marcha das Vadias, com 300 participantes e a congênera, da Maconha, que contou com 3500 participantes.

Dilma recebia pressão da sociedade em direções opostas. Ficou emparedada, sem conseguir acalmar ninguém.

Os movimentos do campo socialista, que Lula aproximara do governo, perderam influência e viram em Dilma um Lula às avessas: fechada, sem paciência e mais fácil de acessar por meio de protestos do que solicitando audiências.

Desprestigiada à esquerda, tampouco persuadia o campo patriota da efetividade de seu combate à corrupção. Esta mobilização cresceu em ruas, internet, parlamento e imprensa. Em 2011, 12 novos movimentos surgiram. O Dia do Basta foi o mais organizado e repetido em 2012, em 12 capitais: Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Manaus, Florianópolis, Goiânia, Recife, Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Fortaleza. Suas bandeiras: 10% do PIB para a educação; voto aberto no parlamento, fim do foro privilegiado e corrupção como crime hediondo. Em Brasília, compareceram 20 mil, muitos com a máscara do Anonymous ou vestidos de verde e amarelo. Con-

testavam o lema do governo - “País rico é país sem miséria” - com gritos de “País rico é país sem corrupção”²⁸.

O campo patriota entrou de vez na disputa para saber quem representava a nação, via grupos nacionalistas, como o Pátria Minha. Os símbolos nacionais foram o guarda-chuva sob o qual albergar associações de corte liberal, conservador e autoritário, que tinham surgido das redes de ativismo empresarial e religioso. Passavam a surgir agora também de redes militares. No Dia da Independência, em 2012, bandeira e hino nacional pontificaram nos protestos contra o governo, adendados de símbolos militares e religiosos. Entre o início do governo Dilma e maio de 2013, formaram-se ao menos 46 movimentos neste campo, responsáveis por eventos de mesmo estilo (Quadros 1 e 2).

Apenas o NasRuas, criado por Carla Zambelli em 2011, organizou protestos anticorrupção em 17 estados brasileiros. Em cinco meses logrou se implantar em 50 cidades e ganhar 50 mil curtidas no Facebook. Criou sua própria escola de samba, a Unidos Contra a Corrupção, e adotou um mentor, o jurista Ives Gandra Martins, entrevistado em vídeo para o II Congresso Contra a Corrupção, sediado pela Câmara Municipal de São Paulo. Manifestações de abrangência nacional.

Entre estes fogos, a petista adventícia optou por buscar diferenciar seu governo do PT e apostar em soluções técnicas e na comunicação direta com a opinião pública - via maqueteiro, que a vendeu como incorruptível e apolítica, uma “gerente”. De imediato, a estratégia rendeu aprovação pública, ao dissociá-la do que alcunhou de “mal feitos”.

Em março de 2013, dois meses e meio antes dos grandes protestos, a presidente dormia tranquila, pois, consultados, 65% dos cidadãos comuns não declaravam desagrado em relação a seu governo. Os descontentes eram minoritários, mas não eram quaisquer uns. Mais ricos, mais infelizes: dos com renda superior a 10 salários mínimos, 2% concordavam com políticas de acesso e permanência no ensino superior;

menor número (1%) via com bons olhos o aumento do salário mínimo. 42% deles preocupavam-se com a condução da economia. Dos mais abaixo, ganhando entre 5 e 10 s.m., apenas 9% aprovavam o Bolsa Família.

No 6 de junho, quando os protestos começaram, o Datafolha, por coincidência, averiguava a popularidade da presidente. Dilma perdera 10% de apoio entre jovens, 16% dentre os com diploma superior, 10% no Sudeste e 14% no Sul. Mais vertiginosa foi a queda na aprovação global entre os mais ricos: de 67% para 43%²⁹.

Sinal amarelo aceso. Parte desses descontentes estava já organizada em movimentos e a postos para o combate. Eram a ponta do iceberg. Nos dias seguintes, emergiria colossal nas ruas.

Quadro 1 - Fundação de Movimentos liberais, conservadores e autoritários (1/2003 - 5/2013)

Ano	No.	Movimentos
2002	1	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
2003	2	Transparência Capixaba, Fórum Reage Espírito Santo
2005	3	Frente Integralista Brasileira, Liber, Movimento Nacional da Cidadania pela Vida
2006	3	Movimento Endireita Brasil, Movimento Reforma Brasil, Quero mais Brasil
2007	7	Fora Lula, Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros (Movimento Cansei), Movimento República de São Paulo, Movimento Grande Vaia, Movimento dos Sem Mídia (1), Instituto Mises Brasil, Rio de Paz
2010	3	Campanha Nacional pela Vida. Eu Voto Distrital, Que Brasil Nós Queremos?
2011	12	Dia do Basta, Marcha Contra a Corrupção, Movimento 31 de Julho Contra a Corrupção, Movimento Brasil Contra a Corrupção, Movimento Brasil Melhor, Movimento Nas Ruas, Todos Juntos Contra a Corrupção, Movimento dos Sem Mídia (2), Anonymous, Projeto Segurança de Ipanema, Movimento Jovens com uma Missão, Movimento Caras Pintadas, Pátria Minha
2012	8	Estudantes pela Liberdade, Organização de Combate à Corrupção, Acorda STF, Adote um Distrital, Contas Abertas, IFC-Instituto de Fiscalização e Controle, Mensalômetro, Movimento Ministério Público Democrático
2013	8	Cariocas Direitos, Movimento 139, Movimento Contra a Corrupção, Movimento Muda Brasil, Ordem dos Médicos do Brasil, União Democrática Acadêmica, Movimento Libertários, Organização de Combate à Corrupção

Fonte: Banco de Estudos de Protesto, BEP/Cebrap

Quadro 2 - Protestos liberais, conservadores e autoritários (1/2003 - 5/2013)

Ano	Cidade	Evento
2003	Vitória	Lavagem das Escadas do Tribunal de Contas do Espírito Santo
2005	Rio de Janeiro, São Paulo	Ato Fora Lulla, Ato contra Mensalão
2006	São Paulo	1ª Marcha pela Dignidade Nacional, 2ª Marcha pela Dignidade Nacional, Lançamento do Movimento empresarial de oposição “Quero mais Brasil”
2007	Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Vitória e Campo Grande	1ª edição da Marcha Nacional da Cidadania pela Vida, Fora Renan, Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros - Movimento Cansei, Movimento dos Sem-Mídia, Passeata da Grande Vaia - Fora Lula/Movimento Fora Lula! O Brasil Acordou!
2008	Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo	Dia da Liberdade de impostos
2010	São Paulo	Marcha contra a Legalização do Aborto
2011	Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Campo Grande, Florianópolis	Marcha Nacional contra o Aborto, Todos Juntos contra a Corrupção I, Todos Juntos contra a Corrupção II, Dia do Basta, 2ª Marcha contra a Corrupção
2012	Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Vitória e Belo Horizonte	Manifestação Julgamento do Mensalão, Marcha contra a Corrupção, Apoio ao Julgamento do Mensalão, Lançamento do Movimento Nacional Brasil contra a Impunidade, Dia Internacional de Combate à Corrupção, Panfletagem contra a Lei de Aborto, Dia do Basta à Corrupção
2013	Brasília, São Paulo, Curitiba e Fortaleza	Campanha Fora Renan, Campanha “Mexeu com o Brasil, mexeu comigo. Por um Brasil sem LULA/PT”

Fonte: Banco de Estudos de Protesto, BEP/Cebrap

NOTAS

1. Este artigo resume resultados preliminares de pesquisa em andamento, desenvolvida no Cebrap, com financiamento Fapesp. Sou grata aos membros da equipe do BEP/Cebrap, Hellen Guichenev, Lilian Sendretti, Rafael de Souza, Verônica Freitas e Viviane Brito, pelo levantamento e sistematização dos dados aqui mencionados.

2. A denominação dos três campos estratégicos alude aos símbolos predominantemente utilizados por grupos e movimentos em cada um deles e está detalhada em ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017.

3. ”(...) o Movimento Nas Ruas estava ativo nacionalmente, (...) tentando sobrepor a pauta dos 20 centavos (...). E a gente fez um banner (...) ‘não é pelos 20 centavos, são pelos bilhões desviados em corrupção’. Esse banner ficou muito tempo no NasRuas.br (...). E as pessoas iam ali e todas concordavam muito com a gente; realmente não é pelos 20 centavos”. Entrevista concedida a Angela Alonso e Paulo Markun em 17/10/2018.

4. A respeito dos três ciclos, veja-se: ALONSO, Angela. A POLÍTICA DAS RUAS: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. 1. **Novos Estudos**, p. 49, 2017.

5. Swidler, Ann. *Talk of Love: How Culture Matters*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

6. Dados extraídos respectivamente do Censo da Educação Superior, Inep/Deed, 1999 e 2013, e do MEC: PROUNI Dados Abertos. Ver em <<http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>>.

7. Para o Bolsa Família, os valores são nominais, ver MP 116/2003, Lei 12.255/2010. Para o salário mínimo, o aumento é em termos reais, com base no INPC. Ver em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37667&module=M>>

8. O topo também se beneficiou, o estrato A/B cresceu 19.46% no mesmo período. Cf. NERI, Marcelo Cortes. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011, pp.27-29

9. Sobre a expansão do contingente de negros universitários ver: **INEP. Censo**

Escolar da Educação Superior 2011. Brasília, DF: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2011. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf >. Acesso em: 13 Mai. 2012. E para o Prouni, ver <<http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2014/05/negros-ocupam-metade-das-bolsas-do-prouni>>.

10. Nesta direção, veja-se, por exemplo, SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, n. 97, p. 23-40, 2013. A frase de Lula está em entrevista de Fernando Haddad concedida a Angela Alonso e Paulo Markun em 31/01/2019.

11. HOCHSCHILD, Arlie Russell. *Strangers in Their Own Land: A Journey to the Heart of Our Political Divide*. New York: New Press, 2016.

12. Ver em <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/vida-na-universidade/vestibular/estudantes-denunciam-racismo-na-ufrgs-aj0xannnar7t8c3ysx4k99sum/>>.

13. Ver em <<https://www.geledes.org.br/racismo-no-shopping-cidade-jardim/>>.

14. Ver em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2908200718.htm>, <https://arquivo.correiodobrasil.com.br/filho-de-caetano-sofre-racismo-em-shopping/>. A frase de Pondé está em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F0c18lPmaEw>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

15. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Vol. I: uma História dos Costumes**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

16. *Revista Veja*, edição de 29/07/2011. <https://williamlfernandes.wordpress.com/2012/04/13/copa-do-mundo-brasil-2014-corrupcao>

17. *Revista Veja*, edição de 15/04/2012.

18. Ver em <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-pais-dos-petralhas-o-livro>>. e <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>>; <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,vendas-de-livros-de-olavo-de-carvalho-triplicam-desde-eleicao,70002686383>>.

19. O STF foi assim definido, por exemplo, pelo ministro Dias Toffoli, “Hoje

ele [STF] é o poder moderador, é o que tira a sociedade de seus impasses” (ver em <<https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/stf-e-o-novo-poder-moderador-da-republica-diz-toffoli/>>). Revista Veja, edição de 27/11/2012.

20. Ver em <<https://lapalivre.wixsite.com/cursinho/casa-mafalda>>.<<https://jardinagemlibertaria.wordpress.com/2007/>>.<<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2013/08/18/moradores-de-casas-do-fora-do-eixo-tem-despesas-pagas-mas-nao-recebem-nada.htm>

21. Ver em <<http://ipacasadodeusvivo.com.br/site/curso-emprededorismo-cristao-turma1/>>.

22. Quando não indicado de outro modo, as informações a seguir sobre eventos de protesto e formação de grupos de ativistas são oriundas do Banco de Estudos de Protestos, BEP/Cebrap.

23. Ver <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/movimento-faz-amanha-marcha-pela-dignidade-nacional/>

24. Ver em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/310935/noticia.htm?sequence=1>>.

25. FSP, 19/08/2007.

26. FSP, 28/5/2008.

27. Ver em <<https://brasilsemaborto.org/destaques/10anos-sessao-solene-homenageia-movimento-brasil-sem-aborto/>>.

28. Em 2011, o senador Alvaro Dias a acusou de seguir com práticas do mensalão<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/07/11/alvaro-dias-diz-que-mensalao-continua-e-que-governo-dilma-esta-enfraquecido>>.

29. DataFolha. *Razões de avaliação da presidente Dilma Rousseff*, 20 e 21/03/2013. DataFolha. *Avaliação Dilma Rousseff e intenção de voto presidente*, 06 e 07/06/2013

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes/#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes/#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes/#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes/#EnsaiosDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes/#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes/#RecursosPesquisa>